

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Marcos Rogério da Silva Moreira

**Mitos e monumentos:
a construção de identidades paulistanas (1920-1955)**

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

São Paulo

2017

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Marcos Rogério da Silva Moreira

**Mitos e monumentos:
a construção de identidades paulistanas (1920-1955)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História Social, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Yvone Dias Avelino.

MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

São Paulo

2016

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação de mestrado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Data: 28 de julho de 2017.

e-mail: prof_marcos_rogerio@yahoo.com.br

Marcos Rogério da Silva Moreira

**Mitos e monumentos:
a construção de identidades paulistanas (1920-1955)**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História Social.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

A Albino, meu pai (*in memoriam*),
pelo exemplo de vida e dedicação,
por ter me ensinado lições primordiais
que levarei comigo por toda a vida.

*É bem verdade que em cada consciência individual
as imagens e os pensamentos que resultam dos diversos ambientes
que atravessamos se sucedem segundo uma ordem nova e que,
nesse sentido, cada um de nós tem uma história.*

Maurice Halbwachs

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Cordenção de Aperfeiçoamentode Nível Superior CAPES e à Fundação São Paulo FUNDASP que através da bolsa a mim concedida possibilitou a realização desta dissertação.

Agradeço ainda:

Ao Departamento de Memória da Câmara Municipal de São Paulo;

Ao Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo;

Ao Aquivo Público Municipal de São Paulo;

Ao Arquivo Público do Estado de São Paulo;

À Biblioteca da Pinacoteca do Estado de São Paulo;

Ao Museu da Cidade de São Paulo.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

A conclusão deste trabalho só foi possível graças a um número considerável de pessoas que em determinado momento desta pesquisa, ou durante toda ela, trilharam comigo este caminho pelo qual decidi percorrer. Estudar nem sempre é frio e solitário. Apesar do isolamento que nos autoinfligimos contra nossa própria natureza como seres sociais, foi lá que busquei e encontrei auxílio de pessoas próximas e distantes, conhecidos e desconhecidos, que de alguma forma contribuíram para a realização desta pesquisa. E não foram poucas as vezes que recorri a mentes brilhantes que me ampararam em momentos de absoluto desespero. Outras vezes busquei aconchego e carinho, amor e inspiração. E durante o desenvolvimento desta pesquisa, aprendi, por meio de tantas outras lições, sobre o inestimável valor que cada ser traz consigo.

Todos os momentos são únicos. Alguns são mais marcantes, outros nem tanto. Mas todos são importantes, pois trazem em si uma carga de significados intrínsecos à nossa experiência humana e aos quais atribuímos determinados valores. Estes merecem ser bem observados, pois as memórias que guardamos nos fazem ser quem somos; as experiências de vida que gravamos em nossa memória orientam nossos passos e induzem nossas condutas. Neste momento em que nosso país passa por uma turbulenta crise política e econômica, em que a miséria cresce proporcionalmente à delação dos casos de corrupção, é mister que façamos do Brasil um lugar melhor para se viver. Cada um de nós, invariavelmente, é peça fundamental na construção de uma sociedade mais humana, mais justa e igualitária. Em meio a toda agitação política que vivemos, tanto descalabro governamental, tantos desmandos, tanta desesperança, surgiram pessoas que sempre traziam consigo palavras de apoio, de esperança e estímulo. Essas pessoas participaram de momentos que foram muito especiais!

Foram tantas as palavras de carinho e conforto, de incentivo e encorajamento recebidas ao longo desta pesquisa, dos amigos mais próximos aos mais improváveis, que guardo comigo com muito carinho esses ilustres personagens da vida real. A todos vocês que que intencionalmente ou despreziosamente contribuíram não apenas para esta pesquisa, mas para meu aperfeiçoamento humano, deixo aqui registrado os meus mais profundos e sinceros agradecimentos.

Primeiramente, e antes de todos, agradeço à minha orientadora e professora Dr.^a Yvone Dias Avelino, que me acolheu como seu aluno e orientando: Meu muitíssimo obrigado por toda sua dedicação e carinho, sempre atenciosa, sempre disponível para as mais esdrúxulas dúvidas que de minha parte surgiram, sendo inegável que, sem suas preciosas contribuições, não existira pesquisa, mestrado, ou qualquer outra coisa que se aproximasse disso. Nós sabemos o quanto tudo isso foi importante para mim.

Agradeço imensamente aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo que por meio de suas aulas prestam em enorme serviço a sociedade, o por isso merecem muito mais que estas singelas palavras: muito obrigado.

Também agradeço aos professores Dr. Álvaro Hashizume Allegrette e Dr. Roberto Coelho Barreiro Filho, por suas valiosas considerações quando de minha qualificação. Obrigado pelos comentários e sugestões que nortearam esta dissertação.

Talvez nem todas as pessoas possam dizer que família seja uma dádiva. Para alguns, talvez a palavra família não faça qualquer sentido. Para outras, pode haver um sentido vago ou específico. Muito mais do que os laços consanguíneos, defino família como uma agremiação de afeto mútuo. Nesse tipo de agremiação, os membros associados compartilham sentimentos de bem-querer que nutrem uns pelos outros. Agradeço a meus familiares, que tão calorosamente me acolheram nos momentos mais extremos que pude vivenciar. À minha mãe, D. Valderêz, pela minha criação e por me fazer ser quem sou, pela educação que me abriu portas e oportunidades num país com tantos famintos e desamparados, por me fazer acreditar e não me permitir desistir e por me receber de braços abertos e sem medir esforços quando mais precisei.

Aos meus irmãos, a todos eles, que de uma forma ou de outra contribuíram para minha formação enquanto pessoa e pesquisador. Apesar dos diferentes posicionamentos políticos, cresço a cada debate, a cada discussão que estabelecemos. Cada um, à sua maneira, continua a contribuir para meu aprimoramento. Joana, Paulo, Valdirene, Albino e Diego: Deus não poderia ter dado irmãos melhores que vocês.

Aos amigos sempre presentes, os novos e antigos que, por meio de palavras de apoio, gestos de carinho ou por correções de percursos, não só se fizeram presentes, como também se fizeram importantes companheiros que me ajudaram a chegar onde cheguei. Aniello Giovanni Carroccia e Felipe Prospero, meus dois grandes amigos, desculpem pelas minhas ausências e obrigado pela compreensão.

A amiga e colega Silvia Soler Bianch, que sempre incentivou e acreditou na pesquisa, pelas suas contribuições, disponibilidade e conselhos, mas principalmente pela sua amizade, agradeço imensamente.

Aos colegas de curso, que durante as aulas, fizeram valorosas contribuições, principalmente à Vilma Cristina Soutelo Assunção Nosedá e à Alessandra di Giogi Chélest, que me abriram os olhos para questões sociais, adotaram-me na PUC-SP e me ajudaram a trilhar o caminho das pedras acadêmicas. Um grande abraço a vocês.

Bóris, meu amigão, fica com Deus.

A todos vocês, os meus mais sinceros e profundos agradecimentos.

RESUMO

MOREIRA, M. R. S. **Mitos e monumentos**: a construção de identidades paulistanas (1920-1955). 2017. 156 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pós-Graduação de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Yvone Dias Avelino. São Paulo, 2017.

A presente dissertação tem por objetivo investigar a construção das identidades sociais presentes na cidade de São Paulo, bem como sua ligação intrínseca com a formação de memórias materializadas e orientadas pelos monumentos erigidos em lugares arbitrariamente escolhidos como *locus* da História. Por meio do estudo e análise de monumentos presentes no município de São Paulo – o Monumento às Bandeiras e o Monumento à Mãe Preta, que foram propostos como marcos históricos e lugares de memória para a constituição das identidades paulistanas –, esta pesquisa pretende compreender as interações sociais e experiências de vida de seus idealizadores, bem como suas relações com os eventos políticos e sociais ocorridos no contexto histórico em que se inserem.

Palavras-chave: Patrimônio, Monumentos, Memórias, Identidades, São Paulo.

ABSTRACT

MOREIRA, M. R. S. **Myths and monuments**: the construction of paulistanas identities (1920-1955). 2017. 156 f. Dissertation. (Master's degree in Social History) -Program Post-Graduate of the Pontifical Catholic University of São Paulo, under the guidance of Prof. Dr. Yvone Avelino Dias. São Paulo. 156 p., 2017.

This dissertation aims to investigate the construction of social identities present in the city of São Paulo and its intrinsic connection with the formation of materialized and guided by monuments erected in places arbitrarily chosen as places of memory. Through the study and analysis of historical monuments present in the city of São Paulo, namely the Monumento às Bandeiras and the Monumento à Mãe Preta, which were proposed as landmarks and places of memory for the establishment of paulistanas identities, this research aims to understand social interactions and life experiences of its founders and their relations the political and social events in the historical context in which they operate.

Keywords: Heritage, Monuments, Memories, Identities, São Paulo.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Grupo de imigrantes na Hospedaria do Departamento Estadual do Trabalho (SP), início do século XX.....	34
Figura 2 - Viaduto do Chá. Antiga plantação de chá que deu nome ao viaduto sobre o vale do rio Anhangabaú - São Paulo; (c. 1892). Por Qaas.....	36
Figura 3 - Mansões na Avenida Paulista na década de 1910.	38
Figura 4 - Vista panorâmica do Vale Anhangabaú	40
Figura 5 – Mapa - Triângulo Histórico. Considerado o embrião de São Paulo, as ruas XV de Novembro, São Bento e rua Direita marcam o começo do Centro Velho.	41
Figura 6 - Catedral da Sé: sua inauguração foi um dos acontecimentos marcantes de 1954.	43
Figura 7 - Panfleto estimulando a imigração para o Brasil.	46
Figura 8 - Edifício Alexandre Mackenzie, Mappin Stores, Teatro Municipal - São Paulo (c. 1937). Foto: Claude Levi-Strauss.....	52
Figura 9 - Entre a calçada e a sarjeta: Imagens de São Paulo na virada do século XIX para o século XX	54
Figura 10 - Propaganda de palacetes e lotes no Jardim Europa.....	61
Figura 11 - Interior da Casa Fachada, situada à Rua Direita nº 55, no Centro de São Paulo, especializada em perfumarias.....	65
Figura 12 - Implantação da vila operária Maria Zélia, no bairro do Belenzinho.....	66
Figura 13 - Rua XV de Novembro, retratada em postal da década de 1920. As lojas modernas atraíam intenso movimento para uma das ruas do famoso triângulo	67
Figura 14 - Anúncio publicado no Jornal Estado de São Paulo em 14.05.1944.....	67
Figura 15 - Brecheret, Chronicas Sociais	69
Figura 16 - Foto da maquete apresentada no Memorial Descritivo do Monumento às Bandeiras. Papel e Tinta, SP e RJ, jul. 1920.....	76
Figura 17 - Detalhe do Monumento às Bandeiras durante sua construção nas imediações do Parque do Ibirapuera.....	79

Figura 18 - Anúncio publicitário – Orgulhamo-nos por ajudar a construir – A cidade que mais cresce no mundo. Predial De Lucca S. A. No detalhe, (à esq.) imagem do Monumento às Bandeiras incorporada ao anúncio.....	81
Figura 19 - Anúncio publicitário - O 1º condomínio entregue no ano do IV Centenário - um presente da Ocian para São Paulo. Incorporadoda Andraus LTDA	82
Figura 20 - Vista oblíqua do Monumento às Bandeiras (1953). Victor Brecheret. Em pedra Mauá. Praça. Armando Salles de Oliveira.....	84
Figura 21 - Propaganda política à Prefeitura de São Paulo, do candidato Francisco Antônio Cardoso, em 1953.....	85
Figura 22 - Estrada de Ferro Santos Jundiaí saúda o povo paulista pela passagem do IV Centenário da fundação da cidade de São Paulo	93
Figura 23 - Monumento às Bandeira. Autor: Victor Brecheret, Pedra, 1953. Av. Brasil, Ibirapuera, São Paulo.....	99
Figura 24 - Domingos Jorge Velho. Autor: Benedito Calixto	102
Figura 25 - Bartolomeu Bueno da Silva, O Anhanguera, Diabo Velho. Estátua do Anhanguera - A estátua está localizada em frente ao Parque Trianon, na Avenida Paulista, em São Paulo. Autor: Luis Brizzolara	104
Figura 26 - Monumento às Bandeira. Autor: Victor Brecheret, Pedra. 1953. Av. Brasil, Ibirapuera, São Paulo.....	105
Figura 27 - Largo e Igreja do Rosário e parte da Rua Imperatriz. O entorno era ocupado pelo antigo “cemitério dos escravos” e por casas vinculadas às atividades da igreja - São Paulo; (c. 1862).....	110
Figura 28 - Os edifícios Altino Arantes (esq.) e Martinelli (dir) nas proximidade da Praça Antonio Prado, antiga Praça do Rosário	114
Figura 29 - Figura 1 – Avenida São João, ao fundo os edifícios Altino Arantes e Martinelli. Em primeiro plano á esquerda, sob uma sobra que se projeta na foto, a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	114
Figura 30 - Capa do Jornal Folha da Noite, edição nº 9.586 de 30 de Janeiro de 1953 sobre a atuação do Club 220 em relação ao regimento do monumento à Mãe Preta.....	118

Figura 31 - Silvia Maria, com 24 anos, no concurso Bonequinha do Café, 1975. O concurso foi idealizado pelo Seu Ico, e era realizado anualmente e patrocinado pela Cervejaria Antártica.....	129
Figura 32 - A escritora Carolina Maria de Jesus à esq. durante a realização de evento Festa da Bonequinha do Café promovido pelo Clube 220	130
Figura 33 - Retrato de babá com o menino Eugen Keller Foto: Alberto Henshel, Recife, 1874	135
Figura 34 - Lucílio de Albuquerque: Mãe Preta, 1912, Óleo sobre tela, 180 x 130 cm. Salvador	137
Figura 35 - Júlio Guerra trabalhando na monumental cabeça do bandeirante Borba Gato	140
Figura 36 - Visita oficial de autoridades à casa/ateliê de Júlio Guerra para constatação	141
Figura 37 - Fotografia do Monumento à Mãe Preta comparada à obra Antropofagia, de Tarsila do Amaral.	143
Figura 38 - Júlio Guerra ao lado da escultura a Mãe Preta no quintal de sua própria casa.....	143
Figura 39 - Familiares de Julio Guerra junto à escultura Monumento à Mãe Preta em Santo Amaro	144
Figura 40 - Escravas e crianças negras sentadas ao chão em volta da mulher e menina brancas em posição elevada.	145
Figura 41 - Júlio Guerra: Mãe Preta, 1955, Bronze sobre pedestal de concreto. São Paulo, Largo do Paissandú	147

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I A CIDADE, A MEMÓRIA E OS MONUMENTOS	32
1.1 São Paulo, de cidade provinciana a capital cultural	32
1.2 Várias lembranças de uma mesma cidade	50
1.3 Por trás do embelezamento e da cultura	59
CAPÍTULO II OS ITALIANOS, A COMISSÃO E AS BANDEIRAS	64
2.1 Menotti Del Picchia, Victor Brecheret e os italianos	68
2.2 Ciccillo Matarazzo e a Comissão do IV Centenário.....	80
2.3 - O mito bandeirante e o monumento de Brecheret	93
CAPÍTULO III OS NEGROS, O CLUBE E A MÃE	106
3.1 A Igreja, a Irmandade N ^a Sra. do Rosário dos Homens Pretos e o político	109
3.2 Seu Ico (Frederico Penteado Junior), o Clube 220 e o mito da harmonia racial...	127
3.3 Júlio Guerra e o Monumento à (lendária) Mãe Preta	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	150
FONTES E BIBLIOGRAFIA	156
REFERÊNCIAS	160

INTRODUÇÃO

Minha formação em História da Arte e Arqueologia conduziu meu interesse pela cultura material e, tendo enveredado pela seara da História Cultural, a curiosidade pelas relações entre memória e identidade instigaram a pesquisa sobre os Monumentos à Mãe Preta e às Bandeiras, especificamente por representarem diferentes interesses na ocasião do IV Centenário do município de São Paulo, que, por sua vez, simboliza uma data icônica para a formação das identidades paulistanas. À época de suas respectivas inaugurações, tais monumentos receberam tratamentos diferentes pelos veículos de comunicação, variando entre a exaltação e o desprezo.

Nenhuma pesquisa histórica deve ser iniciada sem se considerar previamente as reflexões de E. Thompson¹ sobre as relações entre os movimentos sociais e a dinâmica cultural. Este autor aconselha, a partir de uma determinada perspectiva teórica, selecionar as fontes e, a partir das seleções realizadas, desenvolver as concepções em história, de acordo com a subjetividade intrínseca de cada pesquisa, atribuindo valores às ações de determinados sujeitos históricos, cuidando para não incorrer em anacronismos. Partindo dessa premissa, esta pesquisa pretende apresentar algumas reflexões sobre o panorama em que se deu o desenvolvimento urbano e o crescimento populacional do município de São Paulo no período compreendido entre os anos de 1920 – época em que a cidade se apresentava incipiente, predominantemente rural, dependente da economia cafeeira, em que as ideias modernistas preconizadas por Mario de Andrade, em sua *Paulicéia Desvairada*², começaram a ser semeadas – e a década de 1950, período de efervescência industrial, com a construção de memórias em torno dos monumentos

¹ THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: A Árvore da Liberdade*. Rio de Janeiro: Zahar. 1981. p. 198. O autor repudia as análises estruturalistas que extinguem as individualidades e identidades individuais e promovem apenas concepções homogêneas da história e do marxismo. Ao escrever sobre a formação da classe operária inglesa, Thompson defende a concretude da realidade, indicando a importância da compreensão da existência real das pessoas e dos grupos que participam.

² ANDRADE, Mário de. *De Paulicéia Desvairada a Café* (Poesias Completas). São Paulo: Círculo do Livro, 1986.

erigidos em São Paulo por ocasião das efemérides do IV Centenário da Cidade. Em tempo, pretende-se apresentar ainda o percurso teórico-metodológico trilhado durante o desenvolvimento da pesquisa.

O Monumento às Bandeiras, de autoria de Victor Brecheret, foi um presente da Assembleia Legislativa do Estado São Paulo para a capital do estado, em homenagem ao seus 400 anos. O Monumento à Mãe Preta corresponde à solicitação do Clube 220 de São Paulo à Câmara Municipal, em reconhecimento à memória das antigas amas de leite e à sua importância na formação da sociedade brasileira.

Ao analisar criticamente os processos sociais de produção – mas, para além disso, os aspectos da cultura nos diferentes campos do conhecimento, considerando-se a perspectiva de Williams³ sobre a cultura como sendo resultado de um sistema de significação em constante tensão pela afirmação de valores constituintes da identidade –, a presente pesquisa investiga as experiências de vida dos sujeitos vinculados diretamente a esses monumentos que foram propostos para assumir o caráter de marcos da memória, por motivos que merecem ser examinados de modo mais aprofundado. Tais monumentos a serem pesquisados, erigidos na cidade de acordo com interesses nem sempre evidentes e objetivos, podem ser localizados geograficamente, mapeados e georreferenciados, possibilitando novas inferências acerca dos projetos de urbanização, modernização, embelezamento e construção de identidades sociais.

Para Williams⁴, o conceito de hegemonia, que ultrapassa o de cultura numa relação antagônica, pressupõe um processo em que os sujeitos históricos experimentam o consentimento e a sedução, situação que deixa de lado o uso da força e da censura. Referindo-se à dominação de classe, o conceito de hegemonia apresentado pelo supracitado autor permite conceber estratégias de dominação e táticas de resistência, num campo vivo de relações que se constituem a todo o momento. Para a presente pesquisa, revisita-se memórias individuais – bem como experiências de vida dos envolvidos nos processos de constituição e que estão

³ WILLIAMS, Raymond. *Com Vistas a Uma sociologia da Cultura*. In: Cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 13.

⁴ WILLIAMS, *op. cit.*, p. 53.

relacionadas a esses monumentos – a partir da análise dos Anais da Câmara Municipal, de periódicos de grande e pequena circulação⁵, de obras de memorialistas da cidade de São Paulo⁶ e de imagens e fotografias retratando diferentes aspectos e momentos da cidade. De modo complementar, faz-se necessária a revisão bibliográfica das produções acadêmicas em torno de temas considerados relevantes para a pesquisa, a saber: Semana de Arte Moderna de 1922, IV Centenário, São Paulo, Mito Bandeirante, Mãe Preta.

Das tantas contribuições de Walter Benjamin, no campo da história, há que se destacar suas considerações sobre a aproximação do historiador com o narrador, na tentativa de manter viva a história, cuja matéria-prima são as histórias reais. Benjamin enfatiza a qualidade das melhores narrativas que se assemelham às histórias orais em que se busca preservar aquilo que é valioso ao narrador⁷. Ao tratar sobre a noção de tradição, o autor esclarece que esta não está congelada num passado, mas que se refere ao passado significativo, articulado com o presente. Esta noção contribui para a compreensão do modo como os mitos e os monumentos se inscreveram na contemporaneidade.

Em tempo, segundo Chartier, a História deve ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói os sentidos, dirigindo-se às práticas que, plural e contraditoriamente, dão significado ao mundo⁸, rompendo com as ideias que dotam os textos de sentidos intrínsecos. Confirmando-se fiel aos princípios dos *Annales*, ilustrou o percurso intelectual definido por dois objetivos interligados, quais sejam: examinar os legados interiorizados e os postulados não questionados de uma forte tradição historiográfica; e propor um espaço de trabalho entre textos e leituras,

⁵ Os periódicos pesquisados foram: Diários da Manhã, entre os anos de 1952 a 1956; Correio Paulistano, entre 1950 e 1955; A Província de São Paulo (O Estado de São Paulo.), entre 1878 a 1956.

⁶ AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo (1895-1915)*. São Paulo: Carrenho Editorial, narrativa 01, 2004. Cf. também: LEVI-STRAUSS, Claude. *Saudades de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

⁷ BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: *Obras Escolhidas*. Rua de mão única. São Paulo: Ed. Brasiliense, Vol. I, 1985. p.197-198. Essas formas poéticas que o pensamento racionalista tenta abalar.

⁸ CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. (Memória e Sociedade). Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990, p. 27.

com o objetivo de compreender práticas complexas e múltiplas, que constroem o mundo como representação.

A construção de monumentos nos espaços público da cidade não tem como objetivo apenas o embelezamento de áreas do passeio público, mas também considera a demarcação dos espaços citadinos e vislumbra, entre outros, projetos de formação de memória coletiva de governos estaduais e administrações municipais. Nestes projetos é possível constatar as memórias que são exaltadas e as que acabam relegadas ao esquecimento, identificando, assim, o caráter que se dá à formação da memória e à construção da identidade. Partindo do conceito de representação proposto por Chartier⁹, busca-se investigar as formas de dominação e resistência presentes nos eventos relacionados a esses monumentos.

Durante o encaminhamento da pesquisa, as questões levantadas apontavam para os indícios a serem pesquisados, mas isso não significou que estes seriam de fácil acesso. Ao contrário, em meio à desconfiança e extravios¹⁰, os jornais e os memorialistas forneceram dados que remeteram aos Anais da Câmara Municipal, às atas das reuniões da Comissão Organizadora do IV Centenário e às imagens que retratavam a cidade de São Paulo e seus monumentos. Apesar da morosidade da pesquisa, pelas razões já mencionadas somadas à burocracia, o portal de acesso virtual da Câmara Municipal de São Paulo aos arquivos digitalizados se configurou como uma ferramenta bastante útil de pesquisa, agilizando a consulta aos Anais da Câmara e aos demais documentos. Por outro lado, extravios ocorridos na Centro de Memória da Camara Municipal compensou o fiel da balança.

Os trabalhos de pesquisa se iniciaram com visitas ao Arquivo Público Municipal de São Paulo, tendo sido prontamente atendido com relação à documentação da Câmara Municipal. Os primeiros contatos foram com as notas taquigráficas, material de difícil leitura, devido à própria natureza desses indícios,

⁹ CHARTIER, *op. cit.*, p. 13-15. Este autor indica duas noções de representação: uma como dando a ver algo ausente, considerando uma distância radical entre aquilo que representa e o que é representado; e outra como a exibição de uma presença, como a apresentação pública de algo ou alguém, e suas implicações no campo da história cultural.

¹⁰ O processo de tombamento do Monumento à Mãe Preta foi extraviado na Câmara Municipal de São Paulo. Neste documento, constava a justificativa do então prefeito Armando Arruda Pereira (1889-1955) para o indeferimento do pedido de implantação do monumento na cidade de São Paulo.

sendo estas os rascunhos do que foi publicado nos Anais da Câmara pela Imprensa Oficial. As discussões dos vereadores acerca do Monumento à Mãe Preta e o dificultoso trâmite percorrido nos órgãos municipais¹¹ para a construção desta obra contrastam com a unanimidade e velocidade do aceite para a criação do Monumento às Bandeiras¹², proposto pelos modernistas.

Apesar das discussões acaloradas e dos discursos inflamados ocorridos na *Casa do Povo* municipal, ainda era preciso compreender o modo como os eventos relacionados ao IV Centenário e, principalmente, a inauguração daqueles monumentos eram representados. Naquela ocasião, a visita ao Arquivo Público Estadual foi necessária a fim de pesquisar a forma como a imprensa representava tais monumentos para seus leitores. Deve-se ressaltar aqui o fato de que nem sempre os leitores desses periódicos se apropriavam dessas representações conforme lhes eram apresentadas, mas o mais provável era que, em determinadas circunstâncias, estes tinham suas próprias formas de representação. Obviamente, a análise do tratamento dispensado pelos veículos de comunicação à cobertura das inaugurações dos monumentos não respondeu por completo às questões levantadas, mas indicou possibilidades acerca de como essas representações foram propostas. Não foi surpreendente perceber que alguns veículos enfatizavam de maneira desigual a inauguração dos monumentos. Outra questão que se colocava era o porquê de tal postura e como isto repercutia. É importante ressaltar também que, para se trabalhar com jornais como indícios, impõem-se ao pesquisador desafios metodológicos intrínsecos à atividade da pesquisa e exige-se cautela em relação a eles, o que levou a problematizar a utilização destes e seu impacto para a qualidade da pesquisa; tal circunstância conduziu a uma solidarização com diversos pesquisadores que também se utilizam de jornais e periódicos, visando principalmente ao aprimoramento das pesquisas com este tipo de indício.

¹¹ Anais da Câmara Municipal, entre 1952 e 1955. Disponível em: <<http://busca.camara.sp.gov.br/anadig/docs/Sessoes/Ordinarias/205SO02.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2016

¹² Obra de proporções monumentais encomendada a Victor Brecheret pela Assembleia Legislativa do Estado e oferecida para a cidade de São Paulo por ocasião de seu 399º aniversário.

Trata-se de entender a imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias e requer ser trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade e os movimentos de constituição e instituição do social que essa relação propõe¹³.

As discussões legislativas e as representações midiáticas, apesar de indicarem um caminho, ainda não satisfaziam completamente as questões iniciais. O cenário que se desenhava parecia carecer de identidade, ou melhor, identidades. E era exatamente isso, faltava o elemento principal: as pessoas com suas percepções, impressões, suas leituras da realidade, enfim, suas memórias. Os memorialistas de São Paulo forneceram importantes dados para a pesquisa. Seus olhares sobre a cidade e o registro de suas experiências e impressões se constituíram como importantes elementos para a pesquisa, contudo, ainda era insuficiente para os resultados almejados. Os memorialistas correspondem a apenas uma parcela da sociedade e, ressalte-se, uma parcela numericamente pequena, mas não por isso menos importante. Faltavam ainda outras memórias, tão valiosas quanto as primeiras, mas muito mais difíceis e, por isso mesmo, raras e caras, as memórias daqueles que não publicaram, dos que não escreveram e dos que não sabiam escrever. À esta questão, a obra da pesquisadora Teresinha Bernardo¹⁴ foi providencial, pois não apenas indicou alguns caminhos a serem percorridos, mais do que isso, auxiliou na retomada de algumas considerações sobre lugares e memória¹⁵:

[...] Meus interlocutores queriam mostrar como São Paulo havia mudado.

As caminhadas, com certeza, trouxeram outros fragmentos da memória, os quais, em uma situação formal de pesquisa, seriam muito difíceis de se obter. Isso mostra que andar por lugares

¹³ CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Rev. Projeto História*, São Paulo, n. 35, dez. 2007. p. 258.

¹⁴ BERNARDO, Teresinha. *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo: EDUC: Editora UNESP, 1998.

¹⁵ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad.: Yara Aun Khoury. *Projeto História*, n. 10, dez. 1993. p. 7-28.

conhecidos pelos quais já andamos no passado faz com que aflorem certas lembranças¹⁶.

Acessar as memórias de diferentes grupos permitiu vislumbrar a complexidade de visões, impressões e sensibilidades sobre a mesma cidade. O acesso a essas memórias se deu por meio de revisões bibliográficas: memórias traduzidas oralmente em palavras e transcritas academicamente. Contudo, ainda era necessário considerar metaforicamente os processos de pasteurização pelos quais passaram as memórias presentes nesse tipo de indício. E ainda que sejam trabalhos acadêmicos, o risco do envolvimento emocional é constante, dada a elevada carga sentimental presente nas lembranças e nos relatos dos entrevistados durante o resgate de suas memórias.

Segundo Bastos, “Dentro da nossa construção de identidade e memória será fundamental para redirecionar as políticas públicas de preservação do patrimônio histórico cultural”¹⁷, pois:

Conviver com uma memória de sangue será menos traumático do que conviver com o esquecimento, com a exclusão dos episódios da nossa história que causou sofrimento [...]. Devemos conviver com a memória, mesmo que ela seja de sangue, pois excluí-la da nossa lembrança é abrir caminho para que ela se repita e assombrar num futuro próximo nossa vida e nosso futuro¹⁸.

Procurando entrecruzar as memórias dos diferentes grupos sociais com as ações decorrentes das políticas públicas por ocasião do aniversário da cidade e também com as notícias veiculadas no mesmo período por periódicos de naturezas diversas, foi possível perceber a relação dos monumentos com as pessoas; contudo, a pesquisa ainda não se encontrava completa. Naquele momento, foi possível notar que o andamento da pesquisa não havia percorrido sequer a metade do trabalho. Ainda era preciso encontrar outras relações: das pessoas com os lugares, dos lugares com os monumentos, e, finalmente, das pessoas, dos lugares e dos monumentos com a História. Para tanto, foi empreendida uma revisão teórica sobre

¹⁶ BERNARDO, *op. cit.*, p. 39.

¹⁷ BASTOS, Rossano Lopes. *Uma arqueologia dos desaparecidos: identidades vulneráveis e memórias partidas*. São Paulo: Superintendência do IPHAN em São Paulo, 2010. p. 168.

¹⁸ BASTOS, *op.cit.*, p. 169.

os “lugares de memória”, “documento e monumento”, a “invenção do patrimônio urbano” e a “memória individual e memória coletiva”¹⁹.

Os monumentos haviam passado da qualidade de objetos da pesquisa para indícios primários, realizações materiais consequente das ações de determinados grupos de indivíduos atuantes na cidade. Os monumentos, por si próprios, já não eram mais tão importantes, mas adquiriam uma outra dimensão em seus simbolismos, as relações que ensejavam, as memórias que encerravam e produziam. A busca passou a ser, então, pelas pessoas por trás dos monumentos: suas intenções, suas experiências de vida, suas ações e interações. Pedra e bronze não eram mais suficientes para satisfazer a pesquisa, mas, tal como indicado por Marc Bloch, a fome passou a ser por carne²⁰. Mais precisamente pelos sujeitos e suas vivências, alguns conhecidos, outros anônimos.

As referências bibliográficas dos textos conduziram a outros autores, e estes, a novas questões, novas conjecturas. Os objetos da pesquisa, os monumentos, perdiam a primazia gradativamente, na medida em que as leituras se aprofundavam.

A icônica escultura de Victor Brecheret, o Monumento às Bandeiras, inaugurada em 1953, foi idealizada pelo artista no início dos anos 1920, quando São Paulo efervescia cultural e economicamente, bem como em outros aspectos da vida social²¹. A proximidade com o Centenário da Independência, em 1922, mobilizou um sentimento regionalista entre as elites de São Paulo que conflitava com os anseios dos habitantes da capital federal, à época, o Rio de Janeiro, de modo que cada uma das capitais requeria para si o reconhecimento de berço da nação independente. São Paulo se desenvolvia em ritmo vertiginoso, e seu crescimento populacional, incrementado principalmente pelas ondas migratórias, era acompanhado pela

¹⁹ Os textos fundadores desta pesquisa, respectivamente: NORA, 1993, p. 7 - 28; LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 2003; CHOAY, Françoise. *A Alegoria do patrimônio*. 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. p. 205-206; HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad.: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

²⁰ BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 54. Referência à citação constante em seu primeiro capítulo, em que Bloch afirma: “*Já o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça*”.

²¹ TOLEDO, Roberto Pompeu. *A Capital da Vertigem: uma história de São Paulo de 1900 a 1954*. Objetiva. 2015, p. 214.

expansão da malha urbana. A onda de desenvolvimento econômico potencializava ainda mais as rivalidades existentes entre Rio de Janeiro e São Paulo e, em contrapartida, atraía trabalhadores de diferentes partes do mundo para a capital paulista. Nessa cidade em franco crescimento, os espaços ocupados pelos imigrantes deixavam algumas dúvidas no ar: onde estavam ou para onde foram os antigos habitantes – os pobres, os negros, os não italianos e os não-fazendeiros cafeicultores²²? Quais eram seus monumentos?

A busca de respostas a essas questões conduziu a pesquisa a outro monumento da cidade: o Monumento à Mãe Preta. A Mãe Preta, signo emblemático na história da sociedade brasileira, teve seu monumento inaugurado em 1955. Enquanto a inauguração do Monumento às Bandeiras abriu as comemorações de aniversário do IV Centenário da Cidade de São Paulo, à inauguração do Monumento à Mãe Preta coube o encerramento dos festejos. Deste modo, outras questões se colocavam: Quais os efeitos sinérgicos entre os monumentos e seu entorno? Como se deu a escolha dos lugares em que foram erigidos? O que simbolizam e como foram representados? Estes questionamentos conduziram o caminhar pela cidade, considerando a geografia e a paisagem, o estudo de cartas cartográficas, investigações sobre a especulação imobiliária e os processos de ocupação, desapropriação e reapropriação. Mais do que isso, orientou as reflexões sobre as relações de poder, as táticas e estratégias²³ inseridas nos diversos monumentos e espaços da sociedade paulistana.

O desafio que se encontra na tentativa de transcrever, de fato, mesmo que dentro dos mais rigorosos padrões científicos, algo que nos escapa por entre os dedos, como a realidade, que não se deixa ser traduzida por palavras²⁴, encontra sentido quando convenciamos que este modo de tentar apreender a realidade não é mais que apenas outra forma de representação²⁵. Discutindo sobre a necessidade

²² SANTOS, José Carlos Ferreira dos. *Nem Tudo era Italiano: São Paulo e Pobreza – 1890-1915*. São Paulo: Annablume, 1998. p. 12.

²³ CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano*: 1. Artes de fazer. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 94.

²⁴ MOSÉ, Viviane. *Nietzsche e a grande política da linguagem*. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 2005. p. 48.

²⁵ CHARTIER, *op.cit.*, p.18.

de identificar como simbólico todos os signos aos quais os grupos atribuem uma organização conceitual ao mundo, Chartier indica a função simbólica²⁶ como mediadora que permite identificar diferentes modalidades de apreensão do real, seja por meio de signos linguístico, figuras mitológicas ou conceitos do conhecimento científico.

O passado é uma construção e uma reinterpretação constante e tem um futuro que é parte integrante e significativa da história. Isto é verdadeiro em dois sentidos. Primeiro, porque o progresso dos métodos e das técnicas permite pensar que uma parte importante dos documentos do passado está ainda por se descobrir. Parte material: a arqueologia decorre sem cessar dos monumentos desconhecidos do passado; os arquivos do passado continuam incessantemente a enriquecer-se.²⁷

Mesmo assim, a insistência na tentativa de comunicar os eventos, tais como foram observados, de forma mais precisa e objetiva possível, e fugindo da pretensão de se querer narrá-los como realmente acontecidos, já demonstra, a princípio e em primeiro lugar, a subjetividade da pesquisa em face do cientificismo posto. Pesavento, em consonância com Chartier, é bastante incisiva ao alertar que não se deve confundir a descrição da realidade com a própria realidade²⁸. A realidade ocorrida e presenciada é algo único, original e irrepetível, histórica e temporalmente; sua descrição pode revelar, quando muito, a posição do observador que narra, e, ao narrar, por vezes, é tomado como porta-voz da realidade, testemunha ocular fidedigna dos eventos representados. O narrador pode acreditar que a pretensa imparcialidade de sua narrativa se constitui tal como se desenvolveram os eventos, alheios à sua vontade. A narrativa ganha contornos de verdade, quase que uma blindagem às desconstruções e problematizações históricas. Isso pode ocorrer por não se levar em consideração a escolha das palavras e a organização textual da narrativa, elementos estes que são reveladores das posições assumidas pelo narrador.

²⁶ CHARTIER, *op.cit.*, p. 19. O autor esclarece que “forma simbólica seriam todas as categorias e todos os processos que constroem o mundo como representação, de acordo com a tradição do idealismo crítico”.

²⁷ LE GOFF, *op. cit.*, p. 25.

²⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. p. 40-41.

Em segundo lugar, sendo as palavras códigos da comunicação que permitem representações da realidades, isto é, traduções simbólicas do pensamento humano acerca dos eventos do mundo real, correspondendo ao escasso recurso de que dispomos para a inteligibilidade da comunicação frente a complexidade da existência do mundo real, é imperativa a reflexão sobre as noções aqui utilizadas. Daí advém, apesar de reconhecer as limitações da linguagem, a necessidade de refletir sobre a episteme, conceitos e noções que fundamentam e dão sustentação à pesquisa. Para além do exposto, a utilização adequada da linguagem também se faz necessária no sentido de minimizar possíveis equívocos interpretativos que possam surgir ao longo da leitura.

A explicitação conceitual dos termos empregados na presente pesquisa é importante na etapa inicial a fim de esclarecer ao leitor não apenas o percurso metodológico empregado aqui, mas principalmente por fornecer uma estrutura de pensamento que tem entre seus principais objetivos o de ser mais claro possível, buscando o perfeito entendimento dos termos e das noções aqui apresentados²⁹.

As palavras do nosso idioma corrente devem ser as nossas pedras fundamentais, os meios pelos quais os conceitos primordiais e mais básicos serão desenvolvidos³⁰.

A importância da correta utilização da linguagem e o devido esclarecimento epistemológicos dos termos empregados nesta pesquisa³¹ devem contribuir para a reflexão dos processos aqui empreendidos, considerando-se as diferentes temporalidades e espacialidades ensejadas. Nesse contexto, ressalta-se a importância de uma reflexão um pouco mais aprofundada de quatro noções básicas, quais sejam: Memória; Identidade; Patrimônio; e Monumento.

²⁹ DUNNELL, Robert C. *Classificação em Arqueologia*. Trad. ARAUJO, Astolfo G. M. São Paulo: EDUSP, 2006. p. 36.

³⁰ DUNNELL, *op.cit.*, p. 33.

³¹ FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. p. 215. Foucault chama a atenção para o conjunto das relações que podem unir as práticas discursivas, as ciências, e que permite conhecer o jogo das coações e das limitações que se impõem ao discurso.

Memória

Le Goff define memória como um conjunto de funções psíquicas com a propriedade de conservar informações, permitindo ao homem atualizar impressões passadas³²; encontra-se em consonância com Halbwachs, que trata da memória em dois níveis, o individual e o coletivo. A memória individual se apoia na memória coletiva para completar lacunas, incorporando-a à sua essência. A memória coletiva também contém memórias individuais, que se transformam quando passam do individual para o coletivo. A memória individual está estreitamente limitada no espaço e no tempo, evocando palavras e ideias presentes em seu ambiente. A memória coletiva também é assim, porém, com vínculos que podem ser mais estreitos e mais distantes, podendo ser uma memória tomada de empréstimo, por meio de suas tradições que subsistem em determinado grupo social. A reconstrução integral da memória coletiva exige a recomposição de todas as reproduções “deformadas e parciais” de todos os integrantes daquela coletividade, diferentemente das lembranças individuais, que são e estão inteiramente no indivíduo.

As memórias coletivas são tão múltiplas quanto os grupos sociais que delas compartilham. E em cada grupo existem ainda subgrupos, que estão em constante transformação; cada grupo pode conter diversas ramificações. Sobre o conteúdo das memórias coletivas múltiplas, apesar de existirem diferenciações, as semelhanças passam para o primeiro plano. Assim, o grupo visa perpetuar sua memória por meio de sentimentos e imagens que formam a substância do pensamento. Qualquer elemento que altere as circunstâncias e as torne incompatível com seu passado provoca o surgimento de um novo grupo, dotado de memória própria. Assim, de acordo com Le Goff, a memória coletiva foi colocada em jogo na luta das forças sociais pelo poder³³. A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de *identidade*³⁴.

³² LE GOFF, 2003, p. 387. “O conceito de memória é crucial”: esta é a frase com que Le Goff inicia seu capítulo sobre memória, seguindo para descrição do conceito no campo científico, principalmente em relação à história e à antropologia.

³³ LE GOFF, *op.cit.*, p. 390.

³⁴ LE GOFF, *op.cit.*, p. 435.

Identidade

O sociólogo francês Pierre Bourdieu já chamou a atenção para a "ilusão biográfica", isto é, para o fato de a unidade do eu ser, na verdade, uma formidável abstração. Essa ilusão compreende a ideia de uma identidade coerente; de um todo, com projetos e intenções; de uma trajetória de acontecimentos sucessivos (é comum representar-se a vida como estrada, caminho, carreira, corrida etc.). Além disso, a ordem cronológica com que se organizam biografias imprime à vida uma lógica retrospectiva e prospectiva, preocupada em dar um sentido à existência. O nome próprio, a individualidade biológica e a assinatura asseguram a constância e alimentam a ilusão de unidade, quando, na verdade, o eu é fracionado e múltiplo³⁵.

Ao pesquisar sobre Identidade, principalmente a partir da perspectiva dos estudos culturais, busca-se uma ampliação e um aprofundamento da compreensão dessa noção. Desde já, ressalta-se que, assim como outros conceitos presentes nas ciências sociais, não há uma única definição para conceito de identidade, considerando-se sua complexidade e a diversidade de abordagens sobre o assunto. Distinguindo os conceitos de Sujeito e Identidade, Hall³⁶ propõe três concepções de identidade, quais sejam: o sujeito do Iluminismo, que se identifica como indivíduo centrado e dotado das capacidades da razão; o sujeito sociológico, aquele presente na modernidade e que se forma a partir das relações que estabelece com os outros, e, por isso mesmo, não é independente; e, finalmente, o sujeito pós-moderno, que não possui uma identidade fixa.

Uma noção de uma identidade nacional unificada não é suficiente para abarcar a pluralidade e diversidade cultural existentes em uma mesma nação. Assim, os processos de formação de identidade nacional são formas estruturantes da cultura, inseridas em diferentes contextos, em que cada qual busca consolidar suas diferenças em uma única identidade³⁷.

³⁵ PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 169.

³⁶ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10 edição. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005. p. 10.

³⁷ HALL, *op.cit.*, p. 65.

Patrimônio

“Bem de herança que é transmitido, segundo as leis, dos pais e das mães aos filhos”. Herança deixada anteriormente segundo a designação estabelecida na Antiguidade, o patrimônio é revelador do modo como as sociedade atuais assumem sua relação com a temporalidade e constroem suas identidades. Para Choay, ao estabelecer um distanciamento temporal e uma aproximação identitária por meio da alteridade, o patrimônio histórico funciona como um espelho³⁸, que, ao criar o efeito de distância, estabelece um tempo referencial da história, ao mesmo tempo em que apresenta uma imagem desconhecida de si mesma enriquecida com dados genealógicos.

Monumento

Depositário de memória, suportes da memória coletiva. Os monumentos guardam em si as representações históricas anteriores. Choay, ao tratar da iconografia dos monumentos, traça um panorama da constituição dos valores históricos e cognitivos dos monumentos. Ainda que primeiramente os monumentos fossem apreciados enquanto obras de arte, as pesquisas de caráter científico em História da Arte sobre eles levaram em conta suas cronologia, técnica, morfologia, gênese e fonte³⁹.

O papel memorial do monumento o caracteriza por sua função identitária, observando-se a dimensão solidária entre a arte, a estética e a história, na qual o homem, ao executar o fazer artístico, realiza-o de acordo com seu modo de representar o mundo, sem estar descolado de sua época e de seu espaço.

Assim, a presente dissertação encontra-se estruturada da seguinte forma:

No primeiro capítulo são apresentadas as mudanças ocorridas na cidade de São Paulo entre os anos de 1920 aos anos 1950, promovidas pelos projetos de embelezamento e modernidade, considerando-se principalmente as interações sociais dos diferentes grupos que habitam a cidade, por meio da análise de imagens, de periódicos, dos textos memorialísticos e produções acadêmicas. Dessa

³⁸ CHOAY, *op.cit.*, p. 129.

³⁹ CHOAY, *op.cit.*, p. 128-129.

forma, intenciona-se confrontar os diferentes projetos existentes para a cidade de São Paulo, bem como as intenções e motivações desses projetos na busca por uma legitimação da posição e presença de distintos grupos sociais no espaço e na memória da cidade.

O segundo capítulo é dedicado ao estudo do Monumento às Bandeiras, obra executada por Victor Brecheret e inaugurada em 1953, na ocasião da abertura das comemorações do IV Centenário da cidade (sua concepção ocorreu na década de 1920). Este monumento foi ofertado pelo governo estadual para a cidade de São Paulo, tendo sido arquitetado pelos modernistas na década de vinte como marco da memória e identidade bandeirante. Pretende-se também identificar as motivações específicas que levaram à construção de tal monumento e a maneira como foi incorporado ao projeto de modernização da cidade e apropriado por seus habitantes.

O terceiro capítulo busca analisar e discutir o conjunto simbólico representado pelo não menos importante Monumento à Mãe Preta (1955) e a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. O Monumento à Mãe Preta, do artista plástico Júlio Guerra, inaugurado na ocasião do encerramento das comemorações do IV Centenário, foi fruto de reivindicação do Clube 220 pelo reconhecimento da importância e da presença da população negra tanto na história da cidade quanto na própria contemporaneidade da sociedade de São Paulo. Neste capítulo, espera-se resgatar as trajetórias percorridas por seus caminantes nas estratégias estabelecidas para a permanência nos espaços e na memória da cidade.

O estudo ensejado prioriza os supracitados monumentos por serem contemporâneos quanto à sua concepção e inauguração, por marcarem simbolicamente as festividades do aniversário da cidade de São Paulo e por apresentarem projetos distintos entre si, sendo um proposto pelo governo estadual à cidade, ainda que em outra época e momento histórico, mas posteriormente aproveitado por ocasião do IV Centenário, e outro, advindo dos anseios de um grupo popular ligado aos movimentos negros, o Clube 220, representando a luta de um grupo social pela legitimação de sua presença na memória da cidade e no próprio espaço urbano. Aqui, entre tantos outros exemplos possíveis, o conflito e o confronto se revelam.

CAPÍTULO I - A CIDADE, A MEMÓRIA E OS MONUMENTOS

1.1 São Paulo, de cidade provinciana a capital cultural

Narrar o que acontece numa cidade não é simples. Caracterizá-la, em palavras, menos ainda. A rede intrincada de acontecimentos que tecem a trama cidadina é de tal complexidade que qualquer tentativa textual de traduzir as cidades por meio de palavras parece ser tarefa hercúlea. O cenário a ser apresentado constitui uma representação que, por mais fiel que seja aos indícios investigados e aos dados levantados, ainda é subjetiva. O alerta serve para que o leitor não perca de vista as infinitas perspectivas que se colocam à disposição do olhar retrospectivo que pretende contemplar e analisar os fatos passados.

As análises da diversidade cultural, do desenvolvimento econômico, das relações sociais, dos modos de produção, do crescimento populacional e de tantos outros aspectos da história da vida urbana ainda são insuficientes para recuperar as experiências vivenciadas, em sua plenitude, pelos habitantes da cidade. As experiências de vida são tantas e tão diversificadas quanto distintas, que, para alcançar os efeitos desejados nesta pesquisa, faz-se necessária a seleção de algumas delas⁴⁰. Não se deve olvidar que toda escolha é arbitrária, e que os critérios utilizados aqui como parâmetros para se estabelecer tais escolhas basearam-se no risco que algumas daquelas vivências correm em serem relegadas ao esquecimento, soterradas pelas memórias cívicas⁴¹ ou distorcidas ao longo do tempo. Tempos, lugares, percepções e memórias constituíram-se em elementos-chave para se acessar determinadas experiências vividas na primeira metade do século XX na cidade de São Paulo.

⁴⁰ BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e Misérias da Biografia. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 220. A autora esclarece que no trabalho historiográfico, os fatos passam por uma seleção permanente pois, segundo essa ela, não existe outra maneira de narrar uma vida a não ser selecionando os fatos que parecem ser mais significativos.

⁴¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Palavras para crer: imaginários de sentido que falam do passado. In: *Anais do II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

Neste capítulo introdutório, é importante apontar, ainda que brevemente, o processo de transformação pelo qual a cidade passou entre o final do século XIX e o início do século XX, a fim de melhor compreender as relações imbricadas entre a Semana de Arte Moderna, o IV Centenário, os monumentos aqui apresentados e seus respectivos interlocutores.

A São Paulo do IV Centenário não foi fruto de um processo naturalmente espontâneo, tampouco os monumentos espalhados por entre suas ruas, largos e praças. Uma cidade tipicamente provinciana que, desde sua fundação, em 25 de janeiro de 1554, e nos três séculos e poucos anos que se seguiram, pouco se desenvolveu⁴², enfrentando retrocessos econômicos, ameaças de extinção pelo abandono de seus moradores devido à falta de recursos necessários à permanência, bem como a falta de perspectivas futuras. A cidade do IV Centenário foi fruto de um vigoroso processo de transformações econômicas e sociais⁴³ ocorridas entre o final do século XIX até a metade do século XX, que ecoou nos planos e nas celebrações do Centenário da Independência, mais precisamente na Semana de Arte Moderna de 1922 e, posteriormente, nos festejos do IV Centenário da cidade, entre 1953 e 1955.

O desenvolvimento econômico da cidade atraiu um número expressivo de imigrantes europeus, que chegavam inicialmente no Brasil para substituir a mão de obra escrava das lavouras. Grande parte desse contingente acabou por se estabelecer na capital, ou, após algum tempo de trabalho no campo sob condições igualmente desumanas como as sofridas anteriormente pelas populações escravizadas, retornaram à cidade em busca de melhores condições de vida. O crescimento urbano municipal deu-se concomitantemente com a chegada dos imigrantes italianos, que gradativamente passaram a constituir a maioria dos trabalhadores de suas indústrias, ou mesmo artesãos e profissionais liberais. Segundo Marta Rosseti Batista, “em 1897, havia dois italianos para qualquer outro habitante de São Paulo⁴⁴.”

⁴² TOLEDO, *op.cit.*, p. 28.

⁴³ TOLEDO, *op. cit.*, p. 103-107.

⁴⁴ BATISTA, Marta Rosseti. *Bandeiras de Brecheret – História de um Monumento (1920-1953)*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1985. p.19.

Taunay constatou, por meio do Relatório da Comissão Central de Estatísticas de 1888, que os trabalhos mais comuns nas ruas da cidade eram sapateiros, alfaiates, carpinteiros, marceneiros, ferreiros, caldeiros e relojoeiros. Para além destes, haviam cozinheiros, copeiros, barbeiros, pedreiros, carroceiros e trabalhadores não especializados⁴⁵.

Figura 1 - Grupo de imigrantes na Hospedaria do Departamento Estadual do Trabalho (SP), início do século XX.



Fonte: Acervo Museu da Imigração do estado de São Paulo.

O primeiro censo realizado no Brasil⁴⁶, em 1872, apontou a presença de 31.385 moradores na cidade de São Paulo. Destes, 2.427 foram identificados como estrangeiros, advindos principalmente de Portugal, Alemanha e de nações africanas

⁴⁵ TAUNAY, Affonso de Escagnolle. *História da cidade de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. p. 349-350.

⁴⁶ TAUNAY, *op. cit.*, p. 304. O autor descreve o aumento do número de imigrantes entrando em São Paulo como um “surto migratório”; estes, por sua vez, encaminhavam-se, em sua quase totalidade, para as lavouras de café.

- estes últimos trazidos ainda na condição de escravos⁴⁷, entre outros grupos de estrangeiros com números menos expressivos, mas não menos importantes.

Taunay⁴⁸ relata o expressivo aumento no número de imigrantes que chegaram em São Paulo entre os anos de 1886 e 1888:

Em 1886, entraram na província 9.127 imigrantes e em 1887, 31.710 colonos, em imensa maioria italianos. E o Conde de Parnaíba, providamente, construiu a vasta Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, como centro de distribuição destes advenas. Excelente medida, pois, em 1888, tal afluxo subiria a 92.000 pessoas desembarcadas em São Paulo⁴⁹.

Ainda de acordo com os dados levantados por Taunay, tendo pesquisado o Relatório da Comissão de Estatísticas, constatou-se que na cidade de São Paulo existiam, em 1887, 493 escravos cativos, de um total de 47.000 habitantes. Taunay indica ainda 921 negros libertos, frutos da Lei do Ventre Livre, que viviam junto com os cativos⁵⁰.

Consoante Richard Morse, o crescimento da cidade se deu da seguinte forma:

Tabela 1- O crescimento dos distritos de São Paulo

Distritos	1872	1886	1890	1893
Sé	9.213	12.821	16.395	29.518
Santa Ifigênia	4.459	11.909	14.025	42.715
Consolação	3.357	8.269	13.337	21.311
Brás	2.308	5.998	16.807	32.287
Penha *	1.883	2.283	2.209	1.128

⁴⁷ Apesar da promulgação, em 1850, da Lei Eusébio de Queiroz, que punha fim ao tráfico negreiro no país, em 1872 ainda se constatava a presença de africanos trazidos para a cidade de São Paulo na condição de escravos.

⁴⁸ TAUNAY, 2004, p. 300-301.

⁴⁹ TAUNAY, 2004, p. 300.

⁵⁰ TAUNAY, 2004, p. 306.

N. Sr. ^a do Ó	2.023	2.750	2.161	2.350
São Paulo	23.243	44.030	64.934	192.409

Fonte: Richard Morse. Formação histórica de São Paulo, p. 238. In: São Paulo 450 anos: de vila a metrópole. p. 33.

A República estabelecida em 1889 – um ano e seis meses após a promulgação da Lei Áurea (13 de maio de 1888), que extinguiu o regime escravocrata no Brasil – trouxe um novo ímpeto aos cafeicultores paulistas. Estes ansiosos tanto por serem reparados pelos supostos prejuízos causados em decorrência da abolição da escravidão no Brasil e como por reaverem seus investimentos em escravos, defendiam a República como nova forma de governo. Naquela ocasião, os cafezais do interior paulista proporcionavam o enriquecimento de seus proprietários e já empregavam numerosa mão de obra assalariada oriunda da população imigrante. Parte da riqueza gerada pela lucrativa atividade cafeeira era reinvestida nas primeiras indústrias paulistanas, o que contribuiu ainda mais para a urbanização da cidade⁵¹.

Figura 2 - Viaduto do Chá. Antiga plantação de chá que deu nome ao viaduto sobre o vale do rio Anhangabaú - São Paulo; (c. 1892). Por Qaas.



Fonte: Acervo digital da Revista Veja São Paulo.

⁵¹ SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da Metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na virada do século XIX ao XX*. São Paulo: Ateliê, 2000. Entre a população daquela época, segundo Segawa, era usual utilizar termos como embelezamento ou saneamento como sinônimos para urbanização.

Desde 1870, a propaganda republicana ganhava adeptos no município, reforçada pelos jornais de tendências republicanas da época, a saber: *Propaganda*, *o Rebate* e *Província de São Paulo*. Além destes periódicos, destacaram-se *A república*, *o Diário Popular* e *o Grito do Povo*⁵². Alinhando-se aos preceitos abolicionistas⁵³, o republicanismo esteve em franca ascensão, até eclodir, em 15 de novembro de 1889, a Proclamação da República, com importante participação de notórios membros das elites paulistas: Prudente de Moraes⁵⁴ (1841-1902); Campos Sales⁵⁵ (1841-1913); Américo Brasiliense⁵⁶ (1833-1896); e Francisco Glicério⁵⁷ (1846-1916). Além destes, Toledo⁵⁸ e Taunay⁵⁹ citam muitos outros exemplos da participação paulistana nos rumos da política nacional.

Enquanto estes e outros representantes das elites paulistas embrenhavam-se na política nacional, o vertiginoso crescimento da cidade de São Paulo ampliava as diferenças sociais: a expansão da malha urbana remodelou os transportes da cidade e a configuração de seu mapa, distinguindo as áreas nobres das periféricas; o aumento populacional ocasionado principalmente pela chegada de imigrantes aumentou a oferta de mão de obra, provocando alterações nas relações de trabalho; se o desenvolvimento econômico proporcionado pela cafeicultura estimulou zoneamento urbano e possibilitou a construção de mansões em bairros como

⁵² TAUNAY, *op. cit.*, p. 309.

⁵³ TAUNAY, *op. cit.*, p. 306.

⁵⁴ AMARAL, Antônio Barreto. *Dicionário da História de São Paulo*. Col. Paulística; v. 19. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006. p. 101-103. Prudente de Moraes estudou Direito na Faculdade de Direito de São Paulo e tornou-se importante político de renome nacional, tendo participado dos principais eventos políticos ligados ao Partido Republicano do Estado.

⁵⁵ AMARAL, *op. cit.*, p. 568-569. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, também seguiu na carreira política até 1902, quando se recolheu à sua propriedade agrícola.

⁵⁶ AMARAL, *op. cit.*, p. 416-417. Formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi um proeminente defensor das propagandas abolicionista e republicana, um dos fundadores do Partido Republicano em São Paulo, tendo exercido diversos cargos políticos até assumir, em 1894, o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

⁵⁷ AMARAL, *op. cit.*, p. 373-374. Concluiu o curso secundário no Seminário Episcopal de São Paulo, mas devido a dificuldades financeiras, largou os estudos e, posteriormente, dedicou-se ao jornalismo e notabilizou-se como advogado. Também exerceu funções públicas, recebendo ainda honras de General de Brigada.

⁵⁸ TOLEDO, *op. cit.*, p. 267-290.

⁵⁹ TAUNAY, *op. cit.*, p. 351-358.

Campos Elíseos e Higienópolis, por outro lado, a experiência da industrialização trouxe novos modelos de moradia em São Paulo, como por exemplo, as vilas operárias.

Glória Kok relata essa distinção:

No final do século XIX, iniciou-se a formação de bairros nobres residenciais na cidade de São Paulo, destinados à moradia da elite da época: fazendeiros de café e a alta burguesia de comerciantes, industriais e profissionais liberais.⁶⁰

A Avenida Paulista também se constituiu em outro empreendimento imobiliário de luxo, ladeada por palacetes de diversos estilos, fator que indica as influências das diferentes culturas que se encontravam no município de São Paulo.

Em contrapartida, a imensa maioria dos imigrantes pobres que trabalhavam nas indústrias da cidade ocupava os loteamentos populares, distantes do centro, nas áreas menos nobres da capital: as várzeas e os terrenos acidentados.

Figura 3 - Mansões na Avenida Paulista na década de 1910.



Fonte: Acervo da Fundação de Energia e Saneamento.

⁶⁰ KOK, Glória. *São Paulo 450 anos: de vila a metrópole*. São Paulo: BEI Comunicação. 2004. p. 58. A autora relata ainda que, no bairro de Higienópolis, concentravam-se os palacetes mais elegantes da cidade.

As vilas operárias constituíram outra forma de habitação popular da virada do século na cidade de São Paulo. Muitas grandes indústrias possuíam vilas em suas proximidades ocupadas pelos trabalhadores.⁶¹

Os projetos de embelezamento da cidade começaram na gestão do prefeito Antonio da Silva Prado (1899-1910), que abriu espaços verdes nas cidades, ao gosto das elites econômicas. A elite cafeeira, que tinha muito mais orgulho de suas fazendas de café do que de suas casas na capital⁶², procurava naquele momento, em consonância com o poder público, conferir uma fachada moderna para cidade, além de alçá-la a capital internacional.

Apesar de as elites vislumbrarem a possibilidade de um “futuro civilizado”⁶³ e internacionalmente articulado, em suas diversas formas de expressão artística tratavam de afastar metodicamente o passado recente. A vida moderna advinda da urbanização representava e assegurava, tal como queriam fazer crer as elites, a evolução para situações sociais de vida historicamente desejáveis no Brasil⁶⁴.

Ao mesmo tempo em que o passado era abjurado, impondo a construção de novos princípios identitários a grupos sociais inteiros, a perspectiva do futuro estava ancorada na concepção de progresso recém-iniciado⁶⁵.

⁶¹ KOK, 2004, p. 55-57. Apesar das diferenças sociais, a vila Maria Zélia se destacou por defender os direitos à moradia, educação, saúde e lazer da classe trabalhadora.

⁶² BRUNO, Ernani. *História e Tradições da Cidade de São Paulo: Metrópole do Café (1872-1918), São Paulo de Agora (1918-1954)*. V. III. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. p. 1315.

⁶³ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Metrópole e Cultura. O novo modernismo paulista em meados do século XX. *Tempo Social - Rev. Sociologia da USP*, São Paulo, SP. 9 (2): p. 35 - 52; outubro de 1997. p. 38.

⁶⁴ MEYER, Regina Maria Proserpi. O papel da rua na urbanização paulistana. *Cadernos de História de São Paulo: A cidade e a rua*, São Paulo. *Museu Paulista da Universidade de São Paulo*, n.2, p. 13-25, janeiro-dezembro, 1993. p. 18.

⁶⁵ ARRUDA, 1997, p. 40.

Por outro lado, a vida nas áreas menos valorizadas no mercado imobiliário ainda seguia o ritmo do campo. As dificuldades sociais e econômicas marcavam presença constante no cotidiano dos habitantes dos cortiços e das várzeas. Os serviços pouco valorizados, a falta de oportunidades e a discriminação faziam parte do cotidiano⁶⁶ nas várzeas periféricas ao famoso triângulo.

Nos anos de 1910, a revitalização do Vale do Anhangabaú – com o ajardinamento das áreas que anteriormente eram ocupadas pelas antigas plantações de chá, e sua conseqüente transformação no Parque do Anhangabaú –, bem como a valorização imobiliária da região, com a construções de edifícios de arquitetura europeia, que expulsava sutilmente as populações empobrecidas daquela área, indicavam as inclinações burguesas dos dirigentes para aquela parte da cidade⁶⁷.

Figura 4 - Vista panorâmica do Vale Anhangabaú



Fonte: Kok (2004, p. 64).

⁶⁶ SANTOS, Carlos José Ferreira dos. Várzea do Carmo: Lavadeiras, Caipiras e “Pretos Véios”. In: *Memória e Energia*. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, n. 27. 2000, p. 96.

⁶⁷ MOURA, Irene Barbosa de. *A cidade e a Festa: Brecheret e o IV Centenário de São Paulo*. 2010. 176 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 79.

Rosário⁶⁹, cafés, rotisseries e lojas de departamento modificavam radicalmente a paisagem e a vocação do famoso triângulo. Toledo descreve o perfil que se dava àquela nova fase da cidade:

Neste caldeirão em que se misturavam novos tipos de consumo e novos lazeres, o encanto com as novas invenções e novas formas de se relacionar com a cidade, novos tipos de exibicionismo, novos prazeres e novas formas de sociabilidade, compõe-se o conjunto de ações e de aparatos a que se deu o nome de “vida moderna”.⁷⁰

No entanto, este mesmo autor aponta para o outro lado da moeda:

Tudo o que fosse considerado moderno mereceria reverência, assim como tudo que remetesse ao antigo merecia condenação. O “moderno”, nessa fase de deslumbramento, não admitia viver com o antigo. Pretendia aniquilá-lo.⁷¹

Os novos hábitos das elites eram contrastantes aos antigos costumes da população em geral. Se até meados do século XIX as famílias permaneciam reservadas nos interiores de suas casas, recolhidas para as refeições e descanso, na passagem do XIX para o XX, os passeios públicos, almoços e jantares em restaurantes, a prática de esportes, a apreciação da presença em atividades públicas tomaram lugar na vida privada e reservada das elites.

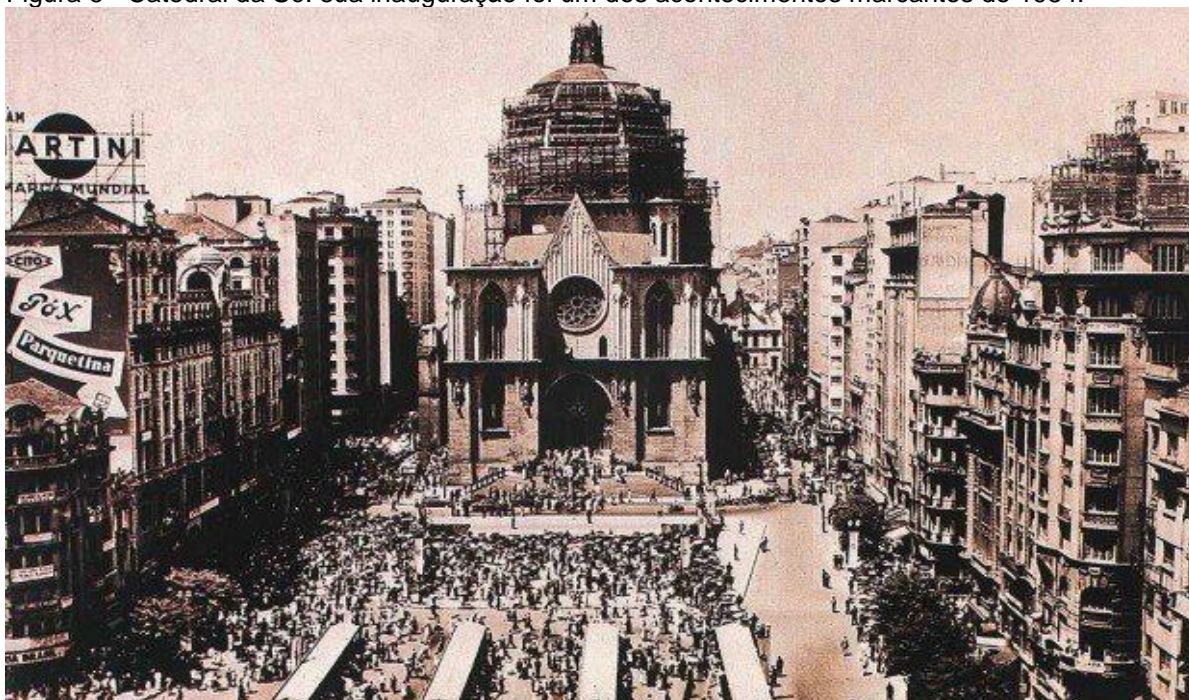
As transformações urbanísticas seguiram ao longo da década de 1910. A demolição da antiga Sé abriu espaço na cidade para abertura da praça de mesmo nome. A construção da Catedral Metropolitana, iniciada em 1913, projetada pelo arquiteto alemão Maximilian Emil Hehl (1861-1916), estendeu-se ao longo de décadas, sendo inaugurada, ainda que não totalmente concluída, em 25 de janeiro de 1954, data do 400º aniversário da cidade de São Paulo.

⁶⁹ Atual praça Antônio Prado, no Centro Histórico da cidade de São Paulo.

⁷⁰ TOLEDO, *op. cit.*, p. 89.

⁷¹ TOLEDO, *op. cit.*, p. 89.

Figura 6 - Catedral da Sé: sua inauguração foi um dos acontecimentos marcantes de 1954.



Fonte: Acervo iconográfico da Biblioteca Mário de Andrade.

As mudanças ocorridas na década de 1910 proporcionaram à cidade uma fisionomia cada vez mais europeizada. Edifícios, praças, bulevares, avenidas, quase tudo era projetado e construído à moda europeia. Os monumentos implantados na cidade traziam diferentes temas, quase todos europeus: desde a mitologia grega até a homenagem a compositores e escritores ultramarinos.

Neste período, parte dos capitais gerados pelas atividades cafeicultoras era investida nas indústrias locais, favorecidas pela retração do comércio mundial. Enquanto o mundo ainda se recuperava da I Guerra Mundial (1914-1918), a economia paulistana criava as bases para o desenvolvimento industrial, com a transferência de capitais provenientes das atividades agrárias para a incipiente industrialização. Apesar do progresso econômico de São Paulo e de sua industrialização, por volta dos anos 1920, em termos de desenvolvimento humano, a cidade não se destacava em relação às outras capitais brasileiras⁷², pois seus indicadores sociais pouco variavam se comparados aos do restante do país⁷³.

⁷² TOLEDO, 2015, p. 200. Segundo os dados levantados por Toledo, a mortalidade infantil registrada em São Paulo, de acordo com o censo de 1920, era de 174,21 óbitos a cada mil

A São Paulo de 1920, nascida do caos, em meio ao acelerado processo de metropolização⁷⁴, não possuía uma identidade específica. A rápida urbanização da cidade não contrastava com os mitos paulistas tradicionais, mas, ao contrário, parecia conjugar-se. A São Paulo sem passado⁷⁵ apoiava-se na modernidade, buscando nos mitos bandeirantes uma ponte para o futuro. A população ainda experimentava um certo estranhamento em relação à sua própria identidade.

São Paulo não era uma cidade nem de negros, nem de brancos e nem de mestiços; nem de estrangeiros e nem de brasileiros; nem americana, nem europeia, nem nativa; nem era industrial, apesar do volume crescente das fábricas, nem entreposto agrícola, apesar da importância crucial do café; não era tropical, nem subtropical; não era ainda moderna, mas já não tinha mais passado. Essa cidade que brotou súbita e inexplicavelmente, como um colossal cogumelo depois da chuva, era um enigma para seus próprios habitantes, perplexos, tentando entendê-lo como podiam, enquanto lutavam para não serem devorados⁷⁶.

Do final do século XIX aos anos 1920, impulsionada pelas exportações da produção cafeeira, a cidade de São Paulo passou a assumir importante posição na economia nacional. Sua localização geográfica propiciava a posição de entreposto comercial entre as regiões produtoras do interior da Província e o porto de Santos, por onde era escoada a produção cafeeira cujo destino era o mercado internacional⁷⁷. Os “loucos anos 1920”⁷⁸ rotularam o desenvolvimento cultural de

nascimentos, não muito diferente da média das outras capitais brasileiras, que correspondia a 175,16 óbitos a cada mil nascimentos.

⁷³ TOLEDO, *op. cit.*, p. 200. As taxas de alfabetização da cidade de São Paulo também eram modestas: apresentavam 713 alfabetizados a cada mil pessoas acima de quinze anos; o Rio de Janeiro, capital administrativa do país, apresentava 742 alfabetizados por mil acima dos quinze anos de idade.

⁷⁴ SALIBA, Elias Thomé. *Cultura Modernista em São Paulo*. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 128-131.

⁷⁵ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Sevcenko inicia sua análise pelo ano de 1919, momento-chave para a compreensão do desenvolvimento da cidade, tendo em vista a o fim da Primeira Guerra Mundial e passados os 5 Gs - a gripe, a geada, os gafanhotos, as greves e a guerra.

⁷⁶ SEVCENKO, *op. cit.*, p. 31.

⁷⁷ HISTÓRICO DEMOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/index.php>. Acesso em: 23 mar. 2016.

grandes cidades pelo mundo afora, sustentado principalmente pela prosperidade econômica que marcou o período. Em São Paulo, os intelectuais do modernismo não queriam ficar de fora.

O fluxo imigratório continuou pelas duas primeiras décadas do século XX, mantendo a cidade elevado o ritmo de crescimento demográfico. Se entre 1872 e 1900 o censo contabilizava em São Paulo um crescimento demográfico de mais de duzentos mil habitantes, em 1917, estima-se que a cidade tenha atingido a marca de 500 mil habitantes⁷⁹. De 1900 a 1920, a população paulistana mais que dobrou, chegando a 579.033 habitantes. Os estrangeiros residentes em São Paulo em 1920 eram 206.657. É relevante registrar que nos Censos Demográficos de 1920 do IBGE, dos estrangeiros residentes na cidade, 1.412 foram apontados como “Nacionalidade Não Declarada”⁸⁰.

Durante o processo de melhorias da cidade, estimulado pela industrialização e expansão urbana, as contradições sociais se intensificaram. São Paulo convergia para a bipolarização social sintetizando duas realidades, quais sejam: uma elitista e outra popular⁸¹. A primeira, intelectualizada, com as intenções voltadas para o mundo e o futuro. A segunda, com suas raízes fincadas nas tradições e costumes, preocupada com seu próprio sustento e sobrevivência. Nas palavras de Bianchi:

Na Pauliceia havia duas realidades, ou melhor, duas cidades: a das elites cafeeira e industrial, localizadas nas regiões nobres da cidade, que não sabiam lidar com as transformações urbanas nem com a cultura popular, numa discriminação desenfreada contra a massa “incivilizada”; e a da classe operária e dos negros, considerada como

⁷⁸ HOBBSBAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX - 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. O termo refere-se à década de 1920 como um período de efervescência cultural em cidades como Nova York, Chicago, Paris, Londres, durante a prosperidade econômica vivida por seus habitantes entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundial.

⁷⁹ TAUNAY, *op. cit.*, p. 376.

⁸⁰ O censo realizado em 1900 apontou 239.820 habitantes na cidade de São Paulo. Cf. HISTÓRICO DEMOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/index.php>. Acesso em: 23 mar. 2016.

⁸¹ MOURA, *op. cit.*, p. 18.

de grupos subalternizados, iletrados, que nem sequer eram notados em suas expressões culturais⁸².

Se, de um lado, as elites se deslumbravam com a polifonia arquitetônica produzida pelos ganhos de capital da especulação cafeeira, de outro, haviam aqueles que conviviam com a pobreza, a violência constante e a repressão policial⁸³ nos bairros periféricos e pobres, em que os cortiços eram comuns e as enchentes frequentes.

Figura 7 - Panfleto estimulando a imigração para o Brasil.



Fonte: Acervo Museu da Imigração do Estado de São Paulo

⁸² BIANCHI, Vaner Silvia Soler. *A Casa Godinho como lugar de memória na cidade de São Paulo: 1890-1930*. 2014. 234 f. Tese (Doutorado em Educação, Arte e História) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014. p. 75.

⁸³ SANTOS, *op. cit.*, p. 33.

As indústrias paulistanas tinham predileção pelos imigrantes, pois os negros sofriam com o preconceito e a visão estigmatizada das elites agrárias e industriais que os associavam à mão de obra escrava ultrapassada, obsoleta e que precisava ser superada. Para as elites, a sociedade paulistana precisava se organizar para poder receber os imigrantes em suas indústrias⁸⁴.

A publicidade nos jornais italianos atraíam imigrantes para o Brasil, os projetos de embelezamento e urbanização tentavam aproximar visual e culturalmente São Paulo das cidades europeias. Não houve, porém, o mesmo empenho em incluir os descendentes de escravos na nova estrutura social que se estabelecia após a escravidão. O que se podia notar era exatamente o contrário:

O impedimento da inserção do negro liberto na nova estrutura social pós-escravista ocorreria em variados setores, notar-se-ia de maneira mais intensa no mercado de trabalho assalariado urbano e faria parte da lógica de mudança da composição étnica da população, concomitantemente à transição do trabalho escravo para o trabalho livre⁸⁵.

Nos planos das elites econômicas para a inserção da cidade de São Paulo na modernidade não havia espaço para os negros. E, no próprio município, os negros e descendentes de escravos eram removidos dos locais que ocupavam, assim como os entulhos das antigas construções que abriam espaço às novas habitações, para dar lugar a avenidas e novos bairros a serem ocupados pela população operária imigrante e branca.

O desejo de inscrever a capital nos anais da modernidade atingiu São Paulo com vigor e foi responsável, entre outras coisas, pela especialização no uso dos espaços com a criação de bairros residenciais de alto padrão e de bairros ocupados pela população operária. A paisagem também foi modificada pela presença maciça de fábricas, pelos bondes e pela demolição de edificações para a abertura de grandes avenidas. Com diferenças temporais e regionais, esse processo ocorreu em diversos países e envolveu transformações tecnológicas que propiciaram a criação dos grandes complexos industriais e contou com a intervenção do Estado na

⁸⁴ No panfleto distribuído na Itália lê-se: "Na América. Terras no Brasil para os italianos. Navios partindo toda a semana do porto de Gênova. Venham construir seus sonhos com a família. Um país de oportunidades. Clima tropical e abundância".

⁸⁵ SANTOS, *op. cit.*, p. 46.

determinação do ritmo, do alcance e do sentido do desenvolvimento econômico. Porém, com a industrialização e a expansão urbana, as contradições sociais se acentuaram⁸⁶.

Os empregos oriundos do processo de industrialização passaram a ser oferecidos principalmente aos imigrantes, que preenchiam a maior parte dos postos de trabalho. Até mesmo os trabalhos que historicamente eram realizados por escravos passaram a ser feitos por brancos. Essa exclusão no mercado de trabalho marginalizava socialmente os negros, tanto no que tange aos projetos de modernidade quanto à reorganização cidade.

O Centenário da Independência, em 1922, era a oportunidade das elites paulistas se sobreporem às suas rivais cariocas. Ainda que a cidade do Rio de Janeiro tivesse continuado como capital do Brasil após a Proclamação da República, os paulistas reivindicavam para São Paulo o título de berço da nação, tendo em vista a histórica Proclamação da Independência às margens do rio Ipiranga. O Centenário da Independência seria a ocasião perfeita para emplacar o movimento modernista no cenário cultural paulista e, porque não, nacional? A elite intelectual de 1922 construiu uma nova ordem de percepção. Era o desenraizamento como liberdade de ação. A cultura tornou-se uma questão urbana⁸⁷.

A crise de 1929 abalou a economia mundial provocando crise financeira e descontentamento dos que obtinham seus lucros com as exportações de café. Os anos de 1930 a 1945 foram marcados pelo intervencionismo do Governo Getúlio Vargas. Os conflitos ocorridos nesse período e a intensa política intervencionista refrearam os anseios das elites paulistas em relação às transformações que alçariam São Paulo à metrópole internacional. Após a crise de 1929 e a retração da economia mundial para o mercado internacional do café brasileiro, o processo de industrialização de São Paulo se acentuou. Essa nova fase de industrialização continuava acompanhada da expansão urbana e do crescimento demográfico, decorrentes principalmente das ondas migratórias. O governo revolucionário de Getúlio Vargas adotou uma série de medidas que estimulavam a industrialização do

⁸⁶ MOURA, *op. cit.*, p.18.

⁸⁷ SANTOS, *op. cit.*, p. 41.

país, beneficiando principalmente as regiões com potencial industrial. E este era especificamente o caso de São Paulo.

A Segunda Guerra Mundial provocou a suspensão da fabricação de diversos produtos manufaturados europeus e, como consequência direta, a diminuição das importações desses produtos pelo mercado brasileiro. Os empresários paulistas viram aí a oportunidade de ampliar seus negócios na cidade, tendo em vista que a produção e a exportação de café já não apresentavam mais a mesma lucratividade de outrora. Uma das consequências foi o aumento do número de fábricas em São Paulo, que se propunham a substituir a produção dos bens europeus, que fora interrompida devido à Segunda Guerra Mundial, bem como a recuperar os antigos lucros de outrora, provenientes da produção e da comercialização do café, por meio de investimentos no setor industrial que, em 1950, contava com mais de vinte mil indústrias e quase quinhentos mil operários.

São Paulo [...] consolida-se como pólo industrial mais importante do país, escolhido para ser a sede da indústria automobilística e dos setores fabris dinâmicos. O ufanismo das classes dominantes, industriais, comerciantes, políticos, contagia os meios de comunicação e ganha a classe média. 'São Paulo não pode parar', 'São Paulo é a cidade que mais cresce no mundo', 'São Paulo, o maior centro industrial da América Latina' são slogans que estão em toda parte e que justificam qualquer iniciativa tida como progressista. Demolir, passar as picaretas no que é velho – mesmo que só tivesse 20 anos - é progresso: é o nascer dos arranha-céus. O afã do progresso e da modernidade ordena e justifica o processo de transformação das áreas urbanas mais consolidadas, regido pelos incorporadores e pela especulação imobiliária.⁸⁸

Os veículos de comunicação anunciavam a industrialização como um meio de se alcançar o progresso, isto é, a industrialização era apresentada como um caminho para se atingir o desenvolvimento. A euforia especulativa sobre o progresso e a modernidade de São Paulo representados pela industrialização não ficou livre de obstáculos, revezes e contradições. A política intervencionista de Getúlio Vargas abalou os brios da elite cafeeira paulista. A Revolução Paulista de 32 não produziu

⁸⁸ KOWARICK, Lúcio; BONDUKI, Nabil. Espaço Urbano e Espaço Político. In: *As lutas sociais e a cidade. São Paulo: passado e presente*. KOWARICK, Lúcio (org.). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, p. 141.

os efeitos desejados. A Constituição de 1934 acabou substituída por outra, a de 1937, que colocou o país em um regime totalitário marcado principalmente pelo intervencionismo estatal. Se, por um lado, a antiga elite cafeeira tinha suas reservas com relação ao governo de Getúlio Vargas (1882-1954), a nova elite industrial se beneficiava com os investimentos e incentivos ao setor. Ao passo que as exportações dos produtos agrícolas nacionais diminuía, abalando a economia nacional, o Estado Novo respondia com uma política desenvolvimentista baseada na industrialização. Mesmo assim, apesar dos investimentos e incentivos, a elite industrial ainda desconfiava do governo que, além das intervenções estatais, ainda promulgava leis em favor das classes laboriosas. Só em 1945, com o fim da guerra na Europa e do Estado Novo, é que o Brasil voltaria a ser democrático, instaurando sentimentos de otimismo entre as classes dirigentes paulistas.

De 1945 a 1953, os preparativos para as comemorações do IV Centenário começavam a ganhar vulto, e a inauguração do Parque do Ibirapuera, em 21 de agosto de 1954, representou as concretizações dos ideais modernistas de 1922. No entanto, as eleições presidenciais de 1950 garantiriam a vitória e o retorno de Getúlio Vargas ao Palácio do Catete e à presidência do Brasil. Três dias após a inauguração do parque, em São Paulo, e em meio às comemorações do IV Centenário da cidade, a população chocar-se-ia com a notícia do suicídio do Presidente da República, em 24 de agosto de 1954.

1.2 Várias lembranças de uma mesma cidade

A construção da identidade está intrinsecamente associada à formação de uma memória. A memória coletiva pode encontrar suporte na matéria. Essa materialidade, por sua vez, pode contribuir para a formação de memórias e orientar a construção de identidades. Os monumentos erigidos em lugares arbitrariamente escolhidos constituem o *locus*, isto é, a relação singular e, ao mesmo tempo,

universal que existe entre certa situação local e as construções que se encontram naquele lugar⁸⁹ e se constituem como lugares de memória.

Tal como já mencionado, para Halbwack, deve-se admitir que existem dois tipos de memória das quais um indivíduo participa: as memórias individuais e as memórias coletivas, que orientam seus valores e suas atitudes⁹⁰. A individual se apoia na coletiva para completar lacunas, incorporando-a à sua essência. A memória coletiva também contém memórias individuais, que se transformam quando passam do individual para o coletivo. Diante disso, o acesso às memórias dos diferentes atores sociais que experimentam a cidade em diversos contextos é, ao mesmo tempo, revelador da polifonia urbana que, por vezes, pode parecer imperceptível sob a prevalência de uma ou algumas vozes.

A memória individual está estreitamente limitada no espaço e no tempo, evocando palavras e ideias presentes em seu ambiente. As memórias aqui apresentadas exemplificam essa limitação espaço-temporal, mas também permitem estabelecer um entrecruzamento dessas memórias, possibilitando compreender os vínculos que se estabelecem a partir do compartilhamento dos mesmos códigos de linguagens, costumes, valores e crenças. A memória coletiva, tal como a individual, também é limitada no tempo e espaço, porém, com vínculos que podem ser mais estreitos e mais distantes, podendo ser uma memória tomada de empréstimo, por meio das tradições que subsistem em determinado grupo social. A reconstituição integral da memória coletiva exige a recomposição de todas as reproduções “deformadas e parciais” de todos os integrantes daquela coletividade, diferentemente das lembranças individuais, que são e estão inteiramente no indivíduo.

Esta seção se apoia nas memórias dos antigos moradores da cidade de São Paulo, constituintes de identidades, privilegiando as memórias e os depoimentos já publicados⁹¹, tendo em vista as obras de três importantes memorialistas de São

⁸⁹ ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. Trad. Port. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p.147-208.

⁹⁰ HALBWACHS, *op. cit.*, p. 19.

⁹¹ BERNARDO, *op. cit.*, p. 45. A autora aborda com bastante propriedade e sensibilidade importantes questões acerca das diferentes memórias sobre a cidade de São Paulo.

Paulo: Jorge Americano (1891-1969); Ernani Bruno (1912-1986); e Claude Lévi-Strauss (1908-2009).

Claude Lévi-Strauss chegou ao Brasil com a idade de 27 anos; o jovem e aventureiro professor francês foi convidado a integrar uma missão francesa que viria para o Brasil, onde teve a oportunidade de lecionar na recém-fundada Universidade de São Paulo. Mais do que isso, nos anos em que esteve no país, entre 1935 e 1939, participou de algumas expedições que lhe renderam o despertar de sua vocação etnográfica. Suas memórias contribuem para ampliar o conhecimento acerca da cidade de São Paulo dos anos de 1930:

(Levi-Strauss) – [...] Num olhar de relance percebia-se que a cidade se estendia sobre as elevações e as encostas de um planalto que vários cursos d'água tinham escavado. Donde um perfil inverso ao do Rio de Janeiro, e que explica que nesta última as habitações mais pobres se situassem nos morros desfavorecidos pela falta de água, enquanto em São Paulo se situavam nos baixios, pela razão inversa de que os riachos engrossados pelas chuvas constituíam ali um sério inconveniente. As coerções geográficas e as coerções sociológicas se combinavam, ora adicionando e ora opondo suas forças para engendrar situações completas que nos dedicávamos a deslindar.⁹²

Figura 8 - Edifício Alexandre Mackenzie, Mappin Stores, Teatro Municipal - São Paulo (c. 1937). Foto: Claude Lévi-Strauss



Fonte: Acervo Instituto Moreira Sales

⁹² LEVI-STRAUSS, *op. cit.*, p. 14-15.

Percebe-se que, de acordo com o ponto de vista do observador, a cidade parece apresentar diferentes fisionomias. Os depoimentos colhidos pela pesquisadora Teresinha Bernardo contemplam negros e negras, moradores de São Paulo, e italianos e italianas ou seus descendentes. Além destes, tomar-se-ão de empréstimo as narrativas de alguns famosos memorialistas da cidade. Percebe-se que, de acordo com o ponto de vista do observador, a cidade parecia apresentar diferentes fisionomias.

Deve-se considerar que as variações ocorrem nas diferentes formas de experimentar a cidade, esta que é única, com características próprias e bem peculiares, mas que se coloca à disposição dos sentidos e dos sentimentos para ser contemplada e experimentada das mais diversas maneiras possíveis. A título de exemplo, enquanto o olhar antropológico, acadêmico e estrangeiro se preocupava com as feições geográficas combinadas à especulação imobiliária da cidade e à ocupação social, as moradoras negras da cidade tinham lembranças e visões muito mais pragmáticas da realidade, tal como consta nas entrevistas coletadas por Teresinha Bernardo:

(D. Flora) - São Paulo parecia uma cidade escura, eu não sei explicar, porque quando chegou a luz elétrica, continuei sentindo como antes, escura, muito escura.

(D. Francisca) - [...] era só mato, não existia água encanada, esgoto, luz. A avenida Rebouças era um bolsão de pobreza e de pretos.

(D. Maria Antônia) - O Ipiranga tinha o centro calçado, tinha fábricas, escolas e igrejas, mas preto mora longe, perto das barrocas do Sacomã⁹³.

Nas lembranças dessas mulheres, os principais elementos integradores da memória coletiva são os aspectos relacionados à infraestrutura da cidade, como luz elétrica, água encanada, esgoto e calçamento. Nota-se que a cidade estava a caminho da modernidade e do progresso, mas algumas de suas áreas não eram contempladas. E justamente as áreas mais carentes da cidade. Nos baixios e nas várzeas se localizavam o maior número de cortiços. Estes, por sua vez, eram tão numerosos e insalubres quanto distantes das áreas centrais.

⁹³ BERNARDO, *op. cit.*, p. 45.

(D. Maria) - Morar em cortiço é ruim que só vendo. Tive os meus quatro filhos num quarto. Ficávamos todos ali naquele aperto. Agora que tenho um quarto só pra mim, percebo como vivia mal, acho que aquilo não era coisa de gente⁹⁴.

Em contrapartida, nas entrevistas realizadas por Terezinha Bernardo, as mulheres brancas descendentes de imigrantes italianos apresentaram mais lembranças que remetem à infância, brincadeiras, feminilidade e fragilidade:

(D. Adalgisa) - Acreditei em Papai Noel até quase mocinha. O meu pai fazia o presépio em casa e nós colocávamos os nossos sapatos - no dia 24, tinha a ceia. No dia 25, era o almoço, a família vinha de todos os cantos. Era uma festa onde todos trocavam presentes. Não existia essa coisa de amigo secreto e todos estavam vivos. Quando casei, o costume continuou. Quando vieram as crianças, minha filha, meus sobrinhos, o Natal ficou ainda mais gostoso. Mas quando nasceram os netos, aí eu gostei mais ainda do Natal. A casa era cheia de gente. Na mesa sentavam-se trinta e duas pessoas.⁹⁵

A proteção familiar proporcionou vivências diferentes entre as mulheres brancas e as mulheres negras, esta últimas expostas à exploração do trabalho, a ambientes insalubres e a todo tipo de violências.

Figura 2 - Entre a calçada e a sarjeta: Imagens de São Paulo na virada do século XIX para o século XX



Fonte: Centro de Memória da Saúde Pública FSP/USP.

⁹⁴ BERNARDO, *op.cit.*, p. 45

⁹⁵ BERNARDO, *op.cit.*, p. 88.

Os projetos de embelezamento empurravam cada vez mais para longe as populações negras e pobres da cidade de São Paulo. E quanto mais longe, mais carentes dos serviços básico de habitação. As memória apresentadas, ora contrastantes, ora consonantes, permitem compreender as diferentes formas de se observar uma mesma realidade. Para além disso, permitem perceber as diferenças entre as experiências de vida dos habitantes da cidade. Os jornais representantes dos interesses das elites dispensavam tratamentos bastante diferenciados aos moradores, fossem habitantes ou visitantes.

(Levi-Strauss) - Em face do meio um tanto pretensioso de O Estado de S. Paulo, muito ligado ao poder político (Júlio de Mesquita Filho era, ao que me lembro, cunhado do interventor do Estado, Armando de Salles Oliveira), meus colegas e eu nos achávamos em posição de clientes, no sentido romano do termo.⁹⁶

(Sr. Durvalino) - Eu só trabalhava, nunca tinha sossego, e não tinha dinheiro. O único lugar possível era o Footing no sábado e no Domingo, na Rua Direita, pois nós ficávamos mais lá, mas o Footing era pelas Ruas 15 de Novembro, Direita e São Bento, o famoso Triângulo. Mas no dia seguinte, apesar de irmos com as nossas melhores roupas, os jornais O Estado de São Paulo e o Correio Paulistano caíam em cima de nós, pretos, dizendo que enfeivávamos a cidade⁹⁷.

Além do tratamento diferenciado dispensado a esses personagens históricos, os veículos de comunicação anunciavam a industrialização como um meio de se alcançar o progresso, isto é, a industrialização era apresentada como um caminho para se atingir o desenvolvimento⁹⁸ econômico e social, tal como já afirmado anteriormente. Nesse processo de industrialização e modernização, os negros experimentavam diversas formas de exclusão:

(Sr. Raul) - Com 8 anos eu já trabalhava como aprendiz de sapateiro. Trabalhava numa loja onde aprendi o ofício. Não ganhava quase nada. Era a comida e alguns tostões. A loja ainda existe. É a Casa

⁹⁶ LEVI-STRAUSS, *op.cit.*, p. 14-15.

⁹⁷ BERNARDO, *op.cit.*, p. 117.

⁹⁸ CURY, Laura de Souza. *O Parque Ibirapuera e a construção da imagem de um Brasil moderno*. 2016. 231 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. p. 33.

Stacchini, na Rua da Graça. Ela começou na Rua José Paulino, depois foi para a Rua dos Italianos n. 168 e agora é na Rua da Graça. Trabalhei com o Stacchini durante 15 anos. Sou até hoje um bom cortador e modelista. Às vezes, ainda me divirto em casa, cortando e modelando, mas tive que sair de lá. O Stacchini preferia os italianos como ele. Era 1927 lembro como se fosse hoje; eu aguentei todos aqueles anos as investidas dos italianos, porque praticamente eu tinha sido criado na loja, mas, em 27, chovia italiano no Bom Retiro e aí o preto saiu mesmo; acabou o lugar dos pretos nas sapatarias e nas alfaiatarias. O que sobrou foi pouca coisa; fui ser motorista de caminho, saí para a rua e não quis mais saber. Ainda hoje não ponho os meus pés no Bom Retiro.

Consegui um emprego fixo só com 28 anos. Trabalhava em tudo até essa época, esperando conseguir um trabalho em que me levassem a sério; fui menino de recado, limpava casa na Rua São João, levava marmitta de pensão. Quando tinha 28 anos, foi o pior! Minha avó desempregada, o meu pai e eu desempregados. Vendo a situação, um nosso vizinho, branco, me arrumou um emprego no Instituto Biológico como lavador de carros, mas, no Biológico eu fazia qualquer coisa: lavava carro, privada, tudo... Quando era qualquer coisa chamavam o Raul e o Raul fazia.⁹⁹

O depoimento apresentado indica a importância dada pelos negros velhos a determinados aspectos da vida associada ao mundo trabalho. Nesse sentido, o trabalho representava a inserção social dos negros na nova configuração de cidade que se propunha para São Paulo. O ambiente social não só era percebido em sua totalidade como também era sentido pela cor da pele, assim, a memória coletiva foi interiorizada, estabelecendo fortes vínculos individuais.

A falta de emprego obviamente acarretava frequentes problemas financeiros, que eram potencializados pelo preconceito e pela discriminação:

(D. Julia) - Ninguém confiava na gente. Se nós quiséssemos comprar qualquer coisa, precisávamos levar o dinheiro todinho, não podia faltar um tostão. Eu trabalhava e todos sabiam, mas não adiantava¹⁰⁰.

(D. Francisca) - durante mais de 15 anos o meu salário dava para ajudar a minha mãe pagar o quarto e comprar comida. Não sobrava

⁹⁹ BERNARDO, *op.cit.*, p. 117.

¹⁰⁰ BERNARDO, *op.cit.*, p. 49.

quase nem para o bonde. Roupas, nem é bom falar. Usava roupa usada que as freguesas davam para minha mãe¹⁰¹.

Se o sofrimento, a falta de emprego, as dificuldades financeiras, os preconceitos e a discriminação são constantes nas memórias dos homens e mulheres, negros e negras da primeira metade do século XX, a mesma situação não ocorria entre as famílias que compunham a classe operária italiana:

(D. Filomena) - *O meu pai fazia de tudo, me levava no médico, fazia compras, me levava pra passear mesmo quando eu já era moça*¹⁰².

(D. Elvira) - *Quando me formei pianista, o meu pai ficou muito feliz. Foi me buscar no conservatório. Fomos comemorar na Confeitaria Germânia, em frente à Igreja de Santa Efigênia e depois ele mandou fazer uma bandeja de doces e fomos para a casa. Sabe, o meu pai fazia de tudo para que eu fosse feliz.*

Os depoimentos revelam a importância da figura paterna na consolidação da memória afetiva e na representação da estrutura familiar entre as mulheres brancas. Sempre associado a bons momentos, é possível notar que, nas memórias dessas mulheres, o pai é o promotor do bem-estar e responsável pelo zelo no convívio social.

Entre os negros, os trabalhos eram raros e, quando surgiam, ainda se encontravam impregnados das injustiças praticadas na época da escravidão: longas jornadas de trabalho, castigos físicos, trabalho infantil em serviços domésticos, salários baixos.

(D. Inez) - já era empregada doméstica na casa dos Freire, em Santos, mas diziam que era como filha, porque meu pai tinha me dado pra eles. Lá eu limpava, lavava e cozinhava, sem receber nada porque era como filha. Minha vó, vendo a situação, me tirou dos Freire; fui morar na Mooca, na casa da minha avó, mas também em sua casa eu limpava, arrumava, era marmiteira e vendia doces pela rua. E nunca mais parei de trabalhar: de doméstica na casa dos outros e na minha casa. Chegava a trabalhar mais de 16 horas por dia. Às vezes, ia ao baile das cozinheiras no sábado e no domingo, quando tinha folga na casa em que trabalhava; arrumava um bico e ia fazer almoço de domingo em outra casa de família para ganhar uns tostões a mais. E ainda trabalho. Sabe, criei 16 filhos: meu filho,

¹⁰¹ BERNARDO, *op.cit.*, p. 55.

¹⁰² BERNARDO, *op.cit.*, p. 55.

filhos da minha irmã, filhas de meu filho e agora, sozinha cuido de seis bisnetos, aqui nesta casa alegre como você está vendo. Ah, ia me esquecendo, mas quero contar de qualquer jeito: você sabia que, em 1930, nesta cidade, tinha patroa que usava chicote, e a gente ficava quieta!¹⁰³

Estes acontecimentos sociais se relacionaram diretamente às experiências de vida dessas mulheres, incorporando a memória coletiva às suas memórias individuais. Os contrastes sociais foram se acentuando conforme os planos de saneamento e embelezamento da cidade avançavam sob a tutela das classes dominantes.

Escondendo ou eliminando qualquer traço não europeu ou caipira, que porventura perdurasse em suas ruas, em suas casas em seus jardins, em seus costumes [...]. Realmente Antônio Prado, ao deixar a prefeitura e ao encaminhar ao governo do Estado, deixou um plano de melhoramentos no centro da cidade, escrevia que esse plano lhe daria o aspecto de cidade moderna, próspera e civilizada, conferindo-lhe um dos primeiros lugares entre as melhores cidades do continente¹⁰⁴.

Pois, naquele tempo, podia-se flunar em São Paulo. Não como em Paris ou Londres, diante de lojas de antiguidades. Se estou bem lembrado, São Paulo possuía apenas uma, que se chamava, creio eu, Corte Leal. Em vez das cerâmicas pré-colombianas e dos objetos indígenas que se esperava ver, na vitrine havia somente uma louça cabila, aliás quebrada. Comprei para minha casa da rua Cincinato Braga quatro a cinco móveis brasileiros do fim do século passado, em jacarandá maciço, como se viam ainda em algumas fazendas e fora de moda na cidade.¹⁰⁵

Os depoimentos não mostram apenas a situação social em que os sujeitos se encontravam, mas também revelam estruturas de pensamento. As elites não só concordavam com o embelezamento e saneamento da cidade, como compactuavam com tais práticas, na medida em que promoviam a especulação imobiliária de modo a favorecer seus próprios interesses. As elites paulistanas experimentavam um período similar à *Belle Époque*, porém, tardia. Nas palavras de Halbwachs, “nossa memória não se apoia na história aprendida, mas na história vivida”¹⁰⁶.

¹⁰³ BERNARDO, *op.cit.*, p. 55.

¹⁰⁴ BRUNO, *op.cit.*, p. 912.

¹⁰⁵ LEVI-STRAUSS, *op.cit.*, p. 16.

¹⁰⁶ HALBWACHS, *op.cit.*, p. 79.

(J. Americano) - Mas, ao mesmo tempo, a visão que concebia os Campos Elísios como “centro do mundo” não deixava de transcender as fronteiras sociais e geográficas para olhar e registrar de forma inteiramente singular o êxtase da cidade que se transformava.¹⁰⁷

A memória foi uma das construções mais trabalhadas por ocasião do IV Centenário da cidade de São Paulo¹⁰⁸. Os jornais e peças publicitárias exaltavam o mito bandeirante que alcançou projeção nacional, com São Paulo à frente, tal qual a alegoria da locomotiva paulista que conduzia os outros estados em direção ao progresso, com o mesmo vigor que mitologicamente os bandeirantes haviam empregado para o desbravamento do interior do Brasil.

Enquanto o passado bandeirante ganhava seu monumento na abertura das comemorações do IV Centenário da cidade, materializando uma memória cívica instituída pelos poderes públicos estadual e municipal, o passado escravocrata era desprezado e esquecido. Presentes na escultura de Brecheret, as bandeiras anunciavam uma herança ancestral das elites paulistanas na condução dos rumos da nação. Os negros eram mais uma vez desapropriados, desta vez, na memória coletiva, diluídos entre as outras figurações humanas (mamelucos e índios). Os personagens históricos mais exaltados na publicidade¹⁰⁹ do IV Centenário eram o Bandeirante, o Jesuíta e o Índio.

1.3 Por trás do embelezamento e da cultura

Os projetos arquitetônicos apresentados entre os anos finais do século XIX e meados do século XX para o antigo centro histórico da cidade pretendiam atender ao gosto cosmopolita que as elites paulistanas consumiam. Saneamento e embelezamento eram os termos empregados naquele período. Os apelos às necessidades de saneamento da cidade aos mesmos moldes europeus escondiam a

¹⁰⁷ AMERICANO, *op.cit.*, p. 19.

¹⁰⁸ Durante o governo de Getúlio Vargas, e principalmente após o levante paulista de 32, os ânimos regionalistas foram desestimulados, o que refreou os impulsos modernizantes das elites da cidade e sua ânsia por projeção nacional. Após a queda de Vargas, em 1945, essas elites retomariam seus projetos com maior vigor e empenho.

¹⁰⁹ LOFEGO, Silvio Luiz. A construção da memória na publicidade do IV Centenário da cidade de São Paulo. *Memória e Patrimônio*, v. 2, n. 2, 2006.

lucrativa presença de empreendimentos estrangeiros empenhados na implantação de infraestrutura e serviços¹¹⁰.

Além da companhia ferroviária São Paulo Railway, que atendia aos interesses dos cafeicultores permitindo o escoamento da produção, bem como estimulava o comércio inter-regional, outras como a inglesa Cia City of S. Paulo, responsável por loteamentos e empreendimentos imobiliários, ou a canadense São Paulo Tramway, Light and Power Company – mais conhecida como Light São Paulo, envolvida em diversas atividades, tais como geração, distribuição de energia elétrica e transporte público por bondes – eram grandes beneficiárias dos projetos de melhoramentos da cidade.

Se os cafeicultores se beneficiavam da ferrovia para o escoamento da produção cafeeira, em contrapartida, os trens traziam imigrantes para a substituição do trabalho escravo, bem como materiais de construção advindos do outro lado do Atlântico norte; os interesses econômicos, o crescimento demográfico e a expansão urbana moviam e eram movidos pela ferrovia. O progresso econômico impulsionado pela indústria cafeeira também estimulava o desenvolvimento do transporte ferroviário, e este, por sua vez, estimulava ainda mais a produção de café e, conseqüentemente, os lucros obtidos com a sua comercialização.

Com dinheiro no bolso e poder nas mãos, alguns “barões do café” começaram a construir residências na capital, uma vez que, por morarem no interior do estado, ficavam longe do centro de negociações e, estar em São Paulo era o meio do caminho para Santos, de onde sua mercadoria seria exportada.¹¹¹

A Cia City of S. Paulo redesenhou a cidade, oferecendo para as elites as novas áreas nobres da capital, tais como Jardim América, Jardim Europa, Pacaembu, Alto da Lapa e Perdizes, e, para a classe média, as várzeas e terrenos irregulares como por exemplo, Nova Manchester, na zona leste de São Paulo. Ao contrário do que ocorria na cidade do Rio de Janeiro, em que a população pobre foi

¹¹⁰ SEGAWA, *op.cit.*, p. 16.

¹¹¹ ANTUNES, Camila; FERREIRA, Fernanda; PÁSSARO, Thiago. *Entre trilhos: uma viagem de histórias pela primeira estrada de ferro paulista, a São Paulo Railway*. 2014. 146f. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Faculdade de Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014.

expulsa para os morros e favelas durante as reformas de Pereira Passos, em São Paulo, as áreas mais valorizadas eram exatamente as que ficavam nos altos do relevo, longe das várzeas, em que as enchentes eram frequentes e os problemas com insetos eram constantes.

A perspectiva de ganhos extraordinários estimulavam a especulação imobiliária e os grupos de investidores não apenas se faziam presentes na cidade como também ditavam seus rumos. As reformas promovidas em Paris (1853-1870) durante a administração do Barão de Haussmann inspiravam iniciativas de mesma natureza em São Paulo¹¹².

Segundo Segawa, dentre as principais preocupações da prefeitura de São Paulo figuravam as desapropriações, o novo traçado das ruas e o embelezamento de logradouros públicos, ou seja, “ações que transformavam o valor da terra”¹¹³.

Figura 10 - Propaganda de palacetes e lotes no Jardim Europa



Fonte: Jornal O Estado de S. Paulo, em 11 de novembro de 1928.

Os planos apresentados para o melhoramento do município de São Paulo diziam respeito, além do embelezamento e ajardinamento de áreas degradadas, à salubridade e saneamento público dessas áreas, com a evidente valorização de seu entorno.

¹¹² SEGAWA, *op.cit.*, p. 17.

¹¹³ SEGAWA, *op.cit.*, p. 55.

Os velhos prédios caem por terra, demolidos pela picareta civilizadora. No lugar deles erguem-se da noite para o dia vestidas e confortáveis edificações.¹¹⁴

Foi sob o emblema de modernidade que as construções dos edifícios Martinelli (1924-1929) e Altino Arantes (1939-1947) remodelaram “a então área mais nobre da capital, entre as ruas São Bento, Líbero Badaró e avenida São João”¹¹⁵. Nesse período, a reurbanização da cidade também objetivava um saneamento social da região central, que havia se iniciado algumas décadas antes. Como se fosse um texto, essas construções reescreveram a cidade sobre seu passado negro, escravocrata e rural¹¹⁶.

Com as atenções voltadas à modernidade, o passado recente da cidade era posto de lado, apagado, e, com esse passado, alguns de seus personagens que, para as elites paulistas, ainda insistiam e se fazer presentes. Não era apenas a ganância e a especulação que alteravam a paisagem urbana, o preconceito e a discriminação também se encontravam manifestos. A expulsão dos negros que habitavam as proximidades do Largo do Rosário, entre 1888 e 1904, fortemente associados à imagem do trabalho escravo, ilustra o modo como o imaginário urbano interferiu na cidade¹¹⁷, inscrevendo-se materialmente na medida em que o medo e o preconceito redefiniam os espaços dessa cidade.

As desapropriações das áreas ocupadas pelos negros na região mais central de São Paulo denotam, por meio do projeto urbanístico proposto para a cidade, um caráter europeizante e embranquecedor, sob alegações higienistas, moralizantes e disciplinadoras condizentes com as pretensões imobiliárias daqueles novos tempos, “recalcando as poluições físicas, mentais e políticas; estabelecendo um não-tempo;

¹¹⁴ CORREIO PAULISTANO. *Factos e Feitos*: São Paulo Cresce... Texto de autoria de Liberani. Anno XXXVIII, n. 10.287, de 19 dez. 1890.

¹¹⁵ MUSEU DA CASA BRASILEIRA. Disponível em: <<http://www.mcb.org.br/pt-BR/programacao/lancamentos/predios-de-sao-paulo>>. Acesso em: 19 maio 2016.

¹¹⁶ TORRÃO FILHO, Amílcar. A sétima porta da cidade: memória, esquecimento e ressentimento na história de São Paulo. *História & Perspectivas*, Uberlândia, (31): 127-152, Jul./Dez. 2004, p. 10.

¹¹⁷ SILVA, Armando. *Imaginário: estranhamentos imaginários*. Trad. port. São Paulo: SESC, 2014, p. 18.

e criando um sujeito universal e anônimo que é a própria cidade”¹¹⁸, e que parece desejar, por si própria, sua modernização e reconfiguração. Esse projeto modernizante se concilia com o discurso urbanístico, revestido de cientificidade, introduzido para justificar as ações de poderes anônimos, consonantes com o panoptismo foucaultiano.

A princípio, a construção de monumentos pretendia embelezar os espaços públicos da cidade, praças e ruas, tal como pode se observar analisando as esculturas encomendadas pelo prefeito Raymundo Duprat no início da década de 1910¹¹⁹; contudo, também ensejava demarcar simbolicamente estes espaços, criando identificações com seus frequentadores, estimulando a sua apropriação, ora exaltando personalidades brasileiras, ora materializando temas do conhecimento e estima desses frequentadores.

Durante as comemorações IV Centenário da cidade de São Paulo, os esforços em estabelecer essas identificações ficaram evidentes com a inauguração dos monumentos aqui destacados: o Monumento às Bandeiras e o Monumento à Mãe Preta, que serão objetos de estudo dos próximos capítulos.

¹¹⁸ CERTEAU, *op.cit.*, p. 173-174.

¹¹⁹ Entre outros exemplos, a Menina e o Bezerro, de 1910, localizado no Largo do Arouche; Amor materno, 1910, localizado na Praça da República; e Veado atacado, de 1912, na atual Praça Buenos Aires, no bairro Higienópolis.

CAPÍTULO II OS ITALIANOS, A COMISSÃO E AS BANDEIRAS

Entre os anos de 1880 e 1930, enquanto a comunidade italiana cresceu em números e em importância na cidade de São Paulo, a presença dos negros tendia a ser esquecida – e até mesmo execrada – tanto da história quanto dos espaços elitizados de São Paulo¹²⁰. O famoso Triângulo Histórico de São Paulo, entre as ruas XV de Novembro, São Bento e Direita, ganhou ares europeus, com a instalação de lojas de grifes, de artigos finos e de importadoras. Os antigos frequentadores da confluência entre a rua São Bento e a rua XV de Novembro já não eram tão frequentes, pois assim como o comércio de verduras e legumes das quitandas dava lugar aos finos artigos europeus das lojas afrancesadas, a mesma situação ocorreu com os antigos consumidores locais, substituídos por uma multidão de diversas nacionalidades. Não apenas os frequentadores, mas até os proprietários haviam mudado. Segundo Ernani Bruno, “as principais lojas, quase todas pertencentes a estrangeiros – quando não portugueses, eram de franceses ou de alemães.”¹²¹

A gentrificação e o aburguesamento dos espaços centrais da cidade dificultaram a permanência nessas áreas dos habitantes mais pobres. Por intermédio dos projetos de embelezamento e europeização, os elementos estrangeiros passaram a ser valorizados, tanto nas ornamentações das fachadas das novas edificações à moda europeia, nos produtos vendidos nas lojas e consumidos pelas elites, quanto na presença física de seus trabalhadores e frequentadores¹²². O emprego de mão de obra negra nas lojas de produtos finos e importados não ocorria.

Os produtos, que não eram gêneros de primeira necessidade, eram apresentados à nova clientela do Triângulo por meio de vitrines e balcões

¹²⁰ JACINO, Ramatis. *O negro no mercado de trabalho pós-abolição: 1912 - 1920*. 2012. 204 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. p. 22 e 23.

¹²¹ BRUNO, *op.cit.*, p. 672.

¹²² BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar – Vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1984. p. 100 e 101.

envidraçados, em estabelecimentos comerciais ricamente decorados à moda europeia.

Figura 11 - Interior da Casa Fachada, situada à Rua Direita nº 55, no Centro de São Paulo, especializada em perfumarias.

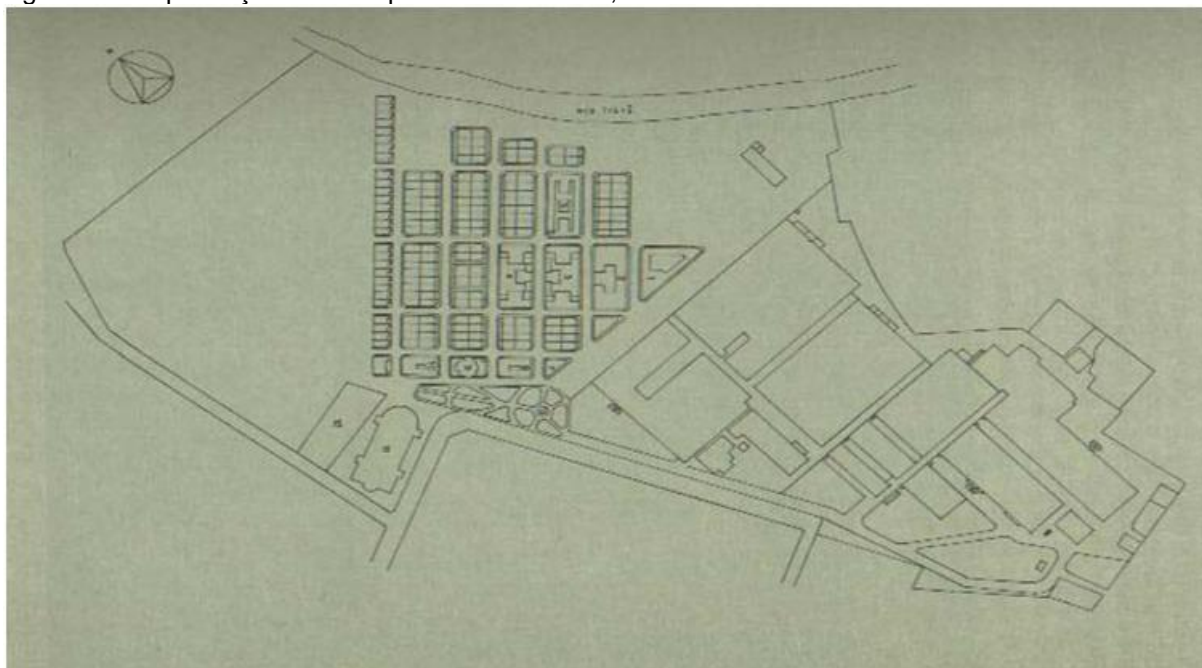


Fonte: Revista "A Cigarra". Ano 1, edição 13, p. 46 .1914.

A foto acima foi utilizada para a divulgação do estabelecimento comercial na revista "A Cigarra", que circulou entre os anos de 1914 e 1975. A foto apresenta os vendedores e as cadeiras à disposição dos leitores da revista, possíveis clientes, para o oferecimento dos produtos, quase todos importados. Os vendedores e clientes das novas lojas de artigos importados e de luxo eram majoritariamente brancos.

Nesse momento, surgiram as vilas operárias que, em algumas décadas, dariam origem aos bairros de imigrantes. A cidade se articulou de acordo com o desenvolvimento das indústrias, de modo que a chegada de mão de obra imigrante impulsionou a expansão demográfica e o desenvolvimento urbano. Vilas como Maria Zélia, Guilherme Giogi, Vila Beltrano, Vila Nadir Figueiredo são alguns dos exemplos.

Figura 12 - Implantação da vila operária Maria Zélia, no bairro do Belenzinho



Fonte: Benclowicz (1989).

O que se rotula como *Belle Époque* paulistana, que identificava o aformoseamento e a política higienista da cidade¹²³, também pode ser compreendido como processo de gentrificação norteado pelos projetos de embranquecimento da população¹²⁴, notadamente nas áreas mais nobres e centrais de São Paulo. Todas essas mudanças se faziam, em grande parte, por conta da especulação imobiliária ocorrida naquele período.

¹²³ BIANCHI, *op. cit.*, p. 73-74.

¹²⁴ JACINO, *op. cit.*, p. 25.

Figura 13 - Rua XV de Novembro, retratada em postal da década de 1920. As lojas modernas atraíam intenso movimento para uma das ruas do famoso triângulo



Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Os anúncios publicitários divulgavam os “excelentes negócios” provenientes da especulação imobiliária e o rico comércio que se estabeleceu no famoso triângulo.

Figura 14 - Anúncio publicado no Jornal Estado de São Paulo em 14.05.1944

MARTINELLI
—O edifício monumental de São Paulo!

ANDARES DE PROPRIEDADE DO BARRIO ADQUIRENTE DO PRÉDIO MARTINELLI
CONSORCIO

DIRETORIA: Presidente, Dr. Gilvino Mariani
Vice-presidente, Dr. Carlos C. Mariani
Superintendente, Dr. Nelson Mendes Galvão
Gerente, Flávio Roberto Galvão

RUA JOSÉ BONFIM, 11 - 2º andar - Telefone, 3.101

SOC. IMOB. SUPPLY * BOLSA DE IMOVEIS
CORRETORES EXCLUSIVOS

O melhor negócio imobiliário oferecido a São Paulo:

Situado no coração bancario — de frente ao Banco do Brasil em construção! — a partir de amanhã será especialmente vendido em grupos de salas para escritório.

Peças:
Peças absolutamente inéditas em São Paulo. Posso imediata dos grupos de salas. — Ideal para emprego de capital na localização de grandes companhias.

Reforma:
A reorganização dos serviços internos será feita imediatamente, adaptando-se o prédio à sua posição privilegiada do centro comercial.

Construção sólida e perfeita

Fonte: Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo

Cinquenta anos após o início da imigração italiana ¹²⁵, em 1930, a industrialização paulista já havia conferido importância econômica e política para a cidade ¹²⁶, diversos italianos ou seus descendentes participavam ativamente da vida política municipal, tornando-se importantes membros das elites políticas, econômicas e intelectuais, ocupando cargos de confiança nas administrações públicas, nos partidos políticos e na imprensa (veículos de comunicação). É justamente sobre esses italianos e seus descendentes que o próximo item discorre:

2.1 Menotti Del Picchia, Victor Brecheret e os italianos

Victor Brecheret (1894-1955) impulsionou e foi impulsionado pelo Movimento Modernista, entre os anos de 1936 e 1950, ao executar sua criação mais icônica, o Monumento às Bandeiras ¹²⁷. Não sem o apoio midiático e político daquele que seria um de (se não o mais ilustre dentre) seus grandes amigos e apoiadores, Paulo Menotti Del Picchia (1892-1988). Em diversos artigos publicados no *Correio Paulistano* ¹²⁸, jornal associado ao Partido Republicano Paulista, sob o nome de Sr. Helios, Menotti Del Picchia buscava, sempre que possível, exaltar as virtudes artísticas de Vitor Brecheret, atribuindo ao escultor o título de “gênio fruto da terra”, por este ser reconhecido como verdadeiramente brasileiro e paulista.

Os artigos escritos por Menotti Del Picchia sobre Brecheret no jornal *Correio Paulistano* o apresentavam às elites paulistanas ¹²⁹ como um jovem escultor modesto, original e fantasioso, autor de obras de extraordinário valor artístico,

¹²⁵ Tem-se como referência a data de 1880 como o início da imigração italiana (para a composição de mão de obra operária, tendo em vista o fortalecimento da campanha abolicionista, e as políticas voltadas para o fim da escravidão).

¹²⁶ LONGH, Carla Reis. *Mãos que fizeram São Paulo*. São Paulo: Celebris, 2003. p. 38 e 39.

¹²⁷ BATISTA, *op. cit.*, p. 9-10.

¹²⁸ Foram pesquisadas no Arquivo Público Estadual as edições do *Correio Paulistano* de 1920 a 1921. Posteriormente, as pesquisas foram complementadas pela internet, por meio do portal da Biblioteca Nacional Digital, em sua base de dados da hemeroteca nacional, com os jornais *Correio Paulistano*, *Diário da Noite*, *O Paíz*, abrangendo os períodos de 1919 a 1956.

¹²⁹ O *Jornal Correio Paulistano* – que trazia em todas as edições analisadas a informação “Orgam do Partido Republicano Paulista” – era um veículo de comunicação voltado para as elites de São Paulo.

brasileiro, paulista, fruto da terra e gênio autóctone. Seu primeiro artigo sobre Victor Brecheret, que foi publicado em 15 de janeiro de 1920¹³⁰, na edição de nº 20.308, na coluna social da quarta página, sob o título « Brecheret », fez a seguinte menção:

Brecheret

Brecheret tem vinte e poucos anos e um talento prodigioso. Nasceu em S. Paulo, o que quer dizer que é filho da terra e não faz milagres. Não fuma, não bebe e é pacato como um funcinário com trinta anos de burocracia. Nunca, como Alcebiades, cortou o rabo de um cachorro, para tornar-se celebre, nem pedinchou artigelhetes laudatórios em jornaes e revistas. Tem attitudes retracteis de sensitiva e medos ariscos de corça... Só lhe falta roer as unhas e olhar de esquelha, para ser um typo classico de casmurro, à boa maneira do viúvo dó Capitú. [...]¹³¹

Figura 15 - Brecheret, Chronicas Sociais



Fonte: Correio Paulistano, edição 20.308, p. 04, de 15 de Janeiro de 1920.

Menotti Del Picchia conferiu a Brecheret, por meio de seus artigos publicados na coluna *Chronica Social*, uma visibilidade que nenhum outro artista havia alcançado. Apesar de Victor Brecheret não ter participado do concurso ao Monumento da Independência, o fato de Ramos de Azevedo ter lhe cedido uma sala no Palácio das Indústrias, o mesmo local em que foi organizada a exposição das

¹³⁰ Poucas semanas depois de conhecê-lo por meio de Oswald de Andrade, Di Cavalcante e Helios Seelinger.

¹³¹ CORREIO PAULISTANO. 15 jan. 1920, ed.20.308. p. 04 (fragmento)

maquetes que concorriam ao concurso, permitiu ser descoberto por Oswald de Andrade que, mais tarde, o apresentaria a Menotti Del Picchia.

Advogado formado pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, Paulo Menotti Del Picchia nasceu em São Paulo em 1892. Filho de imigrantes italianos, ainda criança acompanhou a mudança da família para a cidade de Itapira em 1897, onde concluiu o curso primário. De acordo com seus biógrafos¹³², o fato de sua família se dedicar à agricultura em Itapira o sensibilizou para as questões do povo e da terra, bem como para questões culturais e nacionalistas, que mais tarde norteariam sua obra.

Durante sua vida estudantil, Menotti publicou artigos em jornais e periódicos. Em Campinas, onde iniciou seus estudos ginasiais, publicou, em 1904, aos 12 anos, a crônica « Natal », no jornal Cidade de Itapira. A transferência para Pouso Alegre, em Minas Gerais, em 1906, conferiu-lhe a oportunidade de publicar seus poemas no jornal do colégio que ele próprio havia fundado e dirigido.

Após se formar em Direito, em 1913, Menotti Del Picchia¹³³ voltou para Itapira, onde advogou até 1918, quando recebeu um convite para trabalhar no já consagrado Correio Paulistano. Segundo Jácomo Mandatto¹³⁴, chegando em São Paulo, descobriu que não ocuparia o cargo que lhe fora prometido. Seguiu, então, para Santos, aceitando o convite do jornal A Tribuna, para ser seu redator.

Em 1919 conheceu Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Victor Brecheret. Seu contato com os modernistas de São Paulo render-lhe-ia a direção da segunda noite de eventos da Semana de Arte Moderna, em 1922. Mas voltemos ao ano de 1920.

¹³² Edécio Mosaço, consultor do conteúdo sobre Menotti Del Picchia para o Itaú Cultural; Jácomo Mandatto, biógrafo de Menotti Del Picchia para o *site* do Museu Casa Menotti Del Picchia; Rubens Eduardo Ferreira Frias, organizador de textos e poemas sobre o autor na obra *Menotti Del Picchia*. Col. Melhores Poemas, Ed. Global, 2004.

¹³³ ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL DE ARTE E CULTURA BRASILEIRAS. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2856/menotti-del-picchia>>. Acesso em: 12 de jan. 2017. Verbetes Menotti Del Picchia da Enciclopédia. São Paulo: Itaú Cultural, 2017.

¹³⁴ Jácomo Mandatto, amigo pessoal do poeta, foi diretor do Museu Casa Menotti Del Picchia. As informações sobre a amizade dos escritores constam no *site* da Câmara Municipal de Itapira. Disponível em: <<http://www.camaraitapira.sp.gov.br/noticias/circolo-italiano-e-familiares-de-jacomo-mandato-sao-homenageados-na-camara/3190>>. Acesso em: 14 de jan. 2017.

O retorno para São Paulo, em 1920, foi motivado pelo convite em ser diretor de redação do jornal A Gazeta, ocasião em que contribuiu como colunista do Correio Paulistano, assinando artigos sob os pseudônimos Hélio e Aristóphanes, até ser convidado por este mesmo jornal para finalmente assumir sua redação.

Neste mesmo ano, Menotti Del Picchia fez parte da Comissão Provisória do Monumento comemorativo da epopeia das bandeiras¹³⁵, oferecido pelos paulistas à cidade de São Paulo por ocasião do Centenário da Independência. O Correio Paulistano, que já vinha publicando artigos de Menotti Del Picchia com rasgados elogios ao jovem escultor Brecheret desde janeiro de 1920, tratou de exaltar ainda mais as virtudes artísticas deste, noticiando a exposição de sua maquete para a apreciação de representantes do governo estadual e de “várias” classes sociais.

Os anos de 1919 e 1920 foram os anos dos concursos; além das maquetes que concorreram ao Centenário da Independência, houve também concurso para o Monumento dos Andradas, em Santos. Aqui, faz-se necessário esclarecer que eram dois concursos distintos em andamento na cidade de São Paulo: um para o Monumento à Independência, oferecido pela colônia síria ao povo brasileiro, de caráter internacional, em que concorriam artistas nacionais e estrangeiros; e outro de caráter nacional, o Monumento às Bandeiras, cuja polêmica idealização será abordada mais adiante. Não é exagero afirmar que os idealizadores modernistas do concurso para o Monumento às Bandeiras o fizeram pensando justamente na arte e estilo de Brecheret.

Tal como já foi dito anteriormente, Victor Brecheret foi reconhecido por seus colegas modernistas como brasileiro, de São Paulo. Um caso a se discutir: do ponto de vista moral, o próprio Brecheret poderia ter preferido assim, fosse por conveniência ou por simpatia, ou ambas, ou por outras razões, ainda que a escolha pela nacionalidade brasileira lhe fechasse portas no Brasil, tal como havia afirmado Monteiro Lobato em seu artigo sobre “as quatro asneiras de Brecheret”¹³⁶, devido à apreciação e preferência das elites políticas e econômicas pelo elemento estrangeiro. Em quase todos os artigos pesquisados que abordavam a

¹³⁵ CORREIO PAULISTANO. Capa (primeira página). Edição nº 20.477, 6 de junho de 1920.

¹³⁶ LOBATO, Monteiro. As quatro asneiras de Brecheret. *Folha da Noite*, São Paulo, 16 de abril de 1921 apud BATISTA, 1985, p. 38.

nacionalidade do escultor, este era apresentado como “fruto da Terra”, “gênio autóctone”, legítimo paulista e brasileiro. Mas do ponto de vista legal, não o era. As pesquisas de Marta Rossetti Batista¹³⁷, publicadas no livro sobre as Bandeiras de Brecheret, são esclarecedoras quanto às origens e nacionalidade e indicam que Victor nasceu na Itália, mais precisamente em Farnese, Província de Viterbo, tendo sido aí batizado com o nome de Vittorio Breheret.

Entre idas e vindas, entre Brasil e Europa, Brecheret assumia diferentes nacionalidades. Em Roma, era identificado ora como francês, ora como norte-americano, o que lhe era bastante conveniente para não ser convocado para guerra¹³⁸. No Brasil, ser reconhecido como brasileiro lhe conferiu a possibilidade de conquistar uma bolsa de estudos do governo paulista para o pensionato na França. A pesquisadora Marta Rossetti Batista localizou um registro de nascimento que só foi emitido quando Victor Brecheret já contava com mais de trinta anos; nesse registro constava que era natural de São Paulo. Durante a ascensão meteórica de sua carreira, no início dos anos 1920, esse mistério em torno de sua nacionalidade foi bastante providencial.

O jornal Correio Paulistano se prestava a divulgar almoços e jantares em homenagem aos partidários do PRP, aos membros da alta sociedade e a beneficentes, além de anunciar concursos para a construção de monumentos. Os almoços e jantares eram realizados por meio de adesões, isto é, os aspirantes poderiam adquirir cotas (convites) na própria sede do jornal.

No almoço oferecido a Menotti Del Picchia, por ocasião da publicação de sua obra *Máscaras*, de 1920, estavam presentes Oswald de Andrade e Mário de Andrade, entre outras personalidades importantes da alta sociedade paulistana. As notas que divulgavam o almoço em homenagem a Menotti Del Picchia traziam em seu conteúdo, além do convite aos cidadãos ilustres de São Paulo para que realizassem adesões, a lista de “adheridos”, diariamente atualizada. O almoço, que foi amplamente divulgado no Correio Paulistano durante todo o mês de dezembro de

¹³⁷ BATISTA, *op. cit.*, p. 9-10.

¹³⁸ Em 1917, a Europa vivenciava a 1ª Guerra Mundial. Na Itália, assim como em outros países, os jovens eram convocados ao serviço militar, recebendo um rápido treinamento para logo serem enviados para combater os inimigos.

1920, buscando adesões de cidadãos ilustres, foi realizado no dia 9 de janeiro de 1921, no Trianon, conforme previa a nota publicada no mesmo dia, transcrita a seguir:

Menotti Del Picchia

É hoje, às 12 horas, que se realiza no salão de festas do Trianon o grande banquete que um grupo de amigos e admiradores do nosso prezado companheiro e brilhante poeta Menotti Del Picchia promove em sua homenagem, commemorando o aparecimento do seu último poema «Mascaras».

Até hontem tinham adherido a essa homenagem os seguintes srs.:
[...]¹³⁹

Dada a lista de convidados (ou “aderidos”), aquela foi uma excelente ocasião para que os modernistas que circulavam em São Paulo às vésperas do Centenário da Independência divulgassem as ideias que amadureciam entre os membros do grupo. Foram eles, os modernistas, que haviam organizado o famigerado almoço. Os nomes constantes na lista indicavam a presença não apenas das tradicionais famílias portuguesas, ou dos membros do Partido Republicano Paulista, mas também de diversos imigrantes ilustres e de seus descendentes que se fizeram notórios na sociedade paulistana, destacando-se principalmente os italianos.

No dia seguinte, em 10 de janeiro de 1920, a edição nº 20.664 do Correio Paulistano dedicou quatro colunas e meia, isto é, mais de meia página, à descrição e narração dos eventos ocorridos por conta do almoço no Trianon. Mesmo os leitores do periódico que não puderam comparecer tomaram conhecimento dos detalhes acerca da homenagem a Menotti Del Picchia, que o jornal julgou como um dos mais importantes a serem noticiados.

Assim fora descrito: “Incançavel e multifario, perfeito no verso, impecável na prosa, scintillante na chronica ligeir, tempivel na satira. Menotti Del Picchia é, sem contestação umas das figuras mais representativas da actual mentalidade paulista”.

O discurso de homenagem de Oswald de Andrade a Menotti Del Picchia, além de servir para arregimentar o homenageado e demais convidados à causa modernista, aos novos ideais estéticos, serviu também para apresentar e anunciar

¹³⁹ CORREIO PAULISTANO. Edição 20.663, de 09 de Janeiro de 1921. Menotti Del Picchia, *Chronicas Sociais*, p. 03.

aos ilustres presentes os artistas que viriam fazer parte desse movimento: Victor Brecheret, Di Cavalcanti, Annita Malfatti e John Louis Graz. Em agradecimento, Menotti Del Picchia, colocando-se como combatente e porta-voz da nova estética paulistana ao criticar a realidade social, discursou a favor de uma nova mentalidade e uma de nova arte, tomando como missão para São Paulo a vanguarda artística nacional¹⁴⁰.

É possível que naquela ocasião tenha se semeado a união entre Oswald de Andrade, Mario de Andrade, Menotti Del Picchia, Tarsila do Amaral e Anita Malfatti, que posteriormente viriam a formar o Grupo dos Cinco, responsável pela organização da Semana de Arte Moderna de 1922, mesmo ano do 1º Centenário da Independência do Brasil.

Rio de Janeiro, a então Capital Federal, tratou logo de se posicionar diante das organizações estaduais e municipais para os festejos do Centenário da Independência. Enquanto São Paulo colocava-se como berço da independência do Brasil, o Rio de Janeiro apresentava-se como precursor dos eventos que culminaram na independência. Um estranhamento entre Rio de Janeiro e São Paulo se estabelecia naquele instante, pela primazia e protagonismo nas comemorações do 1º Centenário da Independência. O Rio de Janeiro sediava a capital política do Brasil; São Paulo destacava-se devido ao seu crescimento econômico.

As elites política e intelectual de São Paulo afoitavam-se com a chegada do Centenário da Independência. Os jornais paulistanos noticiavam os preparativos para as comemorações na cidade, que era intitulada, pelos artigos dos jornais que prenunciavam as efemérides, como o “berço da pátria”.

Os jornais cariocas, por sua vez, apresentavam em suas colunas sociais um certo mal-estar para com as elites paulistas, no que dizia respeito à primazia (ou predileção) no comando das comemorações. Nos jornais paulistas, São Paulo era representada como a locomotiva do Brasil rumo ao Progresso, relegando a antiga Capital Federal a um papel secundário nas celebrações do Centenário da Independência.

¹⁴⁰ CORREIO PAULISTANO. Edição nº 20.664, p. 03, de 10 de janeiro de 1920.

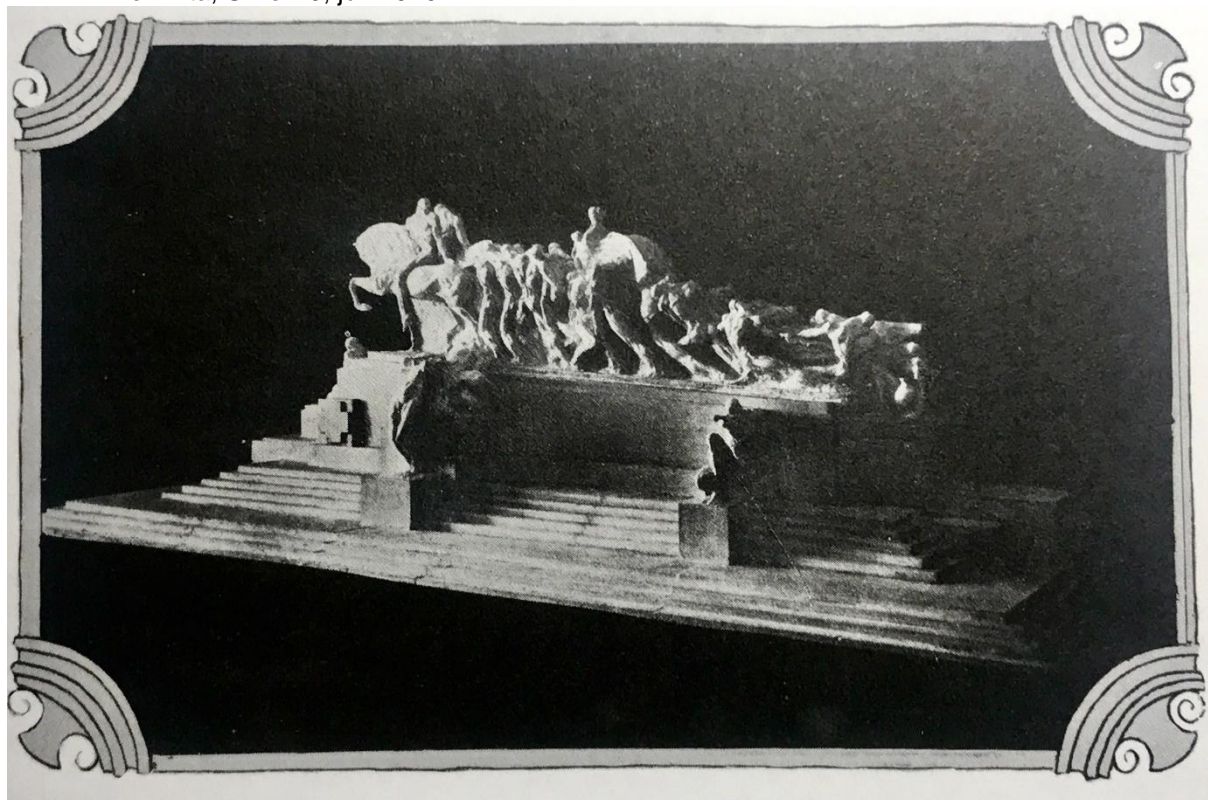
O posicionamento do governo da Capital Federal foi posterior ao anúncio, em São Paulo, da formação de uma Comissão Provisória (estadual) para a organização do concurso para a construção de um Monumento à Independência do Brasil, nas proximidades do córrego do Ipiranga. No Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira de Belas Artes chegou a protestar contra os termos do edital de concorrência para a construção do Monumento, no bairro do Ipiranga. O jornal carioca O Paiz havia publicado, em 3 de julho de 1919, uma nota em que a Sociedade Brasileira de Bellas Artes protestava contra o edital do concurso paulista. Em 23 de julho de 1919, dessa vez pelo correspondente paulista, o jornal Correio Paulistano, em sua edição de nº 20.133, foi reafirmado os critérios do concurso com base nas leis promulgadas anteriormente.

Em 15 de Agosto, o mesmo jornal carioca publicou – em seu artigo intitulado “O monumento do Centenário da Independência”, assinado por M. Nogueira da Silva – três pontos da discórdia entre a comissão paulista e a agremiação carioca, a saber: a) internacionalização da concorrência; b) edital da concorrência e sua redação; c) juri de julgamento do concurso, com uma extensa argumentação.

Brecheret não preenchia os requisitos mínimos previstos no edital para participar do concurso do Monumento à Independência. O edital, publicado no Diário Oficial de 7 de setembro de 1917, trazia como critério de inscrição as normas estabelecidas no 2º artigo da Lei nº 906, de 30 de junho de 1901, e nos termos dos artigos 5º e 6º do Decreto 1437, de 7 de fevereiro de 1907. Esse decreto estabelecia que os inscritos deveriam apresentar documento comprobatório de data de nascimento e, por conseguinte, localidade; mas, ao que tudo indica, o escultor preferia manter tal documento em sigilo. Isso explicaria o porquê de seu nome não aparecer na lista de inscritos, apesar de estar trabalhando no mesmo local em que as maquetes foram expostas. Oswald de Andrade, Menotti Del Picchia e Monteiro Lobato, extasiados com as obras do escultor, e muito provavelmente inconformados por este não participar do referido concurso, promoveram uma Comissão Provisória que trataria de oferecer um outro monumento a São Paulo, um monumento aos grandes feitos dos antigos paulistas: O Monumento às Bandeiras¹⁴¹.

¹⁴¹ Percebe-se desde aí as inclinações paulistas ao mito bandeirante.

Figura 16 - Foto da maquete apresentada no Memorial Descritivo do Monumento às Bandeiras. Papel e Tinta, SP e RJ, jul. 1920.



Fonte: Coleção IEB-USP (BATISTA, 1985).

O resultado da reunião dessa comissão foi a solicitação feita por Oswald e Menotti a Brecheret para que este concebesse um monumento aos paulistas, um monumento da história e do espírito paulista, isto é, um monumento às bandeiras; Brecheret realizou sua maquete e a expôs em junho de 1920.

Deve-se observar que a ideia do monumento, a organização da Comissão, a publicação das notícias referentes a esse monumento na ocasião do 1º Centenário da Independência e a elaboração da maquete sobre esse tema aparentemente ocorreram às avessas e, precisamente, em ordem inversa: diante da notícia de que a colônia portuguesa pretendia oferecer um monumento com o tema 'às bandeiras' ao povo brasileiro, assim como a colônia síria oferecera o monumento da Independência ao Brasil, rapidamente Menotti Del Picchia tratou de publicar em sua coluna social, no Correio Paulistano, um artigo em que noticiava, em primeira mão, que a ideia de um Monumento às Bandeiras já se encontrava em andamento. Os paulistas desejavam ofertar tal monumento à cidade de São Paulo, contudo, o mais incrível ainda estaria por vir: a maquete já estava pronta e, somando-se a isso, era de autoria, segundo o artigo de Menotti, de um escultor paulista, Victor Brecheret.

Tal evento pareceu contemplar diretamente a obra do jovem escultor ítalo-brasileiro, que teria sua maquete já exposta para apreciação dos representantes governamentais.

Tendo sido aberto o concurso para o Monumento às Bandeiras, uma intensa disputa veio à tona nas páginas dos jornais, entre os defensores de Brecheret e os partidários de Nicola Rollo (1889 – 1970); acusações de plágio e falta de criatividade vieram de todos os lados. O governador Washington Luís, a despeito dos elogios que fez dirigidos à maquete de Brecheret – e do interesse no tema, que alguns anos mais tarde comprovar-se-ia –, naquela ocasião não destinou recursos para financiar a obra do escultor, tampouco promoveu atos que encaminhassem a sua execução. Esse mesmo governador, em 1923, chegou a contatar Nicola Rollo para executar um projeto com o mesmo tema. A maquete de Rollo desapareceu após o levante tenentista de 1924; deste modo, a ideia acabou não se concretizando naquele momento.

Apesar dos elogios, a maquete não foi construída. Marta Rossetti Batista¹⁴² atenta para a possibilidade desta ter sido mal interpretada pela sociedade da época, com seus gigantescos nus, sem um personagem central ou referências que os identificassem plenamente com as histórias sobre os bandeirantes, mas sim uma grande massa anônima que aparentemente se locomovia, estática, em direção ao desbravamento do território brasileiro, e, por isso, talvez não tenha conquistado o apoio que se esperava para sua construção.

Os artigos de Menotti, em 1921, demonstram sua decepção com o povo paulista (mais especificamente com as elites paulistanas) devido ao fato de o projeto de Brecheret não receber mais nada além de elogios: nenhum apoio ou financiamento.

Um monumento que não se ergueu

[...] A arte de Brecheret – arte moderna, pujante, revolucionária – talvez não fosse bem interpretada pelo nosso encoscorado jecatuísmo. Começou um gelo de indiferença a esfriar o surto... O entusiasmo arrefeceu. Emulações extemporâneas iniciaram a batalha insidiosa que deu em resultado a queda de um sonho e a perda para S. Paulo de uma obra de arte que não somente

¹⁴² BATISTA, *op. cit.*, p .

imortalizaria condignamente a ação dos paulistas, como o gênio artístico de um dos seus mais talentosos filhos. Não choremos, porém, inúteis lágrimas sobre as cinzas de uma simples hipótese. Afinal, o Monumento das Bandeiras não passou de uma dourada hipótese erguida por um pugilo de visionários...¹⁴³

Não tendo conseguido financiamento para a construção de seu Monumento às Bandeiras, Brecheret foi para França em 1921, com o auxílio de uma bolsa de estudos, tendo ficado por lá até 1936. Nesse intervalo de quinze anos, fez algumas viagens esporádicas ao Brasil, expondo alguns de seus trabalhos. As correspondências que trocou com Mario de Andrade e com Menotti Del Picchia demonstram que ele nunca deixou de ter contato com os modernistas.

Brecheret retornou ao Brasil em 1936, quando finalmente teve oportunidade de iniciar os trabalhos do Monumento às Bandeiras. Em 1937, o trabalho foi interrompido devido ao golpe que deu origem ao Estado Novo. Getúlio Vargas só entregou o poder ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. No ano seguinte, Brecheret retomou os trabalhos do Monumento às Bandeiras.

¹⁴³ CORREIO PAULISTANO. Edição 20.740, de 30 de Março de 1921. Helios, Chronicas Sociais, p.3.

Figura 17 - Detalhe do Monumento às Bandeiras durante sua construção nas imediações do Parque do Ibirapuera



Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

Com a saúde debilitada e após ter perdido um filho em um trágico acidente, o próprio Brecheret solicitou à Comissão Organizadora que a inauguração do monumento ocorresse antes do IV Centenário, o que antecipou em um ano a entrega do monumento para a cidade. Em 1953, na abertura das comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo, foi finalmente inaugurado o Monumento às Bandeiras¹⁴⁴.

¹⁴⁴ Processo de tombamento CONDEPHAAT. 1984 – 23074/84 Livro do Tombo Histórico, insc. nº. 238, p.65, 21 de janeiro de 1987

Para Koselleck¹⁴⁵, o presente nada mais é que o tempo de tensão entre as experiências do passado e a expectativa do futuro. Mas o que se observou em torno das celebrações do IV Centenário não foi disputa, conflito, nem mesmo desarmonia entre as experiências passadas e as expectativas futuras. Ao contrário, o que se pode perceber é exatamente a harmonia dos elementos passados e futuros, ajustados criteriosamente segundo um projeto modernizante e nacional.

2.2 Ciccillo Matarazzo e a Comissão do IV Centenário

Atualmente¹⁴⁶, o Arquivo Público Municipal de São Paulo detém a guarda dos documentos referentes às ações da Comissão do IV Centenário. Essa Comissão produziu um enorme acervo documental, distribuído em subcomissões que possuíam diferentes atribuições. Para efeitos da presente pesquisa, foram analisados os pareceres, ofícios e as demais ações dos presidentes da Comissão, bem como a documentação pertinente às inaugurações dos monumentos. Por meio da análise documental, é possível constatar que a organização do evento foi extremamente bem planejada; o aniversário da cidade produziu efeitos regionais imediatos que repercutiram sobremaneira em diversas regiões do país. Para tanto, as ações do Serviço de Imprensa e Propaganda – que se constituiu como uma das subcomissões da organização do evento – foram fundamentais. Sílvio Luiz Lofego¹⁴⁷ destaca a relevância dessa subcomissão:

[...] de todo amplo corpo documental sobre a organização do evento realizado pela Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, disperso em diversas subcomissões, sem sombra de dúvida, a que teve papel mais relevante, devido ao seu alcance popular, foi a do Serviço de Imprensa e Propaganda.

[...]. A eficiência da propaganda foi fundamental para o êxito das festividades e serviu, sobremaneira, também para a expansão

¹⁴⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC/Rio, 2006, p. 15-16.

¹⁴⁶ Aqui a data de referência é de março de 2017, última data em que os arquivos foram consultados para esta pesquisa.

¹⁴⁷ LOFEGO, *op.cit.*, 2006. p. 27.

industrial de São Paulo, ao transformar História e memória numa importante alavanca de consumo.¹⁴⁸

Analisando a publicidade impressa nos artigos de jornais à época do IV Centenário da cidade de São Paulo, Silvio Luiz Lofego¹⁴⁹ procurou evidenciar a construção da relação entre o “glorioso” passado bandeirante e o “futuro esplendido” da “cidade que mais cresce no mundo¹⁵⁰” por meio das classes dominantes paulistanas, numa clara tentativa de formar uma memória que justificasse sua hegemonia no cenário nacional.

Figura 18 - Anúncio publicitário – Orgulhamo-nos por ajudar a construir – A cidade que mais cresce no mundo. Predial De Lucca S. A. No detalhe, (à esq.) imagem do Monumento às Bandeiras incorporada ao anúncio.



Orgulhamo-nos por ajudar a construir

A CIDADE QUE MAIS CRESCE NO MUNDO

- e contribuir para o embelezamento de nossas praias!

A PREDIAL DE LUCCA S/A

que há quase meio século vem se dedicando ao ramo de negócios imobiliários, sauda **SÃO PAULO NO SEU IV CENTENÁRIO**, através de suas grandiosas realizações no setor de urbanismo e arquitetura.

ORGULHAMO-NOS POR AJUDAR A CONSTRUIR

A CIDADE QUE MAIS CRESCE NO MUNDO!

- e contribuir para o embelezamento de nossas praias!

A PREDIAL DE LUCCA S/A.

que há quase meio século vem se dedicando ao ramo de negócios imobiliários, sauda **SÃO PAULO NO SEU IV CENTENÁRIO**, através de suas grandiosas realizações no setor de urbanismo e arquitetura.

LANÇADA EM BREVE DIAZ, mais dois magníficos edifícios, localizados em pontos privilegiados de nossa metrópole.

EDIFÍCIO SOBERANO
a 50 metros do projeto de 54, rua Silveira Tiburcio, nº 33.

EDIFÍCIO CHANCELER
Av. Dr. Américo, 136, no planalto de avenida Paulista.

Em outras praias: **ED. DIACRISIA**, **ED. NOVO DOMUS**, **ED. MARCO BILLO**, **ED. PIPER**, **ED. PEARL**, **ED. ESPERANÇA**, **ED. SÃO VITO**, **ED. SERRA**.

LOTEAMENTOS:
JARDIM SÃO...
HILTA PARQUE...
HILTA CLEAR...
PARQUE SÃO LUCA...
RECREIO DOS LADOS...

ÁREAS CONSTRUÍDAS
Edifícios: 42.000 m²
Terrenos: 1.700.000 m²
Lotes: 2.000 m²
Coberturas: 1.000 m²
Terrenos em lotes de venda: 400.000 m²

Uma boa compra só pode ser efetuada por intermédio de um Corretor de Imóveis, ou de uma Empresa Sênior Imobiliária, de sólida reputação.

PREDIAL DE LUCCA S.A.
PRAÇA DA SÉ, 62 - FONES: 34-4116 - 34-4117 e 34-4118
Uma tradicional organização imobiliária que atua em São Paulo!
Filial em Santos, rua Estácio de Sá, 100

Fonte: Folha da Manhã, edição 9151, 25 de Janeiro de 1954, p. 11.

¹⁴⁸ LOFEGO, *op.cit.*, 2006, p. 27.

¹⁴⁹ LOFEGO, Silvio Luiz. *IV Centenário da cidade de São Paulo – a construção do passado e do futuro nas comemorações de 1954*. 2002. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

¹⁵⁰ Assim era descrita a cidade nos anúncios publicitários dos periódicos que circulavam à época.

Expondo o termo “desenvolvimento contínuo”, amplamente utilizado na mídia impressa, Lofego apresenta a evidente intenção do discurso oficial das elites paulistas em situar São Paulo entre o passado e o futuro, a tradição e a modernidade, aquilo que já ocorreu – o “desenvolvimento” – e a expectativa de futuro próspero e glorioso – “contínuo”.

Dentre as preocupações da Comissão do IV Centenário, há que se destacar a construção de um passado – mesmo que mitificado – que legitimasse a configuração social estabelecida e ensejasse o apoio popular às aspirações nacionais das elites paulistas. Lofego¹⁵⁶ afirma: “Na ocasião, a necessidade de uma fundamentação histórica para o evento levou os seus responsáveis a um plano de organização e invenção de um passado conveniente aos interesses da classe dirigente paulistana”.

Concretamente, a maior expressão da materialização desse passado mítico construído historicamente e apropriado pelas elites paulistas ocorreu com a inauguração do Monumento às Bandeiras, nas proximidades do Parque do Ibirapuera, que aliada a um forte apelo publicitário patrocinado por diversas empresas paulistas de diferentes ramos de atuação e estimulado pela Comissão Organizadora do IV Centenário, pretendia não apenas conquistar o apoio popular, mas também se colocar como porta-voz dessa população.

¹⁵⁶ LOFEGO, *op.cit.*, 2006, p. 27.

Figura 20 - Vista oblíqua do Monumento às Bandeiras (1953). Victor Brecheret. Em pedra Mauá. Praça. Armando Salles de Oliveira



Fonte: Acervo do autor.

Assim como a Casa Bandeirante foi importante no contexto do IV Centenário da cidade, segundo Irene Barbosa de Moura¹⁵⁷, para “conferir materialidade à história e à identidade paulista”, o Monumento às Bandeiras pretendia reforçar de maneira positiva a imagem das bandeiras, consolidando suas ações no imaginário paulistano como feitos de grande heroísmo, e os bandeirantes como grandes conquistadores da nação¹⁵⁸. Junto a esse imaginário, pretendia-se instituir uma ancestralidade direta entre os bandeirantes e as elites políticas e econômicas paulistas. Para tal, a complementação das peças publicitárias que exaltavam a imagem dos bandeirantes associada aos homens públicos daquele período se prestava a um papel fundamental na construção desse imaginário.

¹⁵⁷ MOURA, 2010, p. 22-29.

¹⁵⁸ SOUZA, Ricardo Luiz. A mitologia Bandeirante: Construção e sentidos. *História Social*. Campinas, n. 13, 2007, p. 159.

Figura 21 - Propaganda política à Prefeitura de São Paulo, do candidato Francisco Antônio Cardoso, em 1953

Mensagem à Gente de Minha Terra
Paulistas

São Paulo faz, hoje, 399 anos. Dentro de 12 meses, a cidade completará seu quarto centenário. De todos os cantos da terra, homens seduzidos pelos índices do nosso surto econômico acorrerão a visitar o planalto de Piratininga.

Devemos empenhar-nos para que, então, a água jorre mais abundante das torneiras de todas as nossas casas - para que o milagre da energia elétrica ilumine fartamente as nossas ruas e acione generosamente, num regime de pleno rendimento, a maquinaria de todas as fábricas.

Devemos cuidar de que a nossa população e os nossos visitantes desfrutem transporte suficiente e adequado. As nossas ruas precisam ser calçadas - os bairros e as vilas reclamam saneamento, criando-se, para o Povo, condições de vida indispensáveis à própria vida humana. São Paulo exige a multiplicação das suas escolas, parques infantis, centros de saúde e postos de puericultura.

A metrópole cresceu depressa demais. E é disto que São Paulo padece, mas é também disto que São Paulo se orgulha.

A cidade, contudo, dispõe de seiva e força para suprir aos reclamos de um progresso incoercível. Aos que não desanimam diante de obstáculos mais aparentes do que reais - e que são todos os que aqui vivem e trabalham - aos que crêem em São Paulo - o prodígio de que o Brasil se desvanece - a minha saudação de quem acredita firmemente, profundamente, na fibra dos que estão a construir esta maravilhosa metrópole gigantesca.

Francisco Antônio Cardoso

PARA UMA GRANDE CIDADE - UM GRANDE PREFEITO!

FOLHA DA MANHÃ, DOMINGO, 25 DE JANEIRO DE 1953 — ASSUNTOS GERAIS — Pág. 5

Mensagem à Gente de Minha Terra

Paulistas

São Paulo faz, hoje, 399 anos. Dentro de 12 meses, a cidade completará seu quarto centenário.

De todos os cantos da terra, homens seduzidos pelos índices do nosso surto econômico acorrerão a visitar o planalto de Piratininga.

Devemos empenhar-nos para que, então, a água jorre mais abundante das torneiras de todas as nossas casas - para que o milagre da energia elétrica ilumine fartamente as nossas ruas e acione generosamente, num regime de pleno rendimento, a maquinaria de todas as fábricas.

Devemos cuidar de que a nossa população e os nossos visitantes desfrutem transporte suficiente e adequado. As nossas ruas precisam ser calçadas - os bairros e as vilas reclamam saneamento, criando-se para o Povo, condições de vida indispensáveis à própria vida humana. São Paulo exige a multiplicação das suas escolas, parques infantis, centros de saúde e postos de puericultura.

A metrópole cresceu depressa demais. E é disto que São Paulo padece, mas é também disto que São Paulo se orgulha.

A cidade, contudo, dispõe de seiva e força para suprir aos reclamos de um progresso incoercível. Aos que não desanimam diante de obstáculos mais aparentes do que reais - e que são todos os que aqui vivem e trabalham - aos que crêem em São Paulo - o prodígio de que o Brasil se desvanece - a minha saudação de quem acredita firmemente, profundamente, na fibra dos que estão a construir esta maravilhosa metrópole gigantesca.

Francisco Antônio Cardoso

Fonte: Folha da Manhã, edição 8.844, 25 de janeiro de 1953.

A Comissão Organizadora do IV Centenário foi constituída por políticos, empresários e intelectuais, principalmente com o objetivo de dar visibilidade e credibilidade junto aos diversos segmentos da sociedade^{159 160}. Para Irene Barbosa Moura¹⁶¹ “os grupos envolvidos nesse processo vislumbraram no IV Centenário uma oportunidade para capitalizar ganhos políticos e econômicos”, assim, “A cooptação

¹⁵⁹ MOURA, *op. cit.*, p. 28-29.

¹⁶⁰ Entre outros, destacaram-se nas ações da Comissão: Oswald de Andrade Filho, Paulo Camilher Florençano e Mário Neme.

¹⁶¹ MOURA, *op. cit.*, p. 28.

de personalidade do meio político, intelectual e empresarial para atuar nas comissões refletiu uma busca de credibilidade e vinculação das propostas da entidade aos interesses dos diversos segmentos envolvidos”¹⁶².

Essa busca de credibilidade consistiu em garantir o espaço publicitário na imprensa, conseguir os financiamentos do poder público para a execução dos projetos da comissão, estabelecer parcerias comerciais com empresários e cafeicultores que, além de divulgarem as comemorações do IV Centenário, vislumbravam ali uma oportunidade para aumentarem a rentabilidade de seus negócios e, por fim, conquistar apoio e simpatia popular para as ações da comissão.

Ao transformar o IV Centenário em um item de consumo, os organizadores teriam contribuído de alguma forma para o desenvolvimento industrial de São Paulo, fator que evidencia, segundo Silvio Luiz Lofego, uma cuidadosa preparação durante as celebrações. Ao comercializar produtos que carregavam a marca do IV Centenário, os fabricantes colocavam, para si próprios, uma ancestralidade a caminho do futuro, fazendo com que, apesar das diferenças nos segmentos de atuação, todos fizessem parte da mesma história.

A associação do logotipo do IV Centenário e de outras representações simbólicas a produtos da indústria de eletroeletrônicos permite perceber o modo como a produção social da memória paulistana foi utilizada no sentido de gerar lucro. A modernidade foi colocada para a sociedade paulista como uma necessidade urgente, de forma que seria conquistada por meio da aquisição de bens de consumo. Assim, constituía-se um novo padrão de vida e de consumo.

As comemorações do IV Centenário foram, para Silvio Luiz Lofego, bastante propícias para a “invenção de um passado” que atendesse aos interesses da elite paulistana. Naquela ocasião, a história teria sido utilizada na produção da memória, de modo a corroborar a legitimação das classes dominante junto à população. As peças publicitárias indicariam a apropriação do discurso ufanista que procurava resgatar uma trajetória heroica na história paulistana, indicando a exclusividade de São Paulo no caminho da modernidade e do progresso.

¹⁶² MOURA, *op. cit.*, p. 29

A fim de consolidar um “passado imaginário” na memória dos cidadãos, foi realizada em torno do mito bandeirante uma intensa campanha publicitária, nos mais variados veículos e por meio de múltiplas linguagens, com destaque para a mídia impressa. De acordo com Silvio Luiz Lofego, o IV Centenário foi também uma resposta aos acontecimentos recentes da vida política nacional – mais precisamente à Revolução de 1930¹⁶³ – e uma demonstração de força da elite paulistana. Nesse contexto, as celebrações foram organizadas a partir de dois movimentos, quais sejam: um oficial, organizado pela classe dirigente em conjunto com o setor privado; e outro extraoficial, representado por grupos sociais interessados em participar das comemorações, com o objetivo de ampliar sua visibilidade no cenário social.

Após a Revolução de 1930, que ensejou o fim da política do café com leite e da supremacia dos barões do café sobre a política nacional, com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder e a derrota militar de 1932 das tropas paulistas que desafiaram as forças federais de Vargas visando ao estabelecimento de uma constituição, o orgulho paulista ficou bastante abalado. Mas as aspirações das elites paulistas em recuperar o poder continuavam em vigor¹⁶⁴. Diante desse contexto, as comemorações do IV Centenário serviram para recuperar o orgulho e reconquistar a adesão popular às pretensões das elites e aos ideais de trabalho e progresso¹⁶⁵.

O IV Centenário da Cidade de São Paulo, ainda consoante Silvio Luiz Lofego¹⁶⁶, “se constituiu num magnífico esforço de demonstração de força por parte das classes dirigentes paulistas”. A reunião de forças do poder público estadual e municipal para a organização dos festejos culminou na criação de uma comissão especial dedicada aos assuntos pertinentes ao IV Centenário da Cidade de São Paulo. Tal comissão foi concebida por meio do Projeto de Lei municipal nº 577/51, que criou a autarquia incumbida em organizar as efemérides de aniversário da cidade: A Comissão do IV Centenário. À frente dessa comissão, alternaram-se

¹⁶³ Getúlio Vargas voltou ao poder democraticamente em 1951 e governou até 1954.

¹⁶⁴ RODRIGUES, João Paulo. *O Levante Constitucionalista de 1932 e a Força da Tradição: Do confronto bélico à batalha pela memória (1932-1934)*. 2009. 346 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009. p. 41.

¹⁶⁵ MOURA, *op. cit.*, p. 55.

¹⁶⁶ LOFEGO, *op. cit.*, 2006, p. 27.

Francisco Matarazzo Sobrinho, o Ciccillo (1898-1977), e Guilherme de Almeida (1890-1969). A atuação de Ciccillo à presidência da Comissão é destacada pelo tempo em que nela permaneceu e pelos encaminhamentos que ensejou.

Os preparativos, por parte da Prefeitura de São Paulo, para as comemorações do IV Centenário da cidade estão documentados a partir de 1948 no Histórico da Comissão do IV Centenário¹⁶⁷ e suas realizações. Por meio da Portaria nº 20, de 29 de julho de 1948, a Prefeitura havia criado a primeira *Comissão de Festejos Comemorativos do IV Centenário da Fundação da Cidade de São Paulo*. O então prefeito Paulo Lauro (1907-1983) nomeou para esta primeira comissão Fábio da Silva Prado (1887-1963), Lineu Prestes (1897-1958) e Armando Arruda Pereira (1889-1955), dentre outras ilustres personalidades da sociedade paulistana. Em 1951, o governador do Estado, Lucas Nogueira Garcêz (1913-1982), por meio da Resolução, criou uma outra comissão que pudesse participar das ações municipais. Esta foi denominada *Comissão de Participação de Estado nas Comemorações do IV Centenário da Fundação de São Paulo*. Segundo Irene Barbosa de Moura¹⁶⁸, havia na esfera estadual “um certo desconforto quanto a existência de uma entidade municipal” à frente dos preparativos. Esse desconforto apenas se dissipou quando Armando de Arruda Pereira foi nomeado como prefeito e assumiu a administração municipal, em 1951. Em dezembro daquele ano foram sancionadas duas leis, uma estadual e outra municipal, que instituíam uma única comissão responsável pela organização das comemorações do IV Centenário.

Francisco Matarazzo Sobrinho foi convidado a presidir a Comissão do IV Centenário pelo então governador Lucas Nogueira Garcez, com o apoio do prefeito da cidade à época, Armando de Arruda Pereira. A indicação de Ciccillo para a presidência da Comissão não foi ao casual, pois os Matarazzo já gozavam de grande prestígio na sociedade paulista e o próprio Francisco Matarazzo Sobrinho já havia participado como conselheiro da primeira versão estadual da Comissão. Seu tio, o Conde Francisco Matarazzo, já era um “reconhecido imigrante que fez fortuna

¹⁶⁷ FICHÁRIO CORRENTE. *Fundo Comissão IV Centenário*. Arquivo Histórico Municipal Washington Luís. DPH. SMC. PMSP, 1954.

¹⁶⁸ MOURA, *op. cit.*, p. 30.

em São Paulo”¹⁶⁹, e os idealizadores do evento apostaram em Ciccillo Matarazzo – como também era conhecido o sobrinho do Conde – para assumir a presidência dessa Comissão. Por meio de sua influência¹⁷⁰, fama e imagem, a Comissão angariou fundos e apoio entre as elites, além de driblar possíveis barreiras burocráticas. Contudo, nem tudo foi fácil para o Ciccillo. Apesar das boas prerrogativas que lhe garantiram a presidência da Comissão, ele ainda era visto como um estrangeiro em meio aos tradicionais cafeicultores paulistas, o que ainda criava um certo desconforto.

Porém, ele não foi o primeiro a presidir uma comissão organizadora do IV Centenário, e nem seria o último.

Antes de Francisco Matarazzo Sobrinho assumir a presidência dessa Comissão, uma outra já havia sido presidida pelo próprio Armando de Arruda Pereira, que fora designado pelo então prefeito Lineu Prestes para dirigir os trabalhos daquela primeira comissão. Arruda Pereira, formado em engenharia, já acumulava a experiência em cargos de liderança durante a década de 1940, pois havia presidido entidades como SESI, SENAI e o Rotary Club Internacional; mas logo após iniciar os trabalhos na Comissão Organizadora do IV Centenário em 1950, foi nomeado prefeito da cidade em 1951, deixando em aberto a vaga da presidência da Comissão. Foi então que o nome de Francisco Matarazzo Sobrinho veio à tona.

Ciccillo Matarazzo contava com 53 anos quando foi convidado a presidir a Comissão do IV Centenário. Possuía grande experiência empresarial à frente das indústrias Matarazzo¹⁷¹ e gozava de prestígio e confiança junto aos poderes públicos municipal e estadual. A experiência adquirida junto às indústrias Matarazzo lhe conferia mais autoridade como presidente da Comissão,

Apesar de a competência dos preparativos para os festejos do IV Centenário da cidade estarem a cargo da Comissão Organizadora presidida por Ciccillo Matarazzo, a inauguração do Monumento às Bandeiras praticamente lhe caíra no

¹⁶⁹ COUTO, R. C. *Matarazzo*. 2 vol. São Paulo: Plante, 2004.

¹⁷⁰ COSTA, Carlos; BUITONI, Dulcília Schroeder. *A Imagem e a Cidade*. Jundiaí: House, 2013. p. 13 e 14.

¹⁷¹ Ciccillo passou a administrar as empresas da família depois que seu tio, Francesco Matarazzo, faleceu, em 1937. O tio Francesco Matarazzo fundou um império industrial sob o nome Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo.

colo. A escultura monumental havia sido encomendada pelo governo estadual de São Paulo em dezembro de 1936, para ser inaugurada em 1938, o que obviamente não aconteceu¹⁷². Na ocasião da encomenda, o governador era Armando Salles de Oliveira, que tinha entre seus assessores, Menotti Del Picchia e Cassiano Ricardo. Como já é sabido, desde os anos 1920, Menotti foi um árduo defensor da construção do Monumento às Bandeiras por Brecheret, mas a falta de interesse das elites políticas e econômicas na construção do monumento, a igual desatenção pelos governos estaduais e municipais e a partida de Brecheret para a França, em 1921, deixaram o projeto adormecido por 15 anos. Durante esse período, a cidade se expandiu vertiginosamente. A industrialização acelerou o acúmulo de capitais; alguns imigrantes pobres enriqueciam e outros que aqui já chegavam ricos, ficavam mais ricos ainda, mas a grande maioria dos imigrantes continuava empobrecida e trabalhando de modo exaustivo nas fábricas. O centro da cidade se expandiu e o triângulo se europeizou, arquitetônica e gentilmente.

O levante tenentista de 1924 inflou os ânimos paulistas. Em 1926, as divergências entre os modernistas começaram a surgir: enquanto Menotti Del Picchia ligava-se a Plínio Salgado no grupo ufanista chamado “verde-amarelo”, defensores do integralismo, Oswald de Andrade defendia um movimento chamado “pau-brasil”, que pregava o nacionalismo crítico. As divergências não eram apenas estas: Mario de Andrade e Alcântara Machado se coligaram ao Partido Democrático, enquanto Menotti Del Picchia estava filiado ao Partido Republicano Progressista.

No decorrer da década de 1920, o envolvimento de Menotti Del Picchia com a política se acentuou. Pelo PRP, assumiu como deputado estadual em 1926¹⁷³ e foi reeleito em 1928. Com o golpe de 1930, perdeu o mandato e, em 1931, publicou o livro intitulado *A Crise da Democracia*.

¹⁷² A escultura de Victor Brecheret só foi inaugurada e entregue à cidade em 23 de janeiro de 1953, na abertura das efemérides do IV Centenário. A construção do Monumento às Bandeiras, já fora negociada desde 1936 com o Governo do Estado de São Paulo, sendo que sua entrega era para ter ocorrido em 1938, mas, em 1937, mais um golpe marcaria a história política do Brasil: o início do Estado Novo.

¹⁷³ Foi suplente do deputado Luís Pereira de Campos Vergueiro que, antes do final do mandato, tornou-se senador, deixando a cadeira vaga para Menotti Del Picchia.

O retorno de Brecheret ao Brasil, em 1936, reacendeu os ânimos dos defensores do Monumento às Bandeiras. O artista não deixou de trabalhar no monumento nem mesmo quando o governo cessou os pagamentos. A inauguração foi antecipada a pedido do próprio Victor Brecheret, deste modo, a Comissão ficou incumbida de divulgar, organizar e realizar as efemérides em todas as regiões da cidade. A realização dar-se-ia em solo municipal, mas a divulgação do evento extrapolou os limites do estaduais, a fim de ganhar contornos nacionais. A festa foi divulgada em diversas capitais do país.

Enquanto Ciccillo se preocupava com o futuro, o novo presidente valorizava o passado.

Garantida a repercussão do evento, as comemorações do IV Centenário seriam terreno fértil para plantar os mitos da identidade paulista. Dentre os semeadores, concorriam principalmente a classe dirigente paulista juntamente com empresariado, que enxergava oportunidades na associação da política desenvolvimentista com a difusão de uma determinada memória nas comemorações. Bandeirantes, jesuítas e índios – estes últimos, mais discretamente – tornaram-se não somente símbolos da identidade paulista, mas peças de campanhas publicitárias tanto para as indústrias quanto para o comércio em geral.

Entre as campanhas publicitárias, o autor identifica três grupos importantes de mensagens, quais sejam: a propaganda oficial, que divulgava os eventos e os trabalhos da Comissão, convidando o grande público à participação das comemorações; a relação direta entre a tradição e a memória paulista, utilizada pela iniciativa privada na divulgação de seus produtos, com adjetivos de bravura e força; e a modernização e o progresso, também utilizados pelo setor privado, de modo a representar os novos tempos e vincular os aparelhos elétricos às ideias de modernidade.

Dessa forma, a mensagem utilizada para homenagear a cidade dependia do produto a ser oferecido, apelando para a vontade do consumidor em participar daquele momento histórico da cidade.

A construção do IV Centenário na propaganda

A instauração de uma Comissão para planejar e organizar os festejos desde 1948 já aponta para a importância dada ao evento pelo poder público. As

correspondências entre algumas personalidades da época indicam a parceria que se estabeleceu entre os meios de comunicação e a Comissão, com destaque para os jornais, que ocuparam posição estratégica.

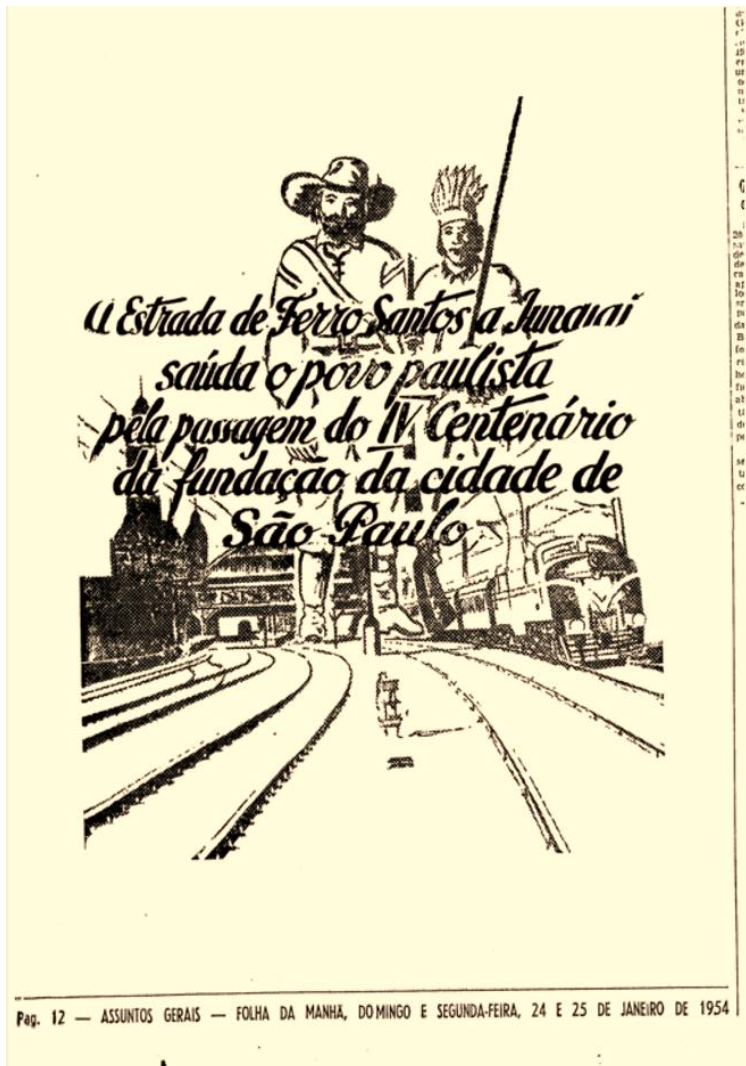
Lofego¹⁷⁴ defende que as identidades estavam em transe, ocorrendo, por um lado, a necessidade de criar uma memória enraizada na sociedade, por outro, o desenraizamento da população para sua inserção no mundo moderno por meio do consumo. A modernidade representava o espírito consumista, e esta associação permitia criar novos padrões de consumo.

Não só a Comissão do IV Centenário se encarregou de divulgar os acontecimentos sobre os festejos, mas diversos grupos sociais concorriam para sua divulgação. Apesar disso, a Comissão buscava enquadrar a participação popular, estabelecendo formas de participação, numa tentativa clara de controlar a apropriação popular dos signos do festejo¹⁷⁵, isto é, a participação popular era bem-vinda, mas nos limites do que fora previamente estabelecido pela Comissão.

¹⁷⁴ LOFEGO, *op. cit.*, 2002. p.

¹⁷⁵ LOPES, *op. cit.*, 2007, p. 138.

Figura 22 - Estrada de Ferro Santos Jundiaí saúda o povo paulista pela passagem do IV Centenário da fundação da cidade de São Paulo



Fonte: Folha da Manhã, edição 9151, 25 de janeiro de 1954, p. 12

2.3 - O mito bandeirante e o monumento de Brecheret

A principal característica das “bandeiras” é a absoluta solidariedade dos elementos [...] em torno do chefe [...] Organização e autoridade continuam a ser, mais do que nunca, as marcas imperecíveis da gente de Piratininga¹⁷⁶.

¹⁷⁶ BATISTA, *op. cit.*, p. 53.

O Monumento às Bandeiras, executado por Victor Brecheret e inaugurado em 25 de janeiro de 1953, na ocasião da abertura das comemorações do IV Centenário da cidade, foi ofertado pelo governo estadual para a cidade de São Paulo, sendo arquitetado por seus idealizadores paulistas como marco de memória e identidade. O monumento, que também foi inaugurado durante as comemorações do IV Centenário da Cidade, foi idealizado inicialmente em 1920, de acordo com as concepções históricas de Menotti Del Picchia sobre as bandeiras, pois foi este escritor quem narrou ao escultor a saga dos bandeirante¹⁷⁷.

Segundo Menotti, em suas memórias publicadas no Diário de São Paulo¹⁷⁸, as aventuras bandeirantes narradas por ele próprio a Brecheret tanto entusiasmaram o escultor, que este logo teria se identificado com o tema dos desbravadores do velho mundo que se lançaram sobre as terras do novo mundo e enfrentaram toda a sorte de perigos e desventuras para a conquista do território. Essa construção mitológica dos bandeirantes permeou todo o processo de elaboração do Monumento às Bandeiras.

Antes de tratar especificamente sobre o mito bandeirante e seu monumento, há duas noções que merecem reflexão mais aprofundada para uma melhor compreensão do tratamento dispensado ao assunto: *Patrimônio e Mito*. Para tanto, a obra de François Choay¹⁷⁹ e a de Joseph Campbell¹⁸⁰ foram pilares fundamentais que embasaram as reflexões. O pensamento e a obra de Carl G. Jung et al.¹⁸¹ também devem ser revisitados no que diz respeito às utilizações que a humanidade confere aos símbolos.

As distinções que Choay apresenta entre as noções de Monumento e Monumento Histórico¹⁸² são esclarecedoras dos pontos de vista histórico e social, possibilitando a compreensão sobre mudanças de comportamento diante do

¹⁷⁷ BATISTA, *op. cit.*, p. 26.

¹⁷⁸ PICCHIA, Menotti Del. História de um monumento I. *Diário de São Paulo*. 26 de Junho de 1969.

¹⁷⁹ CHOAY, *op. cit.*, 2006.

¹⁸⁰ CAMPBELL, Joseph. *O Poder do Mito: Joseph Campbell com Bill Moyers*. Org. por Betty Sue Flowers. São Paulo: Palas Athena, 1990.

¹⁸¹ JUNG, Carl G. et al. *O Homem e seus símbolos*. Editora Nova Fronteira, 1964.

¹⁸² CHOAY, Françoise. *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

patrimônio cultural, que a autora prefere nomear como “herança edificada”. Considerando-se a perspectiva dessa autora, o monumento seria uma criação deliberadamente mnemônica *a priori*, cujo objetivo final é a rememoração¹⁸³. Assim, os monumentos históricos se distinguem dos monumentos – mnemônicos ou simbólicos – por não terem sido criados exclusiva e especificamente para a destinação memorial, mas sim por se distinguirem das demais edificações, seja pela valoração histórica ou pela artística que lhes foram atribuídas *a posteriori*. Nas palavras de Choay:

O monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo. O monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a memória viva e com a duração. Ou ele é simplesmente constituído em objeto de saber e integrado numa concepção linear do tempo – neste caso seu valor cognitivo relega-o inexoravelmente ao passado, ou antes à história em geral, ou à história da arte em particular -; ou então ele pode, além disso, como obra de arte, dirigir-se à nossa sensibilidade artística, ao nosso “desejo de arte”: nesse caso, ele se torna parte constitutiva do presente vivido, mas sem mediação da memória ou da história.¹⁸⁴

Agregando os monumentos e os monumentos históricos sob um mesmo estatuto, a noção de patrimônio – e mais especificamente, o patrimônio cultural –, de acordo com Choay, induziu a uma homogeneização do sentido de valores, o que teria proporcionado às antiguidades o valor de riqueza, para além de seus valores históricos, artísticos, simbólicos e iconográfico. A autora apresenta as diferenças entre as noções de herança (*heritage*) e patrimônio, somando-se a esta última o adjetivo “cultural”. Enquanto a noção de herança pressupõe a transferência de um saber-fazer, um saber edificar que contempla a participação comunitária de uma sociedade, a noção de patrimônio vincula-se a uma dimensão econômica dominante, tendo se convertido em uma *fetichização* polarizada em duas vertentes, a saber: a) preservação de edificações que apresentam condições integráveis à dinâmica espacial das sociedades contemporâneas; b) a museificação daquilo que se considera portador “de um saber histórico e/ou prazer estético”.¹⁸⁵

¹⁸³ CHOAY, *op. cit.*, p. 25.

¹⁸⁴ CHOAY, *op. cit.*, p. 26.

¹⁸⁵ CHOAY, *op. cit.*, p. 43.

Assim, sob essa noção de patrimônio cultural, o sentido atribuído ao adjetivo *cultural* teria se aproximado mais de uma concepção populista do termo, distanciando-se do sentido atribuído ao seu correspondente germânico *Kultur*, que o compreenderia como obra coletiva e criadora¹⁸⁶, original de um povo.

Analisando o desenvolvimento da noção de *Patrimônio Cultural*, Choay identifica que o uso do termo *cultura*, em sua concepção populista, esvazia o sentido original dessa noção, reduzindo-a a um mero privilégio de classe essencialmente associado ao lazer, transformando, assim, a *cultura* em objeto de consumo¹⁸⁷ e privilégio social. Se as tradições e narrativas nascem no seio de um povo, em meio ao conjunto de suas mitologias, o mito bandeirante, por origem, aproximou-se dessa concepção populista, sendo uma construção que justifica a primazia das elites diante do progresso econômico do estado e do país.

No cerne da discussão sobre o patrimônio estão as identidades de seus mediadores. Para Choay, sendo a “cultura o equivalente à obra e ao bem-comum, igualmente partilhados pelos membros de uma comunidade”, transmitidos por herança, seus verdadeiros mediadores seriam, então, “as famílias e a escola”¹⁸⁸; estes estariam diretamente relacionando-os à construção da identidade histórica e à formação da memória local. Essa construção identitária fomentou materialização do mito bandeirante, estabelecendo uma memória coletiva baseada no mito.

Constatada a diversidade humana e as heranças edificadas das diferentes culturas terrestres no espaço geofísico mundial, Choay aponta para as problemáticas da exploração comercial e de sua mundialização, sob a insígnia de patrimonialização cultural, que desconsideram as particularidades culturais, particularidades estas no sentido original do termo, “que sustentam a riqueza humana”¹⁸⁹. Tendo sido transformado em mercadoria e bem de consumo, o patrimônio cultural – cujo valor também passou a ser financeiro e, logo, passível de ser explorado – deixou de ser um bem comum, partilhado pelos integrantes de uma

¹⁸⁶ CHOAY, *op. cit.*, p. 36.

¹⁸⁷ CHOAY, *op. cit.*, p. 43 e 44.

¹⁸⁸ CHOAY, *op. cit.*, p. 36.

¹⁸⁹ CHOAY, *op. cit.*, 2011, p. 50.

comunidade, para se tornar objeto de consumo, intermediado por grupos com diferentes interesses (políticos, econômicos, sociais, dentre outros).

O mito, segundo Campbell, influencia não só o modo como se concebe o passado, mas também como se compreende o presente e como se estabelece relações com este. Assim, os mitos exercem um poder enorme sobre as sociedades que os cultuam, guiando os indivíduos do nascimento até a morte, contribuindo para a formação do pensamento e para o surgimento das religiões. Constituem, segundo Campbell, uma forma de entrar em acordo com o mundo, para harmonizar a vida humana com a realidade.

Na entrevista transcrita para o livro “O poder do mito”, Campbell comenta que os jovens fabricam seus próprios mitos, “suas próprias iniciações, sua própria moralidade”¹⁹⁰. Assim, percebe-se a existência de fundamentos morais intrínsecos aos mitos e também como estes moldam as regras e os comportamentos sociais daqueles que os compartilham.

Para Campbell, os mitos traduzem simbolicamente mensagens válidas para a vida, as quais indicam que posição social deve ser tomada e que conduta moral deve ser adotada em determinadas situações. Tendo a mitologia florescido em determinada sociedade, num campo delimitado, quando estas sociedades se tornam complexas, variadas e as mitologias se tornam muitas, entram em colisão e em relação, amalgamando-se e dando origem a uma nova mitologia, mais complexa ainda, tão complexa quanto a sociedade que a gerou. Assim, Campbell indica duas possibilidades de mitos, quais sejam:

Os mitos são metáforas da potencialidade espiritual do ser humano, e os mesmos poderes que animam nossa vida animam a vida do mundo. Mas há também mitos e deuses que têm a ver com sociedades específicas ou com as deidades tutelares da sociedade. Em outras palavras, há duas espécies totalmente diferentes de mitologia. Há a mitologia que relaciona você com sua própria natureza e com o mundo natural, de que você é parte. E há a mitologia estritamente sociológica, que liga você a uma sociedade

¹⁹⁰ CAMPBELL, *op. cit.*, 1990, p. .09

em particular. Você não é apenas um homem natural, é membro de um grupo particular.¹⁹¹

As considerações de Choay, Campbell e de Jung et al. possibilitam refletir sobre as relações simbólicas entre o bandeirismo (ou o mito das bandeiras), seu monumento e a sociedade paulista dos anos 1930 a 1950. Após o levante tenentista de 1924, a saga bandeirante ganha contornos mitológicos, definindo o paulista, seu herdeiro legítimo, como um agente de construção da nacionalidade, e o bandeirante, como o seu protótipo histórico, cuja herança deveria prevalecer diante dos riscos da contemporaneidade. A construção de heróis míticos, além de justificar a manutenção do poder, corroboram a formação da memória coletiva e das identidades. Assim, as virtudes mitificadas dos bandeirantes foram materializadas em diversas homenagens que foram prestadas aos heróis paulistas, tais como obras literárias, pinturas, estudos históricos, monumentos etc. e seguiram com a abertura de rodovias estaduais paulistas com os seguintes nomes: Bandeirantes, Anhanguera, Fernão Dias, Índio Tibiriçá, Padre Manuel da Nobrega, Tamoios. Os carros, símbolos de modernidade e progresso nos anos 50, levavam os motoristas pelas rodovias nomeadamente bandeirantes. Adquirir uma nova postura perante o consumo, bem como a própria aquisição dos bens de consumo ofertados, conectava diretamente os indivíduos aos bandeirantes.

Segundo Katia Abud, “A mitologia bandeirante define o paulista, portanto, como agente de construção da nacionalidade, e o bandeirante como seu protótipo histórico, cuja herança atávica deve a qualquer custo sobreviver aos riscos da contemporaneidade”.¹⁹²

Especificamente, o mito bandeirante, de caráter inicialmente regional, por meio das ações dos modernistas, conquistou projeção nacional. Como desbravadores, os bandeirantes foram mitificados como grandes empreendedores que se aventuravam e arriscavam suas vidas para conquista de riquezas e pela grandeza do território.

¹⁹¹ CAMPBELL, *op. cit.*, 1990, p. 26.

¹⁹² ABUD, Katia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante)*. 1986. 342 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

O mito bandeirante apresentava a aliança entre o elemento indígena e o europeu para a formação da nação. O negro não fazia parte desse mito. Segundo Jacino¹⁹³:

As elaborações filosóficas e científicas que estabeleciam hierarquia entre as “raças” norteariam a reconstrução da história da pátria de maneira que nos mitos fundantes, materializados principalmente na iconografia, não fosse visível a presença do negro, elemento a ser superado, esquecido, branqueado.

A inauguração do Monumento às Bandeiras, em 1953, não apenas concretizou o sonho primordial dos modernistas, mas encravou em solo paulista a afirmação soberana das elites políticas, econômicas e intelectuais de São Paulo diante do Governo Federal, o mesmo governo que, em 1937, barrara as ações autônomas do governo estadual para a construção desse mesmo monumento.

Figura 23 - Monumento às Bandeiras. Autor: Victor Brecheret, Pedra, 1953. Av. Brasil, Ibirapuera, São Paulo



Fonte: Acervo do Autor.

No campo simbólico, as Bandeiras constituíram diferentes significados ao longo do tempo, e, talvez, para diferentes personagens concomitantemente, desde a concepção do monumento, em 1920, até a sua inauguração, em 1953. Além das remodelações estéticas promovidas pelos estudos e amadurecimento de seu autor,

¹⁹³ JACINO, *op. cit.*, p. 38 e 39.

a própria concepção do que foram as bandeiras e do que estas representavam para São Paulo e para o Brasil se modificara. O mito é um apoio ideológico ao comportamento prático; por meio dos mitos, tenta-se justificar as ações e os comportamentos, pois estes tornam a realidade inteligível.

Na descrição do mito bandeirante, Nicolau Sevcenko¹⁹⁴ destaca que o bandeirante se estruturou “como o lídimo representante das mais puras raízes sociais brasileiras, conquistador de todo o vasto sertão do interior do país, pai fundador da raça e da civilização brasileira.”

Para Ricardo Luiz de Souza¹⁹⁵, a mitologia bandeirante é compreendida como um conjunto de narrativas e tradições referentes à imagem do bandeirante enquanto fundador da nacionalidade e enquanto símbolo paulista¹⁹⁶. No estudo deste referido pesquisador, mais do que estudar o bandeirismo enquanto fenômeno histórico, o mito bandeirante foi priorizado na qualidade de personagem de um imaginário regional. Ao analisar os textos de diversos autores que trataram sobre os bandeirantes, Souza procurou investigar a construção desse mito, considerando tanto os aspectos negativos quanto os positivos que envolvem a figura do bandeirante. Em suas palavras:

[...] Nos textos escritos sobre os bandeirantes nas primeiras décadas do século XX, é construída uma mitologia que toma o personagem a partir de suas positivities, ao passo que os estudos históricos nas últimas décadas do século invertem a perspectiva, tomando a própria mitologia como construída pelos textos anteriores como eixo temático e objeto de críticas, embora tal clivagem não possa ser pensada de forma absoluta e isenta de continuidades.¹⁹⁷

Apesar da força que o mito bandeirante ganhou às vésperas do IV Centenário, a exaltação de seus feitos pode ser constatada a partir de 1798, no texto de Elói Ottoni¹⁹⁸. Para ele, os bandeirantes,

[...] inflamados de um zelo patriótico entraram pela mata geral, não com o espírito de conquista, sim como hóspedes sensíveis e

¹⁹⁴ SEVCENKO, *op. cit.*, p. 138.

¹⁹⁵ SOUZA, *op. cit.*, p. 152.

¹⁹⁶ SOUZA, *op. cit.*, p. 152.

¹⁹⁷ SOUZA, *op. cit.*, p. 152.

¹⁹⁸ OTTONI, 1908, p. 312 apud SOUZA, *op. cit.*, p. 153.

humanos que, encarando somente o objeto da sociedade vão libertar diversas tribos errantes do infame jugo da estupidez e da inércia.¹⁹⁹

Segundo Katia Abud, a mitologia bandeirante começou a ser construída no final do século XIX, isto é, em meio à instauração da República, quando São Paulo já havia se estabelecido como centro econômico do país, porém, ainda ocupando posição política e cultural secundária. A herança bandeirante recaiu sobre os ombros dos cafeicultores paulistas, fazendo destes os novos bandeirantes do final do século XIX. As relações que se estabeleceram entre o passado e o progresso, os bandeirantes e os cafeicultores, roteiros de penetração das bandeiras e a política de expansão ferroviária, permitem compreender como o mito foi resgatado simbolicamente, a fim de explicar o “arrojo, progresso e riqueza que São Paulo possuía.”²⁰⁰.

Segundo Souza, a figura do bandeirante foi “relativamente pouco influente, pois, na construção da identidade nacional, o bandeirante, ou antes, sua mitologia, foi figura fundamental na construção da identidade paulista, com a valorização deste e a exaltação da unidade nacional caminhando juntas”²⁰¹.

¹⁹⁹ OTTONI, 1908, p. 312 apud SOUZA, *op. cit.*, p. 153.

²⁰⁰ ABUD, *op. cit.*, p. 139.

²⁰¹ SOUZA, *op. cit.*, p. 156.

Figura 24 - Domingos Jorge Velho. Autor: Benedito Calixto



Fonte: Acervo Museu Paulista.

A aura mitológica que revestiu as narrativas sobre as bandeiras não deixou a linguagem metafórica de lado. Ao exaltar os feitos dos bandeirantes, a metáfora sexual se constituía em parte da narrativa, como revela o artigo publicado no Diário de Rio Claro, em 1936:

O paulista foi o Deus, o elemento masculino que penetrou a virgindade da terra: foi o verbo criador, fazendo a luz na treva florestal, abrindo os penhascos, rumando as águas domesticado (sic) os criando enfim o novo homem, a sua semelhança, para suceder-lhe nos séculos.²⁰²

²⁰² SOUZA, *op. cit.*, p. 157.

Com o objetivo de enobrecer suas origens e apagar o passado colonial, racista e escravocrata, a construção do mito bandeirante se prestou, para as elites paulistas, a recriar tradições sob o viés histórico e literário, exaltando as virtudes que também eram valorizadas entre essas elites, a saber: o espírito empreendedor, a coragem, o ímpeto de conquista impulsionado pelo sonho de riqueza²⁰³.

A mitologia das bandeiras que se desenvolveu entre o final do século XIX e início do século XX apresentava uma ideologia hierarquizante, impressa tanto em seu monumento quanto expressa em seu discurso: “A bandeira havia se revelado, por instinto, as linhas estruturais que hoje condicionam o Estado moderno: comando seguro e fraterna solidariedade dos indivíduos obedientes à firme unidade de comando”²⁰⁴.

Dois bandeirantes, os chefes, vão a frente, a cavalo: é o princípio da autoridade, o mais forte esteio da civilização que o comunismo tenta destruir. As figuras decrescem em tamanho; é a hierarquia inseparável da disciplina, e um dos mais belos princípios da organização social porque permite ao que está no posto mais baixo ascender por si mesmo à posição mais alta²⁰⁵.

A apologia que se produziu a favor dos feitos bandeirantes em crônicas e narrativas do início do século XX correspondeu à maneira como foram representados nas obras de arte de diferentes suportes. À moda da fidalguia europeia do século XVIII, a despeito do calor típico do cerrado brasileiro, com casaca, botas e chapéu, camisa fechada até o colarinho, o porte nobre e altivo e bem paramentado para as entradas nos sertões do Brasil se constitui na ancestralidade perfeita que os cafeicultores paulistas desejavam. A pose com que é representado relembra os quadros de monarcas europeus, ensejando nobreza em suas ações. A representação iconográfica se fez confluyente com a representação textual²⁰⁶.

²⁰³ SOUZA, *op. cit.*, p. 159.

²⁰⁴ RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, p. 16 apud SOUZA, *op. cit.*, p. 160.

²⁰⁵ RICARDO, Cassiano. *Viagem no tempo e no espaço*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970, p. 98 apud SOUZA, *op. cit.*, p. 161.

²⁰⁶ TIRAPELI, Percival. São Paulo, artes e etnias. São Paulo: Ed. UNESP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.p. 64.

Figura 3 - Bartolomeu Bueno da Silva, O Anhanguera, Diabo Velho. Estátua do Anhanguera - A estátua está localizada em frente ao Parque Trianon, na Avenida Paulista, em São Paulo. Autor: Luis Brizzolara



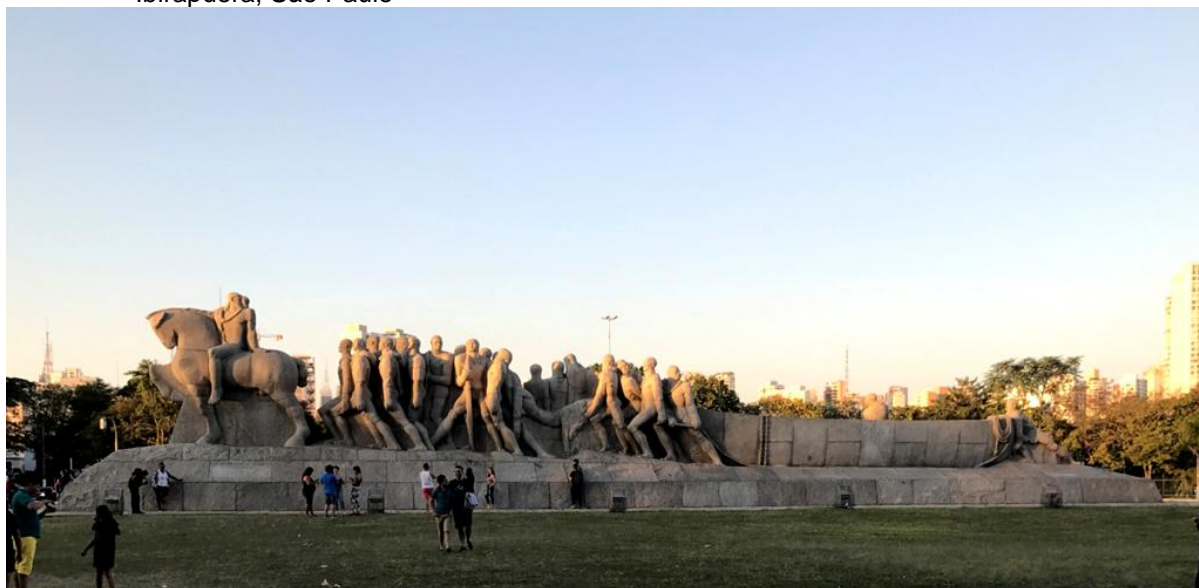
Fonte: Acervo do autor.

Na maior parte das campanhas publicitárias que foram analisadas, Silvio Luiz Lofego destacou a predileção dos anunciantes pelo bandeirantismo associado ao pioneirismo e ao progresso. O mito do bandeirante personificava a indústria e o comércio ao se utilizar de diversos adjetivos, como por exemplo, força, credibilidade, resistência e energia, que construiriam o futuro do Brasil.

A escultura de Brecheret materializou, pelo menos em parte, as ideias “verde-amarelas” de Menotti Del Picchia e de Plínio Salgado, ideias estas que pregavam

afiliação de organizações sociais em torno de líderes fortes em favor do progresso e do desenvolvimento²⁰⁷.

Figura 26 - Monumento às Bandeiras. Autor: Victor Brecheret, Pedra Mauá. 1953. Av. Brasil, Ibirapuera, São Paulo



Fonte: Acervo do Autor

²⁰⁷ TIRAPELI *op. cit.*.p. 68.

CAPÍTULO III OS NEGROS, O CLUBE E A MÃE

Este terceiro capítulo é dedicado à análise das representações socioculturais em torno da figura da Mãe Preta (1955) e à discussão sobre o conjunto simbólico presente nesse à Mãe de autoria do artista plástico Júlio Guerra, inaugurado na ocasião do encerramento das comemorações do IV Centenário de aniversário da cidade de São Paulo. O Monumento, compreendido como resultado das reivindicações de uma associação civil organizada que congregava importantes figuras ligadas aos movimentos negros de São Paulo, o Clube 220, homenageia e reconhece a importância da presença desses personagens tanto na história constituinte da nação quanto na própria contemporaneidade da sociedade de paulistana dos anos de 1950.

Para a realização desta etapa da pesquisa foram analisados artigos de jornais da década de 1950, com maior destaque para o periódico Folha da Noite que, diferentemente do Correio Paulistano²⁰⁸, circulava predominantemente entre as camadas mais populares da sociedade paulistana. Somando-se aos artigos de jornais e às representações literárias, foram analisadas representações pictóricas, registros fotográficos e canções populares cujos temas referenciavam o mito da Mãe Preta. Verificou-se, também, os Anais da Câmara Municipal de São Paulo no período de 1953 a 1955, priorizando as sessões em que foi discutida a construção do Monumento à Mãe Preta. A definição da escolha deste período de análise dos Anais deu-se em função da data em que o memorando foi entregue pelo Clube 220 à Câmara Municipal (30 de janeiro de 1953) e também por outros eventos ocorridos que resultaram na construção do já referido monumento ao lado da Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, durante o encerramento das comemorações do IV Centenário (25 de janeiro de 1955). A investigação sobre esses indícios deu-se com o objetivo de compreender a constituição de algumas das representações sociais em torno das mulheres negras, escravas ou livres, que

²⁰⁸ Como já mencionado anteriormente, o Correio Paulistano configurou-se como um periódico voltado às elites paulistanas.

desempenharam o papel de amas de leite, e como estas representações culminaram na materialização do monumento do Largo do Paissandú²⁰⁹.

Desde a década de 1920, os debates acerca das contribuições das amas de leite para a formação da nação não eram consensuais²¹⁰. Enquanto as comunidades negras do Rio de Janeiro e de São Paulo trabalhavam para o reconhecimento da Mãe Preta como importante símbolo de integração das unidades racial e nacional do país.

Muitos brancos do século XIX e XX deploravam o efeito corruptor que a criação dada por amas negras tinha sobre as crianças brancas, chegando a ponto de sugerir que os brancos absorviam os vícios das vidas dos negros, sem falar nas doenças passadas através do leite da mãe preta. Estes rejeitavam inteiramente a idéia das contribuições da mãe preta, declarando que algumas escravas negras em nada contribuíram para a formação da raça e da nacionalidade. Diziam que a mãe preta proporcionava uma imagem inexata do Brasil, que degradava os brasileiros aos olhos da nação e do estrangeiro.²¹¹

As representações da Mãe Preta se mostraram ambíguas, atendendo a diferentes memórias acionadas em relação à sua figura. Por vezes exaltada, em outras execrada, a figura da Mãe Preta também se constituiu como elemento-chave nos campos de disputas entre os diferentes projetos de construção das memórias e formação das identidades. Se, de um lado, o Clube tinha na mãe preta um símbolo de resistência e resiliências, representativa da imagem da mulher que, mesmo tendo que se submeter aos caprichos de seus senhores, assim o fez para que seus filhos pudessem ter as chances que ela própria não teve, de outro, uma parte das elites brancas viam-na como elemento de complacência e obediência, como se tivesse contribuído espontaneamente para a formação da nação brasileira. Essas e outras concepções se confrontaram na construção do mito e do Monumento à Mãe Preta.

O Monumento é simbólico de uma série de embates traçados acerca da identidade nacional e paulistana, pois passou integrar a paisagem da cidade em um momento especialmente singular; Silvio Luiz Lofego classificou este período como

²⁰⁹ Ao lado da Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

²¹⁰ LOPES, Maria Aparecida de Oliveira. As representações sociais da mãe negra na cidade de São Paulo. *Patrimônio e Memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 3, n. 2, 2007, p. 126.

²¹¹ LOPES, *op. cit.*, p. 126.

“emblemático no qual as construções da memória e da identidade foram exacerbadas”²¹².

O levantamento realizado junto aos periódicos classificados como imprensa popular, sensacionalista e alternativa, tratados nesta pesquisa também como indícios pertinentes que apontam ao objeto pesquisado, possibilitou a realização de uma leitura das atividades culturais e políticas dos movimentos sociais de militância negra entre os anos de 1950 e 1955. Constituíram base para este estudo os seguintes periódicos: *A Alvorada* e *Folha da Noite*. Estes jornais se contrapõem aos periódicos *Folha da Manhã* e *Correio Paulistano* em diversos aspectos; no escopo do presente trabalho, dentre as diferenças observadas, destacam-se a abordagem do conteúdo jornalístico, a utilização e tratamento iconográfico e a organização textual. Percebe-se, de antemão, que as discussões na Câmara Municipal de São Paulo em torno das políticas voltadas aos negros eram acompanhadas e colocadas em pauta para estimular a discussão da opinião pública de modo quase imediato por meio dos jornais.

Assim, a análise comparativa entre os jornais possibilita conjecturar sobre os diferentes públicos-alvo a que cada periódico se dirigiu: enquanto a *Folha da Manhã* e *Correio Paulistano* eram voltados às classes econômicas mais abastadas, as matérias da *Folha da Noite*, *Novo Horizonte* e *Alvorada* eram dirigidas às camadas mais populares; contudo, essa distinção não era rígida, tendo em vista que a própria natureza do indício, apesar de que a circulação os periódicos extrapolava os limites das classes sociais, passando por diferentes camadas, era possível perceber a que grupos sociais seu discurso se dirigia. Dessa forma, a tomada desses jornais como indícios e o estudo comparativo possibilitam ter conhecimento acerca de que posicionamento defendiam, quais debates propunham a opinião pública e quais memórias procuravam consolidar na memória coletiva.

A desapropriação da Igreja Nossa Sr.^a do Rosário dos homens Pretos no famoso Triângulo Histórico de São Paulo, a construção da nova igreja no Largo do Paissandú, as dificuldades para a aprovação do monumento na Câmara Municipal de São Paulo, a recusa da construção de um monumento em homenagem aos

²¹² LOFEGO, *op. cit.*, 2006, p. 12.

negros por parte da sociedade e das elites de São Paulo e o confronto simbólico em torno da imagem da Mãe Preta são os temas a serem abordados no presente capítulo.

3.1 A Igreja, a Irmandade N^a Sra. do Rosário dos Homens Pretos e o político

Desde o século XVIII, os negros libertos e escravos de São Paulo se reuniam numa capela na região do Anhangabaú em devoção a Nossa Senhora do Rosário²¹³. Os africanos cristãos ou convertidos ao cristianismo feitos escravos em São Paulo professavam sua fé e devoção em cultos celebrados a Santa Ifigênia, a Nossa Senhora do Rosário e a Santo Elesbão. Foi em 1725 que o ermitão Domingos de Melo Tavares conseguiu uma licença municipal para a construção da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Por meio de esmolas obtidas em Minas Gerais que Domingos de Melo Tavares conseguiu arrecadar o dinheiro para a construção da igreja.

A escolha do terreno para construção da primeira Igreja de Nossa Senhora do Rosário não havia ocorrido por acaso. Em 1718, a área onde se localizava o vértice formado pela confluência das ruas São Bento e 15 de Novembro, era considerada um arrabalde da recém elevada cidade^{214 215}, local de passagem para as mercadorias que chegavam no Porto Geral, onde atualmente se localiza a rua 25 de Março. Esse foi o local indicado pela Câmara Municipal²¹⁶ para que os escravos pudessem construir sua igreja.

Esta primeira Igreja de Nossa Senhora do Rosário começou a ser construída em 1730, sendo inaugurada sete anos depois, em 1737. Em 1745, Domingos de

²¹³ Processo de tombamento Conpresp. 2004 - 0.123.230 - 8. p. 57. Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo.

²¹⁴ A vila de São Paulo de Piratininga foi alçada à condição de cidade por meio de carta-régia estabelecido pelo El Rei D. João V, em 11 de julho de 1711.

²¹⁵ TAUNAY, *op. cit.*, p. 156.

²¹⁶ Antes de 1711, o órgão legislativo que regulamentava a vida dos habitantes da Vila de São Paulo era o Conselho da Câmara. Após a elevação da vila à cidade, este órgão passou a se chamar Câmara Municipal de São Paulo.

Melo Tavares foi nomeado administrador perpétuo das obras da igreja. Entre essas obras, a Igreja mantinha pequenas casas em seus arredores para acolher africanos pobres e recém libertos²¹⁷. Estas casas, além de moradia, também funcionavam como quitandas, onde eram vendidas, entre outras mercadorias, frutas, geleias, e doces. O Largo do Rosário também contava com um chafariz, que ali existiu entre os anos de 1874 e 1893, sendo retirado por ocasião da implantação do serviço de água encanada²¹⁸. A oficialização da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens Pretos ocorreu em 1810 por meio de alvará²¹⁹.

Figura 27 - Largo e Igreja do Rosário e parte da Rua Imperatriz. O entorno era ocupado pelo antigo "cemitério dos escravos" e por casas vinculadas às atividades da igreja - São Paulo; (c. 1862)



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

²¹⁷ Processo de tombamento Conpresp. 2004 - 0.123.230 - 8. p. 58. Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo.

²¹⁸ Processo de tombamento Conpresp. 2004 - 0.123.230 - 8. p. 32. Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo.

²¹⁹ A Irmandade dos Homens Pretos de Santa Efigênia e Santo Elesbão foi instituída na Igreja Nossa Senhora do Rosário em 15 de março de 1758, sendo transferida para a capela de Santa Efigênia em 1801, porém foi dissolvida por sentença decretada pela arquidiocese em 10 de maio de 1890, por divergências entre a Irmandade e o Vigário da paróquia de Santa Efigênia. Uma nova irmandade foi instituída na Igreja de Nossa Senhora do Rosário nove anos depois da transferência desta primeira que acabou dissolvida.

A Irmandade da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos ocupou aquela região até 1903, quando a Câmara Municipal de São Paulo, sob a gestão do primeiro prefeito da cidade no período republicano Antônio da Silva Prado ²²⁰(1840–1929), desapropriou a Igreja sob a alegação de alargar o largo do Rosário. Antes, em 1872, o cemitério que funcionava ao lado da igreja e as casas que abrigavam os ex-escravos pobres já haviam sido desapropriadas com o pretexto de alargar o beco do Bom Jesus. Ali nascia o Largo do Rosário, que depois passaria a se chamar Praça Antônio Prado.

Foi sob o emblema da modernidade que as construções dos edifícios Martinelli (1924-1929) e Altino Arantes (1939-1947) remodelaram a então área mais nobre da capital, entre as ruas São Bento, Líbero Badaró e Avenida São João. Nesse período, a reurbanização da cidade ainda objetivava um saneamento social da região central, que havia se iniciado algumas décadas antes²²¹. Tais construções reescreveram a cidade sobre seu passado negro, escravocrata e rural, como um palimpsesto, num jogo de memória e esquecimento²²².

Para utilizar a terminologia do próprio Washington Luis, podemos refletir que, pela exposição do prefeito, o doente era a Várzea e a doença fazia-se transmitir não só pelas moscas, mas também pelos homens e mulheres que a frequentavam e habitavam. O ‘remédio’ escolhido pelo ‘doutor-prefeito’ visava não só curar o doente, como dar-lhe nova vida; para isso era necessário fazer ‘desaparecer’ a doença e seus transmissores: as moscas e as pessoas. Uma assepsia acima de tudo social, buscando constituir outros valores e significados para aquele lugar²²³

Destarte, com as atenções voltadas à modernidade, o passado recente da cidade era posto de lado, abandonado, e, com esse passado, também alguns de seus personagens que, para as elites paulistas, ainda insistiam em se fazer presentes. A expulsão, entre 1888 e 1904, dos negros que moravam nas proximidades do Largo do Rosário, os quais eram fortemente associados à imagem

²²⁰ O prefeito Antônio da Silva Prado, sendo o primeiro prefeito de São Paulo, administrou o município entre os anos de 1899 a 1911.

²²¹ JACINO, *op. cit.*, p. 92.

²²² TORRÃO FILHO, *op. cit.*, p. 10.

²²³ JACINO, *op. cit.*, p. 92.

do trabalho escravo, ilustra o modo como o imaginário urbano interferiu na cidade²²⁴, inscrevendo-se materialmente à medida que o medo e o preconceito redefiniam os espaços e os usos do município.

A desapropriação das áreas ocupadas pelos negros na região mais central de São Paulo, bem como sua conseqüente transferência para o Largo do Paissandú, denota que o projeto urbanístico para a cidade possuía um caráter europeizante e embranquecedor, sob alegações higienistas, moralizantes e disciplinadoras condizentes com as pretensões imobiliárias daqueles novos tempos, *recalcando as poluições físicas, mentais e políticas; estabelecendo um não tempo e criando um sujeito universal e anônimo que é a própria cidade*²²⁵, que parece desejar, por si própria, sua modernização e reconfiguração. Esse projeto modernizante se concilia com o discurso urbanístico, revestido de cientificidade, introduzido a fim de justificar as ações de poderes anônimos, consonantes com o panoptismo foucaultiano.

Nos planos das elites econômicas para a inserção da cidade de São Paulo na modernidade não havia espaço para a população negra. E, na própria cidade, os negros e descendentes de escravos eram removidos dos locais que ocupavam, assim como os entulhos das antigas construções que abriam espaço às novas habitações, para dar lugar a avenidas e a novos bairros a serem ocupados pela população operária²²⁶. As antigas construções em suas arquitetura portuguesa de taipas, fosse de mão ou de pilão, davam lugar às novas edificações, geralmente em adobe e tijolos, bastante ornamentadas geralmente em estilo francês.

A França era o país a ser copiado em todo o mundo: na moda, na arte nos hábitos, nos costumes, e por fim, na cultura. Havia ali um ideal de progresso, de beleza de harmonia. Esse ideal passou a ser um padrão no Brasil e em outras partes do planeta. A América Latina assimilou a cultura francesa para desligar-se da cultura até então imposta e absorvida das metrópoles. Era uma forma de romper com o passado de dependência política e econômica do período colonial. Afrancesar-se significava civilizar-se.²²⁷

²²⁴ SILVA, *op. cit.*, 2014, p. 18.

²²⁵ CERTEAU, *op. cit.*, p. 173-174.

²²⁶ MOURA, *op. cit.*, p. 17

²²⁷ BIANCHI, *op. cit.*, p. 75.

A especialização dos usos espaciais da cidade não previa ocupações ou habitações para a população pobre e negra. A modernidade trazia consigo a gentrificação dos ex-escravos da área central e histórica de São Paulo.

A Companhia City loteava os espaços da cidade em agressivas campanhas publicitárias que estimulavam o rápido processo de urbanização. Os empregos oriundos do processo de industrialização passaram a ser oferecidos principalmente aos imigrantes, que preenchiam a maior parte dos postos de trabalho. Até mesmo aqueles trabalhos que historicamente tinham sido realizados por escravos passaram a ser efetuados por brancos. Essa exclusão da população negra do mercado de trabalho os marginalizava socialmente tanto em relação ao projeto de modernidade quanto à reorganização cidade²²⁸.

A construção do Edifício Altino Arantes próximo ao local que anteriormente era ocupado pela Igreja do Rosário possui seu simbolismo. Este pode ser interpretado simbolicamente como a superação dos rituais religiosos pelas negociações financeiras, a substituição do mundo místico, com seus tambores e batuques pelos investimentos e rendimentos do mundo capitalista, das credences populares pelas projeções mercadológicas, da província agrária pela cidade industrial, ou seja, na concepção das elites paulistanas, do ultrapassado pelo moderno. Do nacional pobre e preto pelo branco, fosse imigrantes ou não. Como diria Certeau, era a própria materialização do olhar voyeur. Aliás, mais do que isso, foi a concretização da ancestral vontade de se ver a cidade de cima, como o olho celestial, no exercício de táticas para se apoderar da cidade.

A atopia-utopia do saber ótico leva consigo, há muito tempo, o projeto de superar e articular as contradições nascidas da aglomeração urbana.²²⁹

Antes da construção do edifício Altino Arantes, porém, a construção do edifício Martinelli não havia apagado por completo o caminho das lavadeiras, dos

²²⁸ KOWARICK, Lucio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 91.

²²⁹ CERTEAU, *op. cit.*, p. 172.

carregadores e dos que possuíam outras ocupações²³⁰ que os brancos não queriam. A avenida São João, que descia em direção ao vale do rio Anhangabaú ainda era o caminho comum das negras lavadeiras e dos negros mascates. Estes, como os caminhantes de Certeau, que experimentavam a cidade em suas vivências, se faziam presentes pelas ruas do antigo triângulo. Apesar da desapropriação da Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e demais construções vinculadas às atividades da Igreja, ainda era comum encontrar negras e negros caminhando pelas ruas do triângulo, fosse a procura de serviços, a trabalho ou lazer.

Figura 28 - Os edifícios Altino Arantes (esq.) e Martinelli (dir.) nas proximidade da Praça Antonio Prado, antiga Praça do Rosário



Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo

²³⁰ Na documentação levantada, é recorrente o emprego do termo “profissão”, para designar os postos de trabalho ocupados por brancos enquanto o termo “ocupação” é o mais usado como referência a postos de trabalho ocupados por negros. Essa distinção revela o apreço que os imigrantes tinham junto as elites paulistanas, que consideravam seu trabalho mais profissional, moderno, enquanto enxergavam os negros como não-especializados, ultrapassados, ocupados com tarefas vulgares e de pouca exigência profissional.

A construção da nova Igreja do Rosário, em 1908, no atual Largo do Paissandú²³¹ remonta a um período em que este largo localizava-se em outro monte, longe do principal, do outro lado do Rio Anhangabaú²³². Os antigos moradores daquele local protestaram contra a construção da Igreja, sob alegação de “enfeiar” a praça. Considerando-se a transitoriedade experimentada pelos negros despejados do antigo Largo do Rosário, os quais foram destituídos de sua Igreja e da sede de sua Ordem, bem como rejeitados pela nova vizinhança, vivenciando uma experiência de cidade, como os caminhantes de Certeau, e diante das circunstâncias que se lhes impunham, responderam com suas próprias estratégias, escrevendo uma cidade às cegas no decorrer de seu caminhar.

Sob as gestões administrativas de Fábio da Silva Prado (1934-1938) e Francisco Preste Maia (1938-1945), a regularização do uso dos espaços e retificação de ruas e avenidas, concretizaram a vontade de otimizar a cidade, tal como evidenciadas por Choay, com o nítido objetivo de *suprimir os defeitos de um espaço urbano mal adaptado às “performances” que se lhe atribuem*²³³, em que as construções que não eram condizentes com as necessidades que se apresentavam nos novos tempos eram simplesmente demolidas, isto é:

tudo que fosse considerado mal construído, mal decorado [...], ou cujas disposições fossem julgadas viciadas com relação aos embelezamentos projetados²³⁴.

Uma vez desenraizados, não bastava somente o construir arquitetônico de uma nova igreja em um lugar qualquer no espaço da cidade; era preciso reestabelecer o habitar que, de acordo com a quaternidade heideggeriana²³⁵,

²³¹ Payssandú, Paiçandu e Paesandeu. A grafia do nome do largo nunca foi consensual e variou ao longo do tempo conforme as revisões ortográficas da Língua Portuguesa. O nome homenageia a batalha vencida pelas tropas brasileiras durante a Guerra do Uruguai.

²³² JACINO, *op. cit.*, p. 23. Jacino constata que *a expulsão se dava com novas exigências legais, padrão de construção, higiene e outros artifícios jurídicos.*

²³³ CHOAY, Françoise. *A regra e o modelo: sobre a teoria da arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1985, p. 249.

²³⁴ HAUSSMANN apud CHOAY, *op. cit.*, 1985, p. 250.

²³⁵ HEIDEGGER, Martin. *Construir Habitar Pensar*. Madri: La Oficina, 2015, p. 23. A quaternidade seria a harmonia entre o céu e a Terra, os divinos e os mortais, com o objetivo de recuperar a conjunção entre o humano e o divino. Para Heidegger, o homem é na medida em que habita.

consistiria na criação de um espaço de recuperação do Ser e em sua persistência e permanência para além da mortalidade: era preciso criar um lugar de descanso, um lugar de memória.

Figura 29 – Avenida São João, ao fundo os edifícios Altino Arantes e Martinelli. Em primeiro plano á esquerda, sob uma sobra que se projeta na foto, a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Foto: BECHERINI, Aristodemo., 1949



Fonte: Museu da Cidade de Cidade de São Paulo

A memória talvez tenha sido uma das construções mais trabalhadas por ocasião do IV Centenário da cidade de São Paulo²³⁶. O mito bandeirante ganhou projeção nacional, com São Paulo a frente como uma locomotiva que puxava os

²³⁶ LOFEGO, *op. cit.*, 2006, p. 26.

outros estados do Brasil para o progresso, com o mesmo ímpeto aventureiro e empreendedor que, no passado, impulsionara as bandeiras²³⁷.

O mito bandeirante havia ganhado seu monumento na abertura das comemorações do IV Centenário, materializando uma memória cívica, instituída pelos poderes públicos da esfera estadual e municipal. As bandeiras anunciavam uma herança ancestral das elites paulistanas na condução dos rumos da nação; estas encontravam-se presentes na escultura de Brecheret, já os negros eram novamente desapropriados, desta vez, na memória coletiva, diluídos entre as outras figurações humanas (mamelucos e índios). Os personagens históricos mais exaltados na publicidade do IV Centenário eram: o bandeirante, o jesuíta e o índio²³⁸.

Essa cidade que está comemorando quatrocentos anos de existência e que se projetou como o centro urbano mais trepidante e dinâmico do mundo, parece trazer no peito a mesma vitalidade inesgotável daqueles seus filhos mamelucos, os bandeirantes que empurraram, na boca dos seus bacamartes, o Tratado de Tordesilhas até quase os primeiros contrafortes da Cordilheira dos Andes²³⁹.

Os bandeirantes representavam os elementos estrangeiros e empreendedores, os desbravadores que desafiavam os perigos das terras desconhecidas e conquistaram a unidade do território²⁴⁰. Os Jesuítas simbolizavam a fé e reforçavam a obediência que se deveria ter para com Deus e com os homens “escolhidos por Ele” que guiavam as empreitadas. Por fim, os índios, representados como “bons selvagens que contribuíram pacificamente para a conquista do território e consolidação do estado de civilização sobre o estado de selvageria”²⁴¹. Os negros aparecem ainda como escravos, diluídos em meio às outras figuras, a mercê das vontades dos heróis bandeirantes.

²³⁷ QUARENTA, Ednilson A. *O apóstolo progresso e as alegorias da Fundação Anchieta, um mito fundador no IV Centenário da Cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 57.

²³⁸ LOFEGO, *op. cit.*, 2002, p. 303.

²³⁹ FERREIRA, Jorge. *Revista O Cruzeiro*, 23.01.1954, p. 4.

²⁴⁰ LOFEGO, *op. cit.*, 2000, p. 29.

²⁴¹ HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do Paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras. 2010, p. 378.

Imbuídos por um ressentimento de descaso e sensação de esquecimento, o Clube 220 reivindicou na ocasião à Câmara Municipal de São Paulo, a ereção de um busto em homenagem a Mãe Preta, como uma figura histórica presente nos lares ricos durante a escravidão até 1886, quando de seu impedimento no exercício da atividade através de dispositivos legais²⁴².

Figura 30 - Capa do Jornal Folha da Noite, edição nº 9.586 de 30 de Janeiro de 1953 sobre a atuação do Club 220 em relação ao regimento do monumento à Mãe Preta

O CLUBE 220 SUGERIRÁ À CAMARA A EREÇÃO DO BUSTO DA MÃE PRETA

Será entregue hoje à Câmara Municipal um memorial do Clube 220, entidade que congrega a família de cor de São Paulo, solicitando a Edilidade a ereção do busto da Mãe Preta, em uma das praças públicas da cidade, como homenagem à lendária babá dos primórdios da colonização do Brasil, quando a família de cor teve destacado papel.

O memorial, que vai assinado por cerca de 500 pessoas, sugere, ainda, seja o busto levantado no próximo dia 3 de maio, Dia das Mães, para o que seria preparado amplo plano de festividades públicas, nas quais cooperaria o Clube 220 e o povo paulista.

O ofício à Edilidade esclarece que a cidade, dentre seus monumentos públicos, não conta sequer com um que simbolize a era da pré-abolição da escravidão no país, porquanto o busto de Luís Gama, erguido no largo do Arco do Lobo, foi obra de iniciativa particular.

O memorial em apreço será entregue ao Legislativo Municipal pelo sr. Frederico Penteadado Junior, presidente do Clube 220, que se fará acompanhar por uma comissão de diretores, membros e simpatizantes.

FOLHA DA NOITE

O VESPERTINO DOS LARES

ANO XXXII — São Paulo — Sexta-feira, 30 de Janeiro de 1953 — N.º 9.586



Desastre de trem perto de Ourinhos

Na madrugada de hoje, na estação de Fortuna, cerca de 18 quilômetros da cidade de Ourinhos, descarrilou o trem de prefixo N.º 10, que procedia da cidade de Presidente Epitácio. Faleceu no desastre o funcionário postal Moacir do Nascimento e recebeu ferimentos o jornalista Antonio Vieira. (Noticiário na 8.ª página deste caderno).

Fonte: Jornal Folha da Noite, edição nº 9.586 de 30 de Janeiro de 1953.

Em 30 de Janeiro de 1953, exatamente 5 dias após a inauguração do Monumento às Bandeiras, e em meio ao início dos festejos do VI Centenário, uma comissão, encabeçada pelo Sr. Frederico Penteadado Junior, conhecido pelos amigos como Seu Ico, dirigiu-se a Câmara Municipal de São Paulo para entregar o memorial em que a “família de cor de São Paulo” solicitou a “Edilidade a ereção de um busto à

²⁴² O artigo 266 do Código de Postura determinava que para ser aceita no trabalho de ama de leite era necessário provar “com atestado de pessoa abonando sua conduta e condição de livre, exceto se for reconhecidamente livre ou estrangeira”, ou seja, branca.

Mãe Preta”²⁴³. O artigo publicado no Jornal Folha da Noite trazia os argumentos que fundamentavam a solicitação do Clube 220: 1) Seria uma homenagem às amas de leite negras escravizadas, “lendária babá dos primórdios da colonização do Brasil”, na época em que “a família de cor teve destacado papel”²⁴⁴. 2) O município de São Paulo não contava com um único monumento público que simbolizasse a “era da pré-abolição”²⁴⁵, sendo o busto de Luiz Gama, no Largo do Arouche, uma obra de iniciativa privada.

Na Câmara Municipal, o memorial entregue pelo Seu Ico, assinado por mais de quinhentas pessoas, foi adotado pelo vereador Elias Shammass²⁴⁶(1910-1990), este de origem libanesa, que apresentou o Projeto de Lei 11/53 na Câmara dos Vereadores, durante a 126ª sessão ordinária, realizada em 04 de fevereiro de 1953²⁴⁷. A partir daí, o vereador passou a defendê-lo em plenária, apesar de todos os reveses que se colocaram para a aprovação do projeto.

PROJETO DE LEI N. 11-53

A Câmara Municipal de São Paulo decreta:

Artigo 1.o - Como homenagem do povo de São Paulo, fica o Executivo autorizado a mandar erigir no Largo do Paissandu, subdistrito de Santa Efigênia, um busto dedicado à “Mãe Preta”.

Artigo 2.o - Dentro de 30 (trinta) dias, contados da promulgação da lei, baixará o Sr. prefeito a regulamentação da presente, na qual fiquem asseguradas, dentre outras condições, a concorrência pública, a instituição de comissão julgadora das maquetes apresentadas e a concessão de prêmios aos dois artistas primeiros colocados.

Artigo 3.o - Para a execução desta lei, fica aberto um crédito de Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros), provenientes do saldo apurado no balanço pertinente ao exercício de 1952.

²⁴³ FOLHA DA NOITE. *Clube 220 Sugerirá à Câmara a Ereção do Busto da Mãe Preta*. Capa. Edição nº 9.586, de 30 de Janeiro de 1953.

²⁴⁴ FOLHA DA NOITE, 1953, capa.

²⁴⁵ FOLHA DA NOITE, 1953, capa. Aqui a preferência pelo termo “era da pré-abolição”, em detrimento do termo “época da escravidão”

²⁴⁶ Vereador Elias Shammass eleito pelo PSP (Partido Social Progressista) exerceu a vereança por dois mandatos consecutivos: de 1952 a 1955 e de 1956 a 1959.

²⁴⁷ Anais da Câmara Municipal de São Paulo. 126.ª sessão ordinária, realizada em 04 de fevereiro de 1953. p. 154

Artigo 4.o - Revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 4 de fevereiro de 1953. - Elias Shammass.

- É lido, considerado objeto de deliberação e enviado às Comissões de Justiça, Higiene, Saúde Pública e Assistência Social e de Finanças e Orçamento o seguinte:

Respeitando o prazo legal de análise sobre os projetos de lei que lhes são apresentados, em 9 de Abril de 1953, a Comissão de Justiça²⁴⁸ se colocou favorável à ereção do Busto à Mãe Preta, reconhecendo a *procedência da proposição, que valerá como uma lembrança desta edilidade à raça negra*²⁴⁹. No parecer de n. 83-53, a Comissão de Justiça esclarece que:

1 - Atendendo a um apêlo do clube 220, que congrega em suas fileiras grande contingente da raça negra, propõe p nobre Vereador Elias Shammass, que se erija, no "Largo do Paissandú", no subdistrito de Santa Efigênia, um busto dedicado à Mãe Preta. O movimento dessa entidade desde logo, perfilhado pelo operoso edil que o apresentou, constitui justa homenagem que esta Câmara, em momento oportuno saber apreciar, dando-lhe acolhimento.

No mesmo parecer, a Comissão de Justiça fez ainda uma ressalva quanto ao disposto no 2º artigo do projeto do vereador Elias Shammass, sugerindo sua exclusão, pois, segundo esta, não era de bom tom explicitar as obrigações que já eram pertinentes ao Poder Executivo, como a regulamentação da Lei, a instituição de Comissão Julgadora, a concorrência pública e a concessão de prêmios ao dois artistas melhores colocados.

O Clube 220 pretendia que fosse inaugurada ainda naquele ano de 1953 o busto em homenagem a Mãe Preta, no qual se comemoraria o dia das mães, mas a burocracia municipal e os trâmites legais não eram tão rápidos e urgentes nem correspondiam aos anseios do Clube. A comissão de Educação e Cultura só emitiu seu parecer sob o n. 28-53, em 8 de junho de 1953, sendo apreciado na Câmara

²⁴⁸ Na ocasião, a Comissão de Justiça era presidida pelo vereador João Sampaio, sendo Toledo Piza o relator e composta ainda pelos vereadores, Silva Azevedo, Marcos Mélega e Domingos Ruiz.

²⁴⁹ Anais da Câmara Municipal de São Paulo. 149.^a sessão ordinária, realizada em 10 de abril de 1953. p. 350

Municipal durante a 175ª sessão ordinária, realizada em 12 de junho de 1953. Neste parecer, a Comissão de Educação e Cultura, composta pelos vereadores Miguel Sansígolo, Farabulini Júnior e Gumercindo Fleury, presidida por Valério Giuli e cujo relator foi Silva Azevedo, ao examinar o Projeto de Lei n.11-53, esclareceu que o mesmo, de autoria do vereador Elias Shammass, decorreu do apelo feito pelo Clube 220, sendo este clube tratado como “*entidade de âmbito nacional, que traduz as aspirações da Família de Côr de nossa terra*”²⁵⁰.

Neste mesmo parecer, a Comissão alegou que a cidade de São Paulo carecia de monumentos de arte e de recordação e, reconhecendo “os inegáveis traços de sua influência histórica, folclórica e linguística²⁵¹” posicionou-se favoravelmente a aprovação do projeto:

[...]. Queremos, tão só, com este ligeiro rememorar, por em manifesto a procedência e oportunidade da propositura legislativa ora em exame desejando contudo que a justa homenagem se imponha mais como uma consagração do povo ao humilde colaborador da pátria do que como expiação de nossas faltas e do tremendo êrro político que foi a escravidão.

E como esse busto da “Mãe Preta”, a erguer-se num de nossos logradouros públicos, a sociedade paulistana vai certamente resgatar com os propósitos sentidos de sua homenagem, a vasta dívida que tem para com todos aqueles provindos dessa matriz heróica, cuja cor integrou a bandeira listada de São Paulo e cujo sangue, no dizer encantado do poeta, escorreu abundante nos frutos do café²⁵².

Por todos êsses relevantes motivos, somos de parecer que o projeto receba o beneplácito do nosso Plenário.

A última comissão a proceder a análise do Projeto de Lei n. 11-53 foi Comissão de Finanças e Orçamento. Esta por sua vez, fazendo-se lacônica, argumentou que havendo saldo disponível no balanço do ano anterior capaz de cobrir das despesas oriundas da aprovação do projeto, cabia àquela comissão emitir parecer favorável.

²⁵⁰ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 175.ª Sessão Ordinária, realizada em 12 de Junho de 1953. p. 140 e 141.

²⁵¹ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 175.ª Sessão Ordinária, realizada em 12 de Junho de 1953. p.141

²⁵² COSTA, Ciro. *Sonetos*. Ed. Casa de Cultura de Limeira. 1960. O poeta em questão é Ciro Costa (1879-1937), e o poema citado é intitulado *Pai João*. Ciro Costa também escreveu o poema *Mãe Preta*, cujo fragmento pode-se ler no pedestal em concreto sob a escultura de Júlio Guerra.

[...] Existindo no balanço da prefeitura Municipal do exercício de 1952, um saldo disponível capaz de fazer face às despesas oriundas da aprovação do presente, cabe-nos dar parecer favorável ao proposto na inicial.

Sala das Sessões, 24 de junho de 1953.

(a) Hélio Fiori - Presidente - Agenor Lino de Mattos - Relator e William Salem²⁵³.

Mesmo sendo aprovado em três comissões diferentes²⁵⁴, o projeto ainda foi alvo de apreciação e debates após repetido adiamentos antes de sua aprovação. Constando na pauta de discussões em diversas sessões do mês de agosto²⁵⁵, o projeto de Lei 11-53 foi repetidamente adiado até 26 de Agosto de 1953, quando o vereador Elias Shammass, apresentou o seguinte requerimento à Mesa Diretora:

Requerimento n. I-26;53

Sr. Presidente, requeiro seja invertida a pauta da Ordem do Dia, passando-se a discutir, como item 1.º o de n. 5 - Sala de Sessões, 26 de Agosto de 1953 - Elias Shammass²⁵⁶.

Sendo atendido pelo presidente da Câmara Municipal²⁵⁷ para a mudança na ordem das discussões, este passou a palavra a Elias Shammass que fez uso da mesma para defender seu projeto de lei que previa a “ereção de um busto dedicado à Mãe Preta”²⁵⁸. Falando brevemente, Shammass também invocou o mito da harmonia racial para justificar a ereção do busto.

Quer a Câmara, desta forma, homenagear as pessoas de cor, particularmente aquelas que, por sua dedicação, pelo seu

²⁵³ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 180.ª Sessão Ordinária, realizada em 24 de Junho de 1953. p. 225.

²⁵⁴ A Análise da tramitação de outros projetos de lei na Câmara Municipal que demandavam recursos da Prefeitura, indicou que era uma prática comum a apreciação dos projetos em diferentes comissões, antes das discussões em plenária.

²⁵⁵ A discussão do Projeto de Lei 11-53 constou na ordem do dia das seguintes sessões da Câmara Municipal: 190ª sessão ordinária, 191ª sessão ordinária, 23ª sessão extraordinária, 192ª sessão ordinária, sendo que nesta última, foi solicitado pelo vereador Elias Shammass, para que a colocasse em 1º lugar na ordem das discussões.

²⁵⁶ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 192.ª Sessão Ordinária, realizada em 26 de Agosto de 1953. p. 297.

²⁵⁷ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 192.ª Sessão Ordinária, realizada em 26 de Agosto de 1953. p. 297. Na ocasião, a Sessão foi presidida pelo Vereador Cantídio Sampaio.

²⁵⁸ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 192.ª Sessão Ordinária, realizada em 26 de Agosto de 1953, p. 297.

desinteresse, pelo seu amor à nacionalidade, auxiliaram poderosamente a formação racial e espiritual de nossa gente²⁵⁹.

Após seu breve discurso, e ninguém tendo se manifestado contrário, o projeto foi posto em votação, artigo por artigo, sendo aprovado e encaminhado para segunda discussão. Nesta segunda discussão realizada em 31 de Agosto de 1953, na 194ª Sessão Ordinária, pode-se dizer que o embate entre os vereadores sobre a construção do Monumento à Mãe Preta foi épico, com direito a quebra de copo e denúncias de prevaricação, chacotas e deselegâncias. Os anais não registraram nenhuma manifestação de Elias Shammass nesta sessão, porém, os vereadores Augusto Bruno Filho (PRP), Alberto da Silva Azevedo (PSP), Cesar Arruda Castanho (PDC), Farabulini Júnior (PR), Paulo Vieira (PSP) e Gumercindo Fleury (PTB) tanto se empenharam no embate de ideias que apenas essa discussão esgotou a pauta da sessão do dia.

O polêmico Bruno Filho se colocou veemente contra o Projeto de Lei 11-53, alegando que o município passava por uma dificultosa situação econômica, com pessoas na miséria, crianças morrendo de tuberculose e o povo desamparado. Os vereadores Arruda Castanho e Farabulini Júnior solicitaram diversos apartes durante a fala de Bruno Filho, que tentava defender seu posicionamento. Arruda Castanho acusava Bruno Filho de usar carro oficial para viajar ao Rio de Janeiro. Farabulini, contra-argumentado Bruno Filho, intervinha em sua fala, alegando que “Nem só de pão vive o homem”²⁶⁰. Alberto da Silva Azevedo, que havia sido o relator do parecer da Comissão de Educação e Cultura, provocava Bruno Filho alegando que seu “palavrório desnorteado”²⁶¹ era o único motivo de esvaziamento de seu cérebro.

Durante a fala de Bruno Filho, a Câmara Municipal se alternava entre momentos de tumulto e de mais tumulto, com vários vereadores solicitando apartes a todo momento, o presidente da sessão fazendo soar a campainha, com o intuito

²⁵⁹ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 192.ª Sessão Ordinária, realizada em 26 de Agosto de 1953, p. 297.

²⁶⁰ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 192.ª Sessão Ordinária, realizada em 26 de Agosto de 1953. p. 297. Farabulini utilizou-se de uma situação bíblica: Jesus respondeu: Está escrito: 'Nem só de pão viverá o homem, mas de toda palavra que procede da boca de Deus". Mateus 4.4.

²⁶¹ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 192.ª Sessão Ordinária, realizada em 26 de Agosto de 1953, p.451.

de reestabelecer uma pretensa ordem que naquela ocasião não se fazia presente. O último vereador a intervir na fala de Bruno Filho foi Paulo Vieira que, apresentando os balanços municipais do primeiro semestre de 1953, indicou um “<superavit> de mais de 150 milhões de cruzeiros em relação ao que se esperava arrecadar”²⁶², esvaziando os argumentos de seu nobre opositor.

Tendo esgotado o tempo de fala do vereador Bruno Filho, o presidente passou a palavra ao vereador Gumercindo Fleury, que discorreu sobre a importância dos negros na história do Brasil e de São Paulo, caracterizando-os como “os artífices maiores da civilização brasileira”²⁶³, questionava:

Como negar a esse monumento uma miséria de 300 mil cruzeiros para aquela que representa uma raça triste mas heróica, uma raça que pôs muito de civilização na civilização do mundo?²⁶⁴

E Gumercindo Fleury não terminou sua fala sem antes provocar Bruno Filho, afirmando que este estava com a razão porque havia nascido “no sentido da Ingratidão”²⁶⁵. O tempo daquela sessão se esgotou sem que ocorresse a votação do projeto. O presidente da Câmara convocou todos os vereadores para continuarem a segunda discussão na sessão ordinária subsequente, em 02 de setembro de 1953. Ao contrário da sessão anterior, a 195ª sessão ordinária transcorreu sem maiores tumultos. O primeiro item da pauta foi a continuação da discussão do Projeto de Lei n. 11-53, e estando aberta a sessão para que os vereadores fizessem uso da palavra nesta segunda discussão, ninguém se pronunciou. O presidente encerrou a discussão e procedeu a votação, em que foi aprovado o Projeto de Lei e encaminhado à sanção do prefeito. Ao final da votação, o vereador Tarcílio Bernardo pediu a palavra para homenagear e parabenizar o vereador Elias Shammass, pela

²⁶² Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 192.^a Sessão Ordinária, realizada em 26 de Agosto de 1953, p. 452.

²⁶³ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 192.^a Sessão Ordinária, realizada em 26 de Agosto de 1953, p.454.

²⁶⁴ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 192.^a Sessão Ordinária, realizada em 26 de Agosto de 1953, p. 454.

²⁶⁵ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 192.^a Sessão Ordinária, realizada em 26 de Agosto de 1953, p. 454

propositura a aprovação do Projeto. Em seu discurso, apresentou a Mãe Preta como “força possante da brasilidade²⁶⁶”.

Se há uma homenagem que brasileiro algum possa deixar de prestar conscientemente é justamente esta que ora acaba de ser votada nesta Casa²⁶⁷.

Mas ainda era cedo para quaisquer comemorações. Em 23 de Setembro de 1953²⁶⁸, o prefeito eleito Jânio Quadros (1917-1992)²⁶⁹ encaminhou ofício a Câmara Municipal de São Paulo opondo veto total a Lei decretada pela Câmara alegando ser contrária ao interesse público. Em sua longa explanação acerca do veto, o prefeito reconheceu a importância da homenagem a ser prestada a Mãe Preta e aos importantes elementos da cultura brasileira trazidos pelos “cativos africanos”²⁷⁰. No entanto, alegando o dispêndio da prefeitura na regularização das contas públicas e nos serviços primaciais e inadiáveis, aquele veto se constituía, ao seu modo, uma parte das ações saneadoras das finanças municipais. Uma equipe técnica considerou ainda que o local escolhido para a ereção do busto não era adequado, no tocante a urbanística da cidade. Ao final da sua explanação, o prefeito Jânio solicitou a Câmara a manutenção do veto, segundo ele, “*a bem do serviço público*”²⁷¹.

Na 204^a sessão ordinária, Elias Shammass já havia expressado seu descontentamento com o prefeito, por ocasião de dois vetos a seus projetos, sendo um sobre o projeto que previa a ereção do busto à mãe preta e o outro sobre um crédito a ser aberto a jornalistas que quisessem participar de um congresso em Curitiba. Em defesa ao prefeito, falaram os vereadores Bruno Filho e Hermínio

²⁶⁶ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 195.^a Sessão Ordinária, realizada em 02 de Setembro de 1953, p. 69.

²⁶⁷ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 192.^a Sessão Ordinária, realizada em 26 de Agosto de 1953, p. 69.

²⁶⁸ A leitura do veto à Lei ocorreu na 203^a sessão ordinária da Câmara Municipal de São Paulo.

²⁶⁹ Jânio da Silva Quadros esteve à frente da Prefeitura Municipal entre 08/04/1953 - 01/07/1955, eleito pelo PDC - Partido Democrata Cristão.

²⁷⁰ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 203.^a Sessão Ordinária, realizada em 23 de Setembro de 1953, p. 41.

²⁷¹ Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 203.^a Sessão Ordinária, realizada em 23 de Setembro de 1953, p. 42.

Vicente, justificando os vetos por conta em decorrência do equilíbrio fiscal. Logo na sessão seguinte, a discussão se acalorou. Elias Shammas pediu a palavra e não poupou o prefeito Jânio Quadros, adversário político explícito e declarado. Durante a fala de Elias Shammas, novos tumultos se estabeleceram na Câmara Municipal. “Cuzam-se apartes tumultuosos”²⁷² - assim foram descritos os momentos mais acalorados, em que os vereadores trocaram acusações pessoais e políticas. Mais uma vez, os embates se tonaram épicos, com acaloradas acusações de várias partes. Em 12 de Outubro ocorreu a votação sobre o veto do prefeito, após longa análise do vereador Marcos Mélega (UDN) que apesar de ressaltar pontos importantes na propositura do veto, discordou do mesmo, orientando os pares que o veto fosse rejeitado. O presidente da sessão, encerrando a discussão sobre o veto, convidou Elias Shammas para secretariar a votação.

Haviam vinte e oito vereadores presentes no início e esse número era suficiente para que ocorresse a votação. Antes, porém, um requerimento²⁷³ de última hora foi lido para todos os presentes. Era um pedido de licença do vereador Cantídio Sampaio que permitiu que entrasse em exercício o suplente Abel Ferreira. Continuando o rito da votação, os vereadores Elias Shammas, Luiz Miranda e Armando Zemella foram convidados a verificarem a cabine indevassável e a urna, para garantir a lisura do pleito.

Feita a chamada, um a um, os Srs. Vereadores recebem a sobrecarta rubricada pelo Sr. Presidente, dirigem-se à cabina indevassável e depositam o seu voto na urna sôbre a Mesa²⁷⁴.

A votação se deu sobre os seguintes termos: “Aceito o Veto” e “Rejeito o Veto”. O presidente da Câmara deixa a cadeira para o substituto, para que também possa votar, a assim que deposita a sobrecarta na urna, volta a assumir a presidência da Câmara. Ao final da votação, a plenária contava trinta e três vereadores e haviam trinta e três sobrecartas na urna. Todos os presentes tendo votado, foi realizada a apuração dos votos.

BOLETIM DE APURAÇÃO DE VOTOS

²⁷² Anais da Câmara Municipal de São Paulo, 205.^a Sessão Ordinária, realizada em 28 de Setembro de 1953. p. 225

²⁷³ Requerimento n. 1373-53 do vereador Cantídio Sampaio, p. 68.

²⁷⁴ Requerimento n. 1373-53 do vereador Cantídio Sampaio, p. 68.

AO PROJETO DE LEI N.º 11-53
VETADO TOTALMENTE
PELO SR. PREFEITO

Votaram “Rejeito o Veto”, mantendo o Projeto, 22 Srs. Vereadores.
Votaram “Aceito o Veto”, contra o projeto, 11 Srs. Vereadores.

Ficando aprovado o Projeto de Lei n.º 11-53 e, conseqüentemente, rejeitado o veto do Sr. Prefeito.

Compareceram 33 Senhores Vereadores, constatando-se a ausência dos Senhores Vereadores (...).

Vai o Projeto à promulgação da Mesa.

São Paulo, 12 de Outubro de 1953

Elias Shammass pediu a palavra logo após o presidente da Câmara ter anunciado e resultado da votação com vitória à rejeição do veto. Em seu discurso de agradecimento, Shammass ressaltou que aquela não era uma vitória pessoal, mas a vitória “do próprio povo de São Paulo”.

Atendendo ao memorando do Clube 220, encaminhado por uma comitiva encabeçada pelo Seu Ico à Câmara Municipal, em 26 de Outubro de 1953, foi promulgada a Lei N.º 4.414 que autorizava e mandava erigir no Largo do Paissandú, ao lado da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos homens Pretos, um busto dedicado à Mãe Preta.

3.2 Seu Ico (Frederico Penteadó Junior), o Clube 220 e o mito da harmonia racial.

Uma mulher com seu filhinho é a imagem básica da mitologia. A primeira experiência de qualquer indivíduo é a do corpo da mãe. E o que Le Debleu denominou *participation mystique*, participação mística entre a mãe e o filho e entre o filho e a mãe, constitui a derradeira terra feliz.²⁷⁵

Frederico Penteadó Junior, conhecido pelos amigos mais próximos e parentes como “Seu Ico. Alvo de críticas, Seu Ico presidiu o Clube 220, instituição que se

²⁷⁵ CAMPBELL, *op. cit.*, 2015, p. 07.

responsabilizava, entre outras ações, por patrocinar eventos que promoviam os elementos culturais ligados à comunidade negra de São Paulo. Segundo seus críticos – dentre eles um dos idealizadores do monumento à Mãe Preta, em meados de 1920, o Sr. José Correia Leite – o Clube 220 dispensava preciosos recursos em ações que não visavam atingir maior engajamento político daqueles com quem mantinham contato, mas sim em concursos de beleza e comemorações do 13 de Maio²⁷⁶. Os concursos de beleza organizados pelo Seu Ico ocupavam espaços nobres da cidade e eram frequentados por personalidades famosas e autoridades. Nestes espaços, normalmente era vedada a entrada dos negros, mas o Bonequinha do Café²⁷⁷, como era chamado o concurso que elegia jovens mulheres negras por sua beleza e simpatia, fazia com que as portas destes ambientes restritos aos brancos se abrissem também aos negros²⁷⁸.

A articulação de Seu Ico para a realização dos concursos de beleza também era empreendida na organização de eventos cívicos e celebrações de datas comemorativas²⁷⁹. A presença de autoridades nas festas e celebrações também era uma constante. Essa presença oficial de autoridades nas festas e celebrações promovidas pelo Club 220 era positiva em dois sentidos: A ocupação de espaços restritos a comunidade negra pelos eventos organizados pelo Club 220, presidido pelo Seu Ico, era legitimada pela presença dessas autoridades. Ao mesmo tempo, tais autoridades, políticos e candidatos, buscavam ganhar o apoio e os votos de parcela significativa da população da cidade. Além de políticos e autoridades, também eram convidadas célebres personagens da comunidade negra como a escritora Carolina Maria de Jesus (1914 – 1977).

²⁷⁶ ALBERTO, Paulina L.; DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio (org.). *Políticas da Raça: Experiências e Legados da Abolição e da Pós-Emancipação no Brasil*. Selo Negro, 2014. p. 390.

²⁷⁷ O concurso foi realizado até 1977, extinguindo-se juntamente com a morte do seu idealizador.

²⁷⁸ JORNAL DA COMUNIDADE NEGRA. Amigos lembram o saudoso Ico. p. 11. s/d. 1987. *Revista Raça*. Concurso Bonequinha do Café. 29/10/2016. Disponível em: <<https://revistaraca.com.br/concurso-bonequinha-do-cafe>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

²⁷⁹ Até a década de 1970, no Largo do Paissandú, foram realizadas celebrações em comemoração à promulgação da Lei Áurea, que abolia a escravidão no país.

Para Correia e outros escritores negros de 1950, os ideais presentes nas concepções adotadas pelo Clube 220 acerca da democracia racial e do processo de abolição da escravidão no país eram retrógrados e estavam ultrapassados. Esses escritores defendiam o engajamento político e denunciavam falhas no processo da abolição e deficiências nas narrativas históricas oficiais²⁸⁰.

Figura 31 - Silvia Maria, com 24 anos, no concurso Bonequinha do Café, 1975. O concurso foi idealizado pelo Seu Ico, e era realizado anualmente e patrocinado pela Cervejaria Antártica



Fonte: Revista Raça. 29/10/2016.

²⁸⁰ ALBERTO; DOMINGUES; GOMES, *op. cit.*, p. 391.

Figura 32 - A escritora Carolina Maria de Jesus à esq. durante a realização de evento Festa da Bonequinha do Café promovido pelo Clube 220



Fonte: Arquivo Público Municipal de Sacramento

Durante sua juventude, Frederico Penteado Junior participou da fundação, junto com seu pai, Frederico Penteado, o Fredericão, da Escola de Samba Vai-Vai²⁸¹. A origem da escola de samba remete à exclusão dos integrantes do antigo time futebol da região paulistana do Bixiga, o Cai-Cai, quando estes se reuniam nas rodas de samba nos bares daquela região. Considerados baderneiros e intrusos, o já citado Fredericão, juntamente com Henricão e Benedito Sardinha depois de serem expulsos das reuniões do Cai-Cai, decidiram, em 1930, fundar o bloco dos esfarrapados, que mais tarde se tornaria o Cordão Esportivo Carnavalesco Vai-Vai.

Enquanto nas celebrações carnavalescas dos mais abastados predominavam foliões brancos, o que se via nos blocos e cordões mais populares eram componentes majoritariamente das comunidades negras. A crença no mito da harmonia racial pregada pelo Seu Ico, que permeou os debates em torno do monumento à Mãe Preta, nos anos de 1920 e 1955, pode ter uma de suas origens

²⁸¹ SILVA, *op. cit.*, 2012. p. 55

na popular escola de samba Vai-Vai. Essa escola carnavalesca se colocava como a escola mais popular de São Paulo, na qual se integravam harmoniosamente os negros descendentes de escravos e os imigrantes italianos. A ideia de democracia racial que se estabelecera desde a década de 1930 nos quadros da Vai-Vai se perpetuaria nas concepções sociais de Frederico Penteado Junior. Nos anos de 1950, Frederico Penteado Junior tornou-se uma figura política importante em meio às entidades negras de São Paulo, presidindo o Clube 220 na ocasião das Comemorações do IV Centenário. Na esteira do cerimonial comemorativo de inauguração do Monumento às Bandeiras – mais precisamente dez dias após sua entrega à população de São Paulo – o clube 220 protocolou um memorando solicitando a construção de um monumento à mãe preta. Em 1953, Frederico Penteado Junior foi o redator do memorial entregue à Câmara dos Vereadores, que mais tarde se tornaria o Projeto de lei nº 11/1.953.

Dentre os jornais dirigidos às comunidades negras de São Paulo haviam muitos segmentos que reforçavam os princípios sociais de harmonia racial, concepção esta bastante recorrente entre os adeptos da construção do Monumento à Mãe Preta e viés ideológico bastante conveniente às elites políticas e econômicas que buscavam evitar resistências aos seus projetos de “saneamento social”. As discussões que se seguiram após a apresentação do projeto e os embates públicos entre os vereadores para a conquista de verbas para a concretização do monumento estão registradas de formas bastante distintas, representando de modo significativo as contendas acerca da enunciação discursiva presentes neste tema. Os jornais da época retrataram de forma sensacionalista e com grande apelo midiático todo esse processo; já as atas das sessões da Câmara, publicadas em seus próprios anais, apresentam os embates de forma amena e com bastante brandura, sem dar destaque aos grandes debates travados e procurando apresentar a questão de modo harmônico.

Em entrevista concedida ao jornal Folha da Noite, Frederico Penteado Junior ressaltou a importância do monumento para a comunidade negra, para a história de São Paulo e do Brasil. Em uma dessas entrevistas, fez questão de frisar que a construção do monumento não tratava de uma questão política, mas sim de civismo e reconhecimento:

[...]. Meia dúzia de cidadãos quer macular a figura lendária (Mãe Preta). Nós (o Clube 220) que iniciamos o movimento pró-ereção de Busto da Mãe Preta, nada temos a ver com a manifestação que pseudo-intelectuais querem prestar, transformando um movimento cívico em balela política.²⁸²

A apropriação do símbolo da Mãe Preta por outros segmentos políticos e sociais não era muito bem aceita no seio do Clube 220.

Na sociedade paulistana de 1920, diferentes concepções se formaram acerca da figura da mãe preta, tanto entre brancos como entre negros. Trinta e cinco anos se seguiram, isto é, desde 1920, quando os debates sobre a promulgação de um feriado a ser comemorado no dia 28 de setembro homenageando a mãe preta se intensificaram em São Paulo até a construção do monumento em homenagem à mesma figura, em 1955, no Largo do Payssandu, ao lado da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos. Essas concepções sobre a mítica figura da mãe preta indicam tanto as diferentes formas de pensamento das comunidades negras paulistanas sobre o papel do negro na sociedade brasileira de forma geral e paulista de forma específica, como também a relação que se pretendia dessas sociedades com o elemento negro em seu interior. Tais concepções variavam desde a figura materna que deu amor e cuidado ao filho branco de seu algoz, contribuindo para a consolidação de uma harmonia racial, até a mulher resiliente que sobreviveu às piores agruras, deixando de alimentar o próprio filho para dedicar-se ao filho postiço, em uma nítida relação subserviente e humilhante, sendo posteriormente substituída e até mesmo rechaçada dos lares brancos.

O termo “Mãe Preta” só tem sentido ao contextualizá-lo, colocando-o “diante de sua contrapartida, o filho branco”²⁸³. Segundo Rafaela de Andrade Deiab, o termo não se refere apenas à personagem histórica, mas sim a toda uma relação; uma relação ambígua entre a mulher negra madura e a criança branca em uma sociedade escravocrata e racista. Essa ambiguidade foi construída ao longo do

²⁸² Não prestará homenagem a qualquer político a Comissão Pró-Ereção do Busto da Mãe Preta. In: Folha da Noite. São Paulo, 14 jan. 1954, Assuntos Gerais, p.1 e 4.

²⁸³ DEIAB, Rafaela de Andrade. *A mãe preta na literatura brasileira: a ambiguidade como construção social (1880-1950)*. 2006. 296 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 98.

tempo, por meio das transformações sociais ocorridas entre o final do século XIX e início do século XX. Se, durante o período imperial, o costume comum entre as famílias brancas era possuir amas de leite negras para seus filhos, as quais eram encarregadas de diversificadas tarefas além da amamentação, com o advento da República, essa relação foi subvertida e marginalizada, sob alegações higienistas e sanitárias. Logo, com a assinatura da Lei Áurea, seguida da Proclamação da República, essas mulheres negras seriam proibidas de exercer tal atividade, sendo substituídas, como em quase todos os outros postos de trabalho, pelo elemento imigrante branco europeu. A reflexão analítica dos termos também permite especular sobre outras questões: e a mãe branca? E o filho negro? Quem é o pai e qual é a sua cor?

Essas concepções são reveladoras, de modo que se tornam mais evidentes ainda quando associadas a outros indícios históricos, dos distintos comportamentos sociais assumidos de maneiras diversas por diferentes indivíduos e grupos, de acordo com as concepções históricas de cada um deles, perante o preconceito velado que insistia em se fazer presente na pauliceia desvairada. Os projetos de modernidade propostos para São Paulo haviam relegado os negros às periferias da história, da memória e da cidade; mais precisamente ao esquecimento e às regiões menos nobres da cidade. As diferentes formas de lutas por reconhecimento, por lembranças e por espaços no município demonstra o quanto ainda era necessário se avançar nos debates e nas ações sobre a situação dos negros na sociedade brasileira. Em meio a essas discussões, as diferentes construções do mito da Mãe Preta tanto justificavam quanto reforçavam os comportamentos assumidos por distintos membros das comunidades negras por meio de seus posicionamentos políticos e posturas sociais. Sendo a Mãe Preta uma figura ora redentora, ora resiliente, ou mesmo conivente, a depender do ponto de vista de seu narrador, ela poderia ser um ícone a ser seguido, ou um símbolo a ser desvelado, homenageado ou rechaçado. Segundo Campbell²⁸⁴, alguns comportamentos sociais se sustentam sobre bases mitológicas, capazes de reforçar determinados paradigmas. No que concerne ao mito da Mãe Preta não é diferente: os resultados de suas diferentes

²⁸⁴ CAMPBELL, *op. cit.*, 2015, p. 8.

construções orientam comportamentos condizentes com essas concepções, justificando o comportamento e reforçando o próprio mito.

Na década de 1920, o tema acerca do feriado em homenagem à mãe preta foi debatido quase que exclusivamente nos jornais dirigidos às comunidades negras de São Paulo. Entre os jornais da época, foram selecionadas e analisadas as reportagens publicadas no jornal *Folha da Noite* e, por darem maior visibilidade ao assunto ao colocarem como pauta a discussão social e a situação dos negros na sociedade paulista do início do século XX, momento em que se percebia uma certa predileção por parte das camadas mais abastadas da sociedade aos elementos europeus em detrimento do nacional. Essa predileção se fazia presente tanto na ornamentação arquitetônica e monumental da cidade quanto nos elementos humanos escolhidos para os trabalhos urbanos tradicionalmente executados pelo nacional negro. O que se denomina de *Belle Époque* paulistana é a substituição da arquitetura colonial pela europeia, a alteração dos modos de vida, dos padrões de consumo, das relações de trabalho; ou seja, é a europeização do espaço citadino. Nessa europeização, o negro era considerado um elemento estranho. Daí a necessidade de se discutir o papel e a posição do negro nessa nova São Paulo. Essa discussão era pautada também pelo papel da mãe preta na formação da sociedade brasileira. As diferentes relações concebidas entre a mãe preta, o filho branco, a escravidão e a sociedade são os objetos de estudo aqui priorizados.

Assim, tem-se que, biologicamente, aquele filho não era daquela mãe. Na escultura, a cor bronze homogeneiza as diferenças sociais impostas em outros tempos por conta da cor da pele. Entretanto, o escultor detalhou as diferenças genéticas na constituição fisionômica de suas personagens. O conjunto escultórico apresenta a relação entre representantes de duas etnias que tradicionalmente existiam durante o período da escravidão negra no Brasil. Aquela era a mãe preta; sim, a mãe preta, porque havia a outra, uma outra mãe, que era a branca, e que esporadicamente se ocupava daquele filho. As mulheres brancas se ocupavam da organização doméstica, o que, dentre outros afazeres, incluía a administração dos criados e dos escravos domésticos. Logo, não sobrava muito tempo para aos cuidados maternos. As escravas então, acabavam assumindo uma dupla função, amamentar as crianças e responder por sua criação até a idade escolar.

Figura 33 - Retrato de babá com o menino Eugen Keller Foto: Alberto Henshel, Recife, 1874



Fonte: <http://www.studium.iar.inucamp.br/africanidades> Coleção G. Ermakoff (Rio de Janeiro).

Os negros que eram destinados aos serviços domésticos recebiam tratamento diferenciado em relação aos demais escravos das fazendas, pois, apesar de todos se encontrarem na condição de escravos, aqueles que possuíam um convívio mais próximo com os donos da propriedade possuíam certas “regalias” que os demais escravos não desfrutavam. Para Gilberto Freyre²⁸⁵, a escravidão no Brasil se caracterizou principalmente por sua composição de senhores bons e escravos submissos.

Essas “regalias” poderiam ter um preço alto: os abusos e estupros cometidos pelos senhores contra as mulheres negras, que não eram raras e os filhos bastardos, que não eram poucos. Talvez uma das poucas preocupações que

²⁸⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, Brasil: José Olympio, 1958. p. 168

poderiam atormentar os senhores eram os casos de incesto, dado que havia a possibilidade de seus filhos homens se relacionarem com as irmãs bastardas, vítimas dos mesmos abusos sofridos por suas mães. As meninas bastardas eram mais comumente vendidas como prendas domésticas, muito mais do que os meninos. Talvez assim o fosse como uma forma de prevenção dos casos de incesto, pois se sabia que as meninas, naquela condição, eram mais vulneráveis aos ataques sexuais de seus meio-irmãos que os meninos bastardos. Estes, por sua vez, por carregarem as feições do pai biológico, mas também da mãe negra, normalmente eram vítimas do ódio e da perseguição dos meio-irmãos brancos, fosse consciente ou inconscientemente. O filho bastardo era duplamente espoliado: devido à ausência do pai, que, mesmo próximo, era ausente; e em relação ao leite materno, que primeiramente era destinado aos filhos dos brancos e, se sobrasse, depois era servido ao próprio filho.

O filho branco, filho das elites, nascido em berço de ouro com todas as possibilidades do futuro que lhe se apresentavam, contrastava com o filho negro, que, na condição de escravo – ou mesmo em relação àqueles nascidos libertos, mas cujos pais ainda eram escravos –, tinha possibilidades de futuro mínimas, quase nulas. Na sociedade escravocrata e patriarcal paulista, os filhos primogênitos homens normalmente eram os herdeiros diretos diante dos bens acumulados pela família. Dentre esses bens, deve-se incluir as riquezas provenientes da cultura do café, os ganhos de capital, as propriedades imóveis e, por último, os escravos, e dentre estes, aquela que os amamentou, a mãe preta. Além da amamentação, as mães pretas também ficavam responsáveis pela educação inicial dos jovens “sinhozinhos”, ou da “nhanhas”, dentro dos preceitos católicos e valores sociais estabelecidos. No entanto, os cuidados dirigidos às crianças incluía, de forma indireta e espontânea, a transmissão de conhecimentos e valores de elementos da cultura africana.

O fenômeno da miscigenação, pesquisado por Gilberto Freire, não se dava apenas biologicamente, por meio das relações entre os senhores e escravas, mas também, e em caráter principal, culturalmente, por meio da transmissão de conhecimentos e valores das mães pretas às crianças brancas.

Figura 34 - Lucílio de Albuquerque: Mãe Preta, 1912, Óleo sobre tela, 180 x 130 cm. Salvador



Fonte: Acervo Museu de Belas-Artes da Bahia.

Para Freyre, a figura da mãe-preta teve papel fundamental na formação da cultura mestiça do Brasil²⁸⁶. Não era apenas o leite que sustentava o vínculo entre a mulher negra e a criança branca: as histórias, as cantigas, os costumes, as benzeduras, estes e outros elementos culturais eram transmitidos pelas mulheres negras às crianças brancas. Se, por um lado, durante a escravidão, a transmissão desses elementos culturais garantiram e mescla cultural brasileira, por outro lado,

²⁸⁶ FREYRE, *op. cit.*, p. 382.

durante o regime republicano, essa transmissão cultural passou a ser mal vista, sendo os elementos da cultura africana considerados como de má influência aos filhos dos brancos, e, portanto, recomendada a substituição dessa mão de obra negra por outra, de origem europeia, sob uma política higienista e sanitarista.

A mãe era negra, escrava ou descendente de escrava. Não tinha opções. Na condição de escrava, amamentava a criança branca por ordem de seu senhor. Na condição de mulher livre, o fazia a fim de ajudar na provisão da família, por vezes, o único sustento. A figura da mãe preta, distante da grandiosidade e imponência dos bandeirantes, está situada no limiar entre o passado esquecido e o passado construído. Submetidas a toda a sorte de trabalhos, as mães pretas, durante o regime escravocrata, não contavam com muitas alternativas diante das imposições colocadas aos escravos.

Se anteriormente o leite das mulheres negras era considerado o mais forte, o mais saudável e o mais recomendado para as crianças em fase de desenvolvimento, esse aleitamento passou a ser considerado um elemento perigoso, não pelas doenças que poderiam provocar, mas principalmente pela transmissão de elementos culturais que os acompanhavam. Elementos estes que deveriam ser superados e até mesmo esquecidos, pois já não eram condizentes com a sociedade que as elites pretendiam para São Paulo. Somando-se a este fator, deve-se ressaltar que na segunda metade do século XIX as epidemias assolavam os centros urbanos principalmente nas regiões mais modestas e carentes, nas quais residiam os escravos urbanos, negros libertos, mestiços e brancos pobres. Assim, as amas de leite, anteriormente consideradas protetoras e fonte de alimento saudável para os filhos dos brancos, passou, então, a ser rejeitada, considerada foco de contágio²⁸⁷ tanto patológico quanto cultural.

Aprovada na Câmara Municipal em segunda instância, pois na primeira, o prefeito eleito Jânio Quadros havia indeferido o pedido, a Lei n.º 4.414 de 26 de outubro de 1953 ensejou o decreto nº 2342 de 19 de Dezembro de 1953, que regulamentava a Lei por meio de realização de concurso para a construção do

²⁸⁷ FREYRE, *op. cit.*, p. 373.

referido monumento. O ganhador do concurso foi Júlio Guerra, que não conhecia o tal do Seu Ico, presidente do Clube 220.

3.3 Júlio Guerra e o Monumento à (lendária) Mãe Preta

Nascido no então município de Santo Amaro²⁸⁸, Júlio Guerra (1912-2001) trabalhou como ajudante-chefe de Victor Brecheret durante a confecção do Monumento ao Duque de Caxias, executado no Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, entre os anos de 1942 e 1950, mesmo local em que desenvolveu sua formação artística. A sua formação acadêmica o distanciava dos artistas classificados como modernos, porém, seus anseios por uma arte inovadora, também o colocavam em sentido oposto aos preceitos da academia. Em sua fase madura²⁸⁹, apesar de estar sempre presente em concursos de maquetes e bienais, Júlio Guerra era uma figura emblemática de um artista que se posicionava com certo distanciamento em relação aos meios midiáticos e às manchetes jornalísticas. Essa posição era bastante diferente da assumida por seu amigo e mentor, Victor Brecheret, que impulsionado pelos artigos de Menotti Del Picchia e Mario de Andrade, via seu nome repercutir na sociedade paulistana.

No ano de 1930, Júlio Guerra se matriculou na Escola de Belas Artes, onde aprimorou, entre outras expressões artísticas, a escultura, expressão por meio da qual realizou suas principais obras²⁹⁰. Na Belas Artes, teve como professores artistas de renome, como os antigos rivais de Victor Brecheret, Nicola Rolo e Amadeu Zani. A formação clássica em artes plásticas contribuiu sobremaneira para

²⁸⁸ Santo Amaro era um município independente até ser extinto, em 22 de fevereiro de 1935, por meio do Decreto nº 6988/35. O interventor federal Armando Sales de Oliveira extinguiu as dívidas do ex-município, integrando seu território ao município de São Paulo. Disponível em:

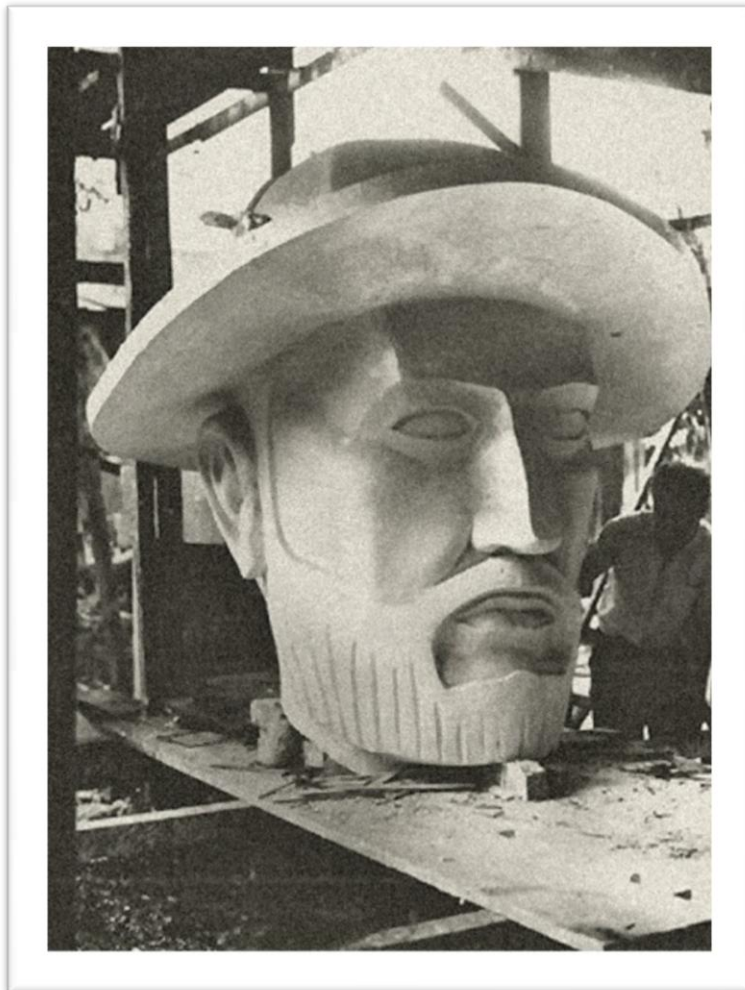
<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/regionais/santo_amaro/historico/index.php?p=450>. Acesso em: 03 maio 2017.

²⁸⁹ A obra de Julio Guerra é reunida em três fases ou momentos que se relacionam a três décadas, a saber: 1ª fase - 1930, 2ª fase - 1940 e 3ª fase - 1950 em diante. Cf. COSTA, Cristina (curadoria). Catálogo da exposição Julio Guerra: um modernista marginal. Textos de Anna Maria Rahme e Cristina Costa. São Paulo, Pinacoteca do Estado, 1994.

²⁹⁰ Entre as principais esculturas de Júlio Guerra, destacam-se o Borba Gato, o Monumento à Mãe Preta, o busto de Paulo Eiró e o painel do Pe. Belchior de Pontes.

a conquista de diversos prêmios em salões municipais e estaduais²⁹¹; apesar destes reconhecimentos, Júlio Guerra nunca teve a mesma notoriedade que Victor Brecheret. Suas principais obras foram concebidas e executadas no próprio quintal de sua casa, no bairro de Santo Amaro, localizado na zona centro-sul da cidade de São Paulo.

Figura 35 - Júlio Guerra trabalhando na monumental cabeça do bandeirante Borba Gato



Fonte: Biblioteca da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Reserva Técnica. Estante 08. Gaveta 09.

²⁹¹ O artista participou de várias edições dos Salões Paulistas de Belas-Artes, nos quais obteve as seguintes conquistas: o segundo prêmio Prefeitura de São Paulo, em duas oportunidades (1941 e 1943); uma vez a grande medalha de prata (1943); e uma vez a pequena medalha de ouro (1946). Conquistou também o primeiro prêmio do Concurso Euclides da Cunha (1946); os prêmios Governo do Estado (1940, 1953 e 1959); da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (1957); do Salão Paulista de Arte Moderna; além de participar de diversas edições da Bienal de São Paulo entre 1951 e 1961, nas quais alcançou diversos prêmios e recebeu menções honrosas.

Figura 36 - Visita oficial de autoridades à casa/ateliê de Júlio Guerra para constatação



Fonte: Biblioteca da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Reserva Técnica. Estante 08. Gaveta 09.

O convite feito por Brecheret para trabalharem juntos na execução da figura equestre²⁹² do Monumento ao Duque de Caxias, além de aproximar socialmente esses dois artistas, haja vista que se tornaram grandes amigos durante a realização da obra, influenciou Júlio Guerra no que concerne em seu trabalho escultório, aproximando-o ainda mais da estética modernista e das concepções desse movimento. Victor Brecheret veio a falecer antes do término do Monumento ao Duque de Caxias e da escolha do local definitivo para sua escultura, a Praça

²⁹² Considerada a maior figura equestre do mundo até 2008, quando, então, foi superada pelo Monumento a Gengis Khan, localizado na cidade de Tsonzhin-Boldog, Mongólia, com 50 metros (10 metros de pedestal e 40 da estátua). A monumentalidade tornou-se marca registrada tanto nas obras de Brecheret quanto nas de Guerra.

Princesa Isabel. A finalização da obra ficou a cargo de seu ilustre encarregado, amigo e discípulo, Júlio Guerra.

A proximidade de Júlio Guerra com os preceitos modernistas influenciou decisivamente a estética do escultor, mas também rendeu-lhe um afastamento ainda maior com relação aos acadêmicos. Os modernistas achavam sua formação exageradamente clássica; os clássicos, por sua vez, alegavam que ele se entregara ao modernismo. Por fim, o artista acabou se isolando, sendo considerado como um “Modernista Marginal”²⁹³. O próprio Julio Guerra se declarava vagabundo e amador²⁹⁴, apesar da produção artística incessante e dos prêmios conquistados.

Mesmo sendo premiado por diversas vezes no Salão de Belas Artes de São Paulo²⁹⁵, o nome de Júlio Guerra ficou à margem dos meios midiáticos até a construção de seu mais famoso e polêmico monumento: o Borba Gato (1963). Em entrevista concedida à pesquisadora Beatriz de Paula Dias²⁹⁶, o próprio Júlio Guerra afirmou que preferia trabalhar “mais solto”, livre da influência de *marchands* e outros. O artista alegava ficar distante dos modismos de sua geração, para que sua obra fosse o mais pura possível. A seguir é possível verificar a perspectiva reveladora dos preceitos modernistas do escultor e sua aproximação estética com os modernos.

²⁹³ A exposição organizada na Pinacoteca de São Paulo, cujo tema era a vida e a obra de Júlio Guerra, trazia com subtítulo “Modernista Marginal”.

²⁹⁴ GUERRA mantém em casa museu inédito. *O Estado de São Paulo*. 28/03/1999. p.11.

²⁹⁵ Nas exposições do Salão Paulista de Belas Artes, Júlio Guerra foi premiado em 1941, 1943, 1946, 1950, 1953 e 1959. Cf. ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL DE ARTE E CULTURA BRASILEIRAS. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10485/julio-guerra>>. Acesso em: 12 de jan. 2017. Acesso em: 26 de mar. 2017. São Paulo: Itaú Cultural, 2017.

²⁹⁶ Entrevista concedida à pesquisadora. A transcrição da entrevista encontra-se na biblioteca da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Datada de 6 de Setembro de 1983. 42 páginas.

Figura 37 - Fotografia do Monumento à Mãe Preta comparada à obra Antropofagia, de Tarsila do Amaral.



Fonte: Acervo do Autor. Fotomontagem Imagem: Antropofagia. 1929. Tarsila do Amaral

Antes da construção do “colosso de Santo Amaro”, o grandioso Borba Gato, Júlio Guerra já havia empreendido a construção de outras esculturas em espaços públicos²⁹⁷; a de maior repercussão, contudo, pode ser considerada o Monumento à Mãe Preta (1955).

Figura 4 - Júlio Guerra ao lado da escultura a Mãe Preta no quintal de sua própria casa



Fonte: Acervo Iconográfico do Instituto Belas Artes.

²⁹⁷ Entre elas, um busto do Tenente Coronel Carlos da Silva Araújo, (1946) e Monumento a Paulo Eiró (1950-1953). Disponível em: <<http://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: 17 de jan. 2017.

Figura 39 - Familiares de Julio Guerra junto à escultura Monumento à Mãe Preta em Santo Amaro



Fonte: <http://projetoatitude1.blogspot.com.br/2014/05/a-vida-de-julio-guerra.html>.

Tendo vencido o concurso de maquetes para a construção deste monumento, certame para o qual se inscreveu com o pseudônimo de Ibirapuera, ainda em 1953 iniciou a modelagem do barro para o bronze final. Na Figura 37 pode-se notar duas matizes de cores propostas para a escultura: uma escura, destinada à personagem da Mãe Preta, e outra clara, destinada à personagem do filho branco e à representação dos panos que cobrem parcialmente o corpo feminino, forrando a base sobre a qual a cena acontece. Nas pinturas de Jean Baptiste Debret, pode-se observar que era comum os escravos estarem cobertos com simples panos durante a realização de tarefas domésticas ou mesmo rurais²⁹⁸. De modo semelhante ao uso de trajes simples, também pode-se notar que era igualmente comum as escravas sentarem-se no chão unicamente sobre panos ou esteiras, para a realização dos trabalhos domésticos. Essa forma de representação escolhida pelo artista para a realização da escultura pode indicar uma tentativa de fidelização de sua obra com

²⁹⁸ DEBRET, Jean Batiste. *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*. (vol. 2) 1834. p. 39.

uma história que ele consideraria mais fidedigna, longe dos romances e idealizações preconizados, à época, pela academia. Recentemente, a maquete miniaturizada que serviu de modelo para a escultura final foi leiloadada em São Paulo.²⁹⁹

Figura 40 - Escravas e crianças negras sentadas ao chão em volta da mulher e menina brancas em posição elevada.



Fonte: Debret (1823).

Ao estudar o processo de construção da Mãe Preta como elemento simbólico da resistência travada pela população negra de São Paulo, a pesquisadora Maria Aparecida de Oliveira Lopes apresentou o panorama sob o qual se deu esse desenvolvimento e, de certo modo, conseguiu enfeixar as questões históricas que atravessam essa questão:

²⁹⁹ Dutra Leilões, lote 65: Mãe Preta. Escultura de bronze patinado, sobre base também de bronze, apoiada em base retangular de granito; 26 x 17,5 x 28 cm. Assinada nas laterais da base de bronze: *Julio Guerra. Estudo para monumento do Largo do Paissandu - SP. Reproduzida no livro do artista.* Disponível em: <<http://www.dutraleiloes.com.br/2011/1120/catalogo1.asp>>. Acesso em: 04 nov. 2016

Ao rememorar o papel desempenhado pela mãe negra no período da escravidão, a maioria dos jornalistas da imprensa negra buscou elaborar argumentos para torna-la um símbolo da cultura negra. Por que era vista como valor histórico negro? Cumpriu duplamente a função de mãe, contribuiu para o aprimoramento intelectual das crianças ao transmitir os conhecimentos básicos da vida, além de trabalhar nos serviços domésticos, artesanais, comerciais e rurais. Ela havia se tornado a base da formação histórica da nacionalidade brasileira e, portanto, merecia se transformar em um símbolo da cultura negra a ser incorporado à identidade positiva da cidade.³⁰⁰

Inaugurada no encerramento das comemorações do IV Centenário, a escultura ainda foi alvo de polêmicas sobre suas representações. Lembrada por memorialistas brancos e negros, por sua complacência na visão de uns, e resiliência na visão de outros, a figura histórica do Monumento à Mãe Preta constituiu-se como signo icônico e emblemático de resistência negra na construção cotidiana das relações sociais da história da sociedade brasileira. Armando Silva, em seu texto “A Cidade Imaginada”, aponta que “tudo o que é patrimonial é objeto de arquivo. Os objetos urbanos teriam somente uma função objetiva, mas recebem também uma valoração imaginária que o dota de outra substância representacional”³⁰¹.

Na escultura de Júlio Guerra, o semblante da mãe preta é simbolicamente revelador de sua condição. Representada com feição dura e triste, a figura externaliza o sofrimento da condição cativa da mulher obrigada a amamentar um filho que não é o seu. As duas personagens do conjunto não trocam olhares. A figura feminina não olha para a figura infantil que se encontra em seu colo; a figura infantil também não se volta para sua ama de leite, não há cumplicidade nem afeto, apenas o ato do aleitamento. O ato de amamentar, um dos mais naturais no reino animal entre os mamíferos, símbolo maior de amor e união entre mãe e filho, na obra de Julio Guerra não se constitui como um momento de ternura, menos ainda alegre ou feliz. A figura, com o olhar voltado para fora da obra, encara um horizonte, talvez alguma perspectiva, ou nenhuma.

³⁰⁰ LOPES, *op. cit.*, p. 135.

³⁰¹ SILVA, *op. cit.*, 2014, p. 20.

Figura 41 - Júlio Guerra: Mãe Preta, 1955, Bronze sobre pedestal de concreto. São Paulo, Largo do Paissandú



Fonte: Acervo do autor.

Ela segura a criança com apenas uma das mãos e, enquanto a amamenta, olha para o além, um além distante do que ocorre ali. Esta representação da mãe preta não apresenta a mulher negra como uma heroína responsável pela harmonia ou democracia racial, mas representa a força e a fragilidade da mulher negra durante o período da escravidão no Brasil, em que se sujeitava aos caprichos de seus senhores, alimentando aqueles que não eram seus filhos.

Enquanto a criança branca suga-lhe o peito, com a outra mão aperta o mesmo peito com que está amamentando. A figura da mãe preta, sentada ao chão sobre panos ou esteiras demonstra sua posição na hierarquia social à qual pertencia: era a mais baixa, ficava ao chão, e não sobre uma cadeira ou poltrona, não se apoiava para descanso. Aquilo era um trabalho, fosse livre ou escravo, era um trabalho. Mesmo com o “sinhozinho” nos braços, isso não alterava sua posição na sociedade.

A escolha de uma figura feminina, negra e maternal é tão simbólica quanto representativa. Em 1955, poucos monumentos foram erigidos em homenagens a mulheres, a não ser aquelas figuras femininas que povoavam o imaginário sensual (sexual) masculino. A festa do IV Centenário representava apoteoticamente uma nova constituição historiográfica e memorialística que privilegiava o herói bandeirante, elemento estrangeiro desbravador e agregador da nação, empreendedor nato, que singrava pelas entradas do Brasil em busca de riqueza, de modo a contribuir para a formação da nação. Nessa condição, o negro iria se constituir como o elemento escravo a ser superado, como mercadoria fornecedora de mão de obra obsoleta e passível, portanto, de substituição, não fosse a ação de Seu Ico e seus correligionários que lutaram para estabelecer na memória e na história da cidade as marcas da contribuições africanas.

O largo em que foi construída a Igreja da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos receberia ainda como anexo o Monumento à Mãe Preta. Monumento esse que, por definição, teria a finalidade de perpetuar a memória daquela comunidade. Depositário de memória, suporte da memória coletiva. O monumento guarda em si as representações históricas anteriores, o qual configura-se como aquilo que Aldo Rossi definiu como lugar de permanência e tradição³⁰². Uma vez estabelecidos no atual largo do Paissandú, a Irmandade da Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos passou a realizar celebrações e comemorações no entorno da Igreja, com a escultura de Júlio Guerra em meio aos atos³⁰³.

Em 2004, a pedido da Irmandade, a escultura foi tombada pelo CONPRESP, em reconhecimento ao seu valor histórico e artístico, considerada como Patrimônio Cultural da Cidade.

A escultura era a ponte, que religava os mortais e os divinos, o Céu e a Terra.

³⁰² ROSSI, *op. cit.*, p. 149.

³⁰³ TIRAPELLI, *op. cit.* p. 179.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da investigação sobre as experiências de vida de determinados indivíduos da cidade de São Paulo – personagens estes quase sempre antagônicos e conflitantes, participantes e representantes de grupos por vezes similares, outras vezes opostos – foi possível constatar a variabilidade de concepções sobre o passado na constituição das identidades presentificadas no período analisado. Ressalta-se que essas identidades estão longe de representarem a totalidade da complexa sociedade paulistana do período referente aos anos 1920 a 1950, mas se aproximam de uma pequena amostragem social de grupos heterogêneos, compreendendo alguns indivíduos ilustres e destacados da sociedade e outros anônimos, de costumes corriqueiros e de modos de vida comuns, mas que, por meio de suas experiências, possibilitaram um breve vislumbre sobre os acontecimentos pretéritos que se desenrolaram ao longo desses 30 anos de efervescência paulistana. Igualmente, foi possível constatar que um mesmo grupo social ou coletividade nem sempre compartilhou dos mesmos valores e concepções, ora apresentando concordância, ora contradições e divergências entre si. Assim, não se pode falar de um único grupo social com um único projeto de sociedade, mas é possível constatar a participação de indivíduos de distintas classes sociais em grupos diversos entre si, concorrendo em suas concepções do passado, defendendo suas posições na sociedade com o intuito de legitimar ações, lutas ou comportamentos. Neste estudo, foi possível constatar também que diferentes reconstruções sobre o passado possuíam pontos de contato que, em determinados momentos convergiram, e, em outros, divergiram no campo da memória.

A memória enquanto constituidora de identidades foi um dos principais elementos trabalhados nas efemérides do IV Centenário de aniversário da cidade de São Paulo. Para além da memória individual e da memória coletiva – e para reconstrução histórica, deve-se levar em conta a possibilidade da existência de uma memória mítica, cuja existência e permanência ocorreriam no campo das tradições. Cada unidade biológica que se constituiu em um sujeito social com uma dada identidade é participante dessas tradições e, a partir do conjunto de memórias que acumulou ao longo das experiências vividas, constituiu sua identidade.

No estudo ensejado pôde-se constatar a constituição de memórias míticas formadas a partir da consolidação da memória coletiva pautada nos mitos presentes em uma sociedade, o que por sua vez, também contribui para construir e reforçar o passado mítico dessa sociedade. Essa memória mítica corroborou a construção das identidades sociais formadoras da sociedade paulistana. Assim, as identidades se formaram a partir de uma rede interconectada entre a memória individual, a memória coletiva e a memória mítica. Os mitos, enquanto signos de comportamentos sociais, serviram para justificar posições e estruturas sociais, modelando a sociedade consoante as diferentes concepções de seus elementos articuladores. Os monumentos erigidos representam a consolidação do passado mítico na cidade de São Paulo durante um evento único: o IV Centenário.

Na história, todos os eventos passados são únicos e irrepetíveis por se constituírem a partir de uma configuração única de acontecimentos que estabelecem uma conjuntura impar no tempo e no espaço. Alguns momentos são mais destacados que outros não por sua importância ou relevância, mas de acordo com os critérios objetivos e subjetivos de cada historiador. Os critérios objetivos se estabelecem pela própria pesquisa e pela metodologia de trabalho definida, mas a subjetividade se integra nas escolhas de ordem puramente pessoal do pesquisador. Assim, os eventos narrados adquirem importância no contexto da narrativa, de acordo com os critérios estabelecidos. O IV Centenário foi um desses eventos únicos e irrepetíveis da história de São Paulo, que foi adquirindo importância, desde os primórdios do modernismo na década de 1920 até as efemérides de aniversário da cidade, entre os anos de 1953 e 1955.

Naquela ocasião, buscava-se consolidar posições políticas, sociais e econômicas, e, para tanto, a memória coletiva não era suficiente para a consolidação das identidades almejadas, eram necessários os mitos. Os monumentos às Bandeiras e à Mãe Preta representaram a materialização desses mitos em meio ao desenvolvimento urbanístico e econômico da cidade de São Paulo; as representações sociais dos mitos cultuados na ocasião do IV Centenário de aniversário da cidade.

A investigação sobre as transformações ocorridas em São Paulo entre os anos de 1920 e 1950 traçaram um panorama geral sobre o qual se desenvolveram as concepções dos monumentos que ensejaram esta pesquisa. As transformações

sociais do fim do regime escravagista para o início da era industrial, a chegada dos imigrantes com novas ideias, posturas e costumes, a gentrificação experimentada pelos negros que ocupavam a Praça do Rosário, o desenvolvimento econômico acelerado da cidade formaram um conjunto de eventos exclusivos que se estabeleceu nas memórias de acordo com as experiências vivenciadas por seus protagonistas. Essas memórias se constituíram em pano de fundo onde se desenrolaram os conflitos ocorridos por ocasião da imigração e da desocupação forçada dos negros no Triângulo Histórico de São Paulo. O contraste tornou evidente as diferentes percepções sobre a mesma cidade, fazendo com que esta se apresente multifacetada, como que se existissem várias cidades num mesmo espaço. Essas múltiplas experiências demonstram a variabilidade de percepções e concepções possíveis sobre o mesmo passado. Diferentes grupos, e mesmo diferentes indivíduos pertencentes aos mesmos grupos, vivenciam a cidade de formas distintas, experimentando da vida uma exclusividade de eventos que se distingue de pessoa para pessoa, de grupo para grupo.

Destacou-se também no percurso estudo desta pesquisa o do mito bandeirante, do Monumento às Bandeiras e aos seus principais idealizadores, que por meio de suas concepções históricas. Algumas destas concepções em torno do passado bandeirante remontam a década de 1920, período de efervescência das ideias modernistas entre o grupo de intelectuais que organizaram a Semana de Arte Moderna de 1922. Pode-se atrelar à reurbanização da cidade, os projetos de inserção da cidade à modernidade e a especulação imobiliária, num contexto em que se justificaram as ações tomadas com vistas às expectativas do futuro próspero e pautadas num passado mitológico, idealizado. O mito bandeirante ganhou força e crédito para a construção de seu monumento numa área simbólica para a reafirmação da cidade como condutora da nação rumo ao desenvolvimento. O parque do Ibirapuera, também inaugurado durante as efemérides de 1954, destacou-se pela modernidade de seu projeto apontando o futuro a ser alcançado. O obelisco representando a força e a coragem do povo paulista no então recente enfrentamento das forças federais. O Monumento às Bandeiras, que remontava o passado nobre e heroico dos paulistas, completava o a trilogia passado, presente e futuro. A reurbanização da cidade de São Paulo sob a égide da modernidade

ensejou projetos de europeização e embranquecimento da população, buscando apagar o passado escravocrata, negro, pobre e agrário.

Para aprofundar e dar sentido a essa investigação sobre as experiências de vida dos negros na cidade de São Paulo e suas lutas para o reconhecimento e a afirmação de seus lugares de memória e de sua presença na espacialidade da cidade de São Paulo através da conquista e da construção de seus monumentos, priorizou-se a figura da Mãe Preta em oposição ao Monumento às Bandeiras, por suas semelhanças e diferenças. Por serem monumentos contemporâneos tanto em suas idealizações (1920) quanto por suas inaugurações (IV Centenário), mas principalmente por representarem diferentes grupos sociais que interpretaram o passado e reinterpretaram o presente que vivenciaram. A marginalização dos negros nos projetos de modernização da cidade elaboradas pelas elites intelectuais e econômicas de São Paulo, estimulou ainda mais as lutas pela legitimação do nacional pobre, principalmente dos negros nos espaços citadinos, fossem espaços geográficos ou memorialísticos. As ocupações desses espaços se deram de diferentes formas, cada uma delas baseadas em diferentes interpretações do passado. A figura da Mãe Preta apresentou essas ambiguidades entre os seus idealizadores, entre eles, um ativista, um político e um artista, com diferentes visões sobre o mito da Mãe Preta. A Mãe Preta, enquanto figura mitológica, se transmutou de acordo com o grupo que a reinterpretava, perdendo aos poucos seu passado histórico e ganhando aura de mito, sendo por vezes heroicizada e por outras martirizada por aqueles que a representavam.

As identidades sociais se estabelecem de acordo com o conjunto de memórias que cada indivíduo enquanto unidade biológica acumula durante sua experiência de vida e participante de um agrupamento social. Essa premissa permite deduzir que a própria identidade se altera conforme o indivíduo agrega novas experiências, novas memórias àquelas já existentes. Se a memória coletiva completa as lacunas das memórias individuais, estabelecendo identidades sociais no meio coletivo, a memória mítica, essa memória reconfigurada a partir de reinterpretações sobre o passado, contribui para a reconstrução dessas identidades, modelando comportamentos e atitudes.

As relações entre a materialidade dos mitos, isto é, os monumentos, e os lugares ocupados na cidade, não são aleatórias e desprovidas de sentido. Ao

contrário, representam os planos urbanísticos e memorialísticos das elites, como no caso do Monumento às Bandeiras, e as lutas por reconhecimento e pertencimento do nacional pobre e negro, conforme demonstrado na análise do Monumento à Mãe Preta de Júlio Guerra. As táticas e estratégias que se estabeleceram no espaço citadino puderam ser percebidas nos projetos de reurbanização e modernização de São Paulo e nas lutas pela construção da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e do referido monumento.

Apesar das disputas internas entre diferentes visões de mundo terem enfraquecido os projetos de heróis nacionais, os quais sobraram principalmente suas esculturas ao ar livre, estas não devem nem merecem ser desprezadas. Em nossa atual sociedade tecnológica, em que os meios de armazenamento digital tudo guardam e quase tudo revelam, essas esculturas-monumentos se configuram em signos do passado. Suas materialidades preservam acontecimentos ancestrais, ocultam silenciosamente os conflitos ideológicos que se estabeleceram, as concepções históricas que se formularam, os mitos em que acreditavam, enfim os pensamentos e as memórias de seus criadores e idealizadores.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I – FONTES INDICIAIS

A - Impressas

A.1 – Jornais:

CORREIO PAULISTANO. Edição nº 20.133, 23 de Julho de 1919., Capa (primeira página). Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

CORREIO PAULISTANO. Edição nº 20.664, 10 de Janeiro de 1921., p. 03. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

CORREIO PAULISTANO. HELIOS, *Chronicas Sociais*, Edição 20.740, de 30 de Março de 1921. p.3. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

CORREIO PAULISTANO. LIBERANI *Factos e Feitos: São Paulo Cresce...* Edição nº 10.287, de 19 de dezembro de 1890. Capa (primeira página). Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo

CORREIO PAULISTANO. *Notas* Edição nº 20.477, 6 de junho de 1920. Capa (primeira página). Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

CORREIO PAULISTANO. PICCHIA, Menotti Del. *Chronicas Sociais*, Edição nº 20.663, 09 de Janeiro de 1921. p. 03. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

CORREIO PAULISTANO., Edição nº .20.308. 15 de janeiro de 1920. p. 04 (fragmento). Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

DIÁRIO DE SÃO PAULO. PICCHIA, Menotti Del. *História de um monumento I*. 26 de Junho de 1969. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

DIÁRIO OFFICIAL, Secretaria de Estado dos Negócios do Interior. Monumento Comemorativo da Independência do Brasil. Edição nº 199. 07 de setembro de 1917. p. 4112. Fonte: Imprensa Oficial de São Paulo.

FOLHA DA MANHÃ, CARDOSO Francisco Antônio. *Mensagem à gente de Minha Terra*. Edição nº 8.844, 25 de janeiro de 1953. Fonte: Acervo Folha

FOLHA DA MANHÃ, Edição nº 9.151, 25 de Janeiro de 1954. Fonte: Acervo Folha

FOLHA DA NOITE Não prestará homenagem a qualquer político a Comissão Pró-Ereção do Busto da Mãe Preta. São Paulo, 14 de janeiro de 1954, Assuntos Gerais, p.1 e 4. Fonte: Acervo Folha

FOLHA DA NOITE. *Clube 220 Sugerirá à Câmara a Ereção do Busto da Mãe Preta*. Edição nº 9.586, de 30 de Janeiro de 1953. Capa (primeira página). Fonte: Acervo Folha

FOLHA DA NOITE. LOBATO, Monteiro. *As quatro asneiras de Brecheret*. São Paulo, 16 de abril de 1921. Capa (primeira página). Fonte: Acervo Folha

JORNAL DA COMUNIDADE NEGRA. *Amigos lembram o saudoso lco*. p. 11. s/d.

O ESTADO DE S. PAULO. *Jardim Europa*. 11 de novembro de 1928. Fonte: Acervo Estadão

O PAIZ. Edição, 03 de Julho de 1919. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A.2 – Revista

O CRUZEIRO. FERREIRA, Jorge. Revista. 23 de Janeiro de 1954, p. 4. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A CIGARRA. *Casa Fachada*. Ano 1, edição 13, 1914. p.46. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A.3 – Escritas

ANAIS DA CÂMARA MUNICIPAL. entre 1952 e 1955. Disponível em: <<http://busca.camara.sp.gov.br/anadig/docs/Sessos/Ordinarias/205SO02.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2016

Processo de tombamento CONPESP. 2004 - 0.123.230 - 8. p. 57. Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo.

Processo de tombamento CONDEPHAAT. 1984 – 23074/84 Livro do Tombo Histórico, insc. nº. 238, p.65, 21 de janeiro de 1987

FICHÁRIO CORRENTE. *Fundo Comissão IV Centenário*. Arquivo Histórico Municipal Washington Luís. DPH. SMC. PMSP, 1954.

B – imagéticas

Acervo Museu da Imigração do Estado de São Paulo: Fig.: 1, 7

Acervo Digital da Revista Veja São Paulo: Fig.: 2

Acervo da Fundação de Energia e Saneamento.Fig.: 3

Acervo iconográfico da Biblioteca Mário de Andrade.Fig.: 6

Acervo Instituto Moreira Sales. Fig.: 8

Centro de Memória da Saúde Pública FSP/USP.Fig.: 9

Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo: Fig.:13; 17

Acervo do autor: Fig.: 20; 23; 25; 26; 41

Acervo Museu Paulista.. Fig: 24

Acervo Fotográfico Do Museu Da Cidade De São Paulo. Fig.: 27; 28; 29

Revista Raça. *Concurso Bonequinha Do Café*. 29/10/2016. Fig.: 31

Arquivo Público Municipal de Sacramento: Fig. 32.

Coleção G. Ermakoff (Rio de Janeiro).

<http://www.Studium.lar.inucamp.br/Africanidades>. Fig.: 33

Acervo Museu de Belas-Artes da Bahia.: 34

Biblioteca da Pinacoteca do Estado de São Paulo. Fig.: 35; 36

Acervo Iconográfico do Instituto Belas Artes. Fig.: 38

Projeto Atitude <http://projetoatitude1.blogspot.com.br/2014/05/a-vida-de-julio-guerra.html>.. Fig.: 39

II – BIBLIOGRÁFICAS

AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo (1895-1915)*. São Paulo: Carrenho Editorial, narrativa 01, 2004.

ANDRADE, Mário de. *De Paulicéia Desvairada a Café* (Poesias Completas). São Paulo: Círculo do Livro, 1986.

BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo: Metrópole do Café (1872-1918), São Paulo de Agora (1918-1954)*. v. III. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

DEBRET, Jean Batiste. *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*. (vol. 2) 1834. p. 39.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

_____. *Viagem no tempo e no espaço*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do Paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras. 2010.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, Brasil: José Olympio, 1958.

INTERNET

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL DE ARTE E CULTURA BRASILEIRAS. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10485/julio-guerra>>. Acesso em: 12 de jan. 2017. Acesso em: 26 de mar. 2017. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. 157

_____. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2856/menotti-del-picchia>>. Acesso em: 12 de jan. 2017. Verbetes menotti del picchia da enciclopédia. São paulo: itaú cultural, 2017.

HISTÓRICO DEMOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/index.php>. Acesso em: 23 mar. 2016.

ANAIS DA CÂMARA MUNICIPAL. entre 1952 e 1955. Disponível em: <<http://busca.camara.sp.gov.br/anadig/docs/Sessos/Ordinarias/205SO02.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

REVISTA RAÇA. CONCURSO BONEQUINHA DO CAFÉ. 29/10/2016. Disponível em: <<https://revistaraca.com.br/concurso-bonequinha-do-cafe>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

MUSEU DA CASA BRASILEIRA. Disponível em: <<http://www.mcb.org.br/pt-br/programacao/lancamentos/predios-de-sao-paulo>>. Acesso em: 19 maio 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIRA. Disponível em: <<http://www.camaraitapira.sp.gov.br/noticias/circulo-italiano-e-familiares-de-jacomo-mandato-sao-homenageados-na-camara/3190>>. Acesso em: 14 de jan. 2017.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Palavras para crer: imaginários de se tido que falam do passado. In: anais do II SEAD - Seminário De Estudos Em Análise Do Discurso. Porto alegre: ufrgs, 2005. Disponível em: <<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead2.html>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

REFERÊNCIAS

ABUD, Katia Maria. O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante). 1986. 342 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1986.

ALBERTO, Paulina L.; DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio (org.). *Políticas da Raça: Experiências e Legados da Abolição e da Pós-Emancipação no Brasil*. Selo Negro, 2014.

AMARAL, Antônio Barreto. *Dicionário da História de São Paulo*. Col. Paulística; v. 19. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo (1895-1915)*. São Paulo: Carrenho Editorial, narrativa 01, 2004.

ANAIS DA CÂMARA MUNICIPAL. Disponível em: <<http://busca.camara.sp.gov.br/anadig/docs/Sessoes/Ordinarias/205SO02.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

ANDRADE, Mário de. *De Paulicéia Desvairada a Café* (Poesias Completas). São Paulo: Círculo do Livro, 1986.

ANTUNES, Camila; FERREIRA, Fernanda; PÁSSARO, Thiago. *Entre trilhos: uma viagem de histórias pela primeira estrada de ferro paulista, a São Paulo Railway*. 2014. 146f. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Faculdade de Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2014.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. MetrÓpole e Cultura. O novo modernismo paulista em meados do século XX. *Tempo Social - Rev. Sociologia da USP*, São Paulo, SP. 9 (2): p. 35 - 52; outubro de 1997.

BASTOS, Rossano Lopes. *Uma arqueologia dos desaparecidos: identidades vulneráveis e memórias partidas*. São Paulo: Superintendência do IPHAN em São Paulo, 2010.

BATISTA, Marta Rossetti. *Bandeiras de Brecheret – História de um Monumento (1920-1953)*. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1985.

BENCLOWICZ, Carla Milano. *Prelúdio Modernista. Construindo a habitação operária em São Paulo*. São Paulo. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

BENJAMIM, Walter. O Narrador. In: *Obras Escolhidas*. Rua de mão única. São Paulo: Ed. Brasiliense, Vol. I, 1985.

BERNARDO, Teresinha. *Memória em Branco e negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo: EDUC: Editora UNESP, 1998.

BIANCHI, Vaner Silvia Soler. *A Casa Godinho como lugar de memória na cidade de São Paulo: 1890-1930*. 2014. 234 f. Tese (Doutorado em Educação, Arte e História) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar – Vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1984.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História: ou ofício de historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. Grandezas e Misérias da Biografia. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

BRUNO, Ernani Silva. *História e Tradições da Cidade de São Paulo: Metrópole do Café (1872-1918), São Paulo de Agora (1918-1954)*. v. III. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPIRA. Disponível em: <<http://www.camaraitapira.sp.gov.br/noticias/circulo-italiano-e-familiares-de-jacomo-mandato-sao-homenageados-na-camara/3190>>. Acesso em: 14 de jan. 2017.

CAMPBELL, Joseph. *O Poder do Mito: Joseph Campbell com Bill Moyers*. Org. por Betty Sue Flowers. São Paulo: Palas Athena, 1990.

_____. *As transformações do mito através do tempo*. Trad. DANTAS, Heloysa de Lima. 2.ed. São Paulo: Cutrix, 2015.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do Cotidiano*. v. 1. Artes de fazer. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. (Memória e Sociedade) Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1990.

CHOAY, Françoise. *A regra e o modelo: sobre a teoria da arquitetura*. São Paulo: Perspectiva, 1985.

_____. *A Alegoria do patrimônio*. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

_____. *O patrimônio em questão: antologia para um combate*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

COSTA, Carlos; BUITONI, Dulcilia Schroeder. *A Imagem e a Cidade*. Jundiaí: House, 2013.

COSTA, Cristina (curadoria). *Catálogo da exposição Julio Guerra: um modernista marginal*. Textos de Anna Maria Rahme e Cristina Costa. São Paulo, Pinacoteca do Estado, 1994.

COSTA, Ciro. *Sonetos*. Ed. Casa de Cultura de Limeira. 1960.

COUTO, R. C. *Matarazzo*. 2 vol. São Paulo: Plante, 2004.

CRUZ, Heloísa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Rev. Projeto História*, São Paulo, n. 35, dez. 2007.

CURY, Laura de Souza. *O Parque Ibirapuera e a construção da imagem de um Brasil moderno*. 2016. 231 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

DEBRET, Jean Batiste. *Voyage Pittoresque et Historique au Brésil*. (vol. 2) 1834. p. 39.

DEIAB, Rafaela de Andrade. *A mãe preta na literatura brasileira: a ambiguidade como construção social (1880-1950)*. 2006. 296 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

DUNNELL, Robert C. *Classificação em Arqueologia*. Trad. ARAUJO, Astolfo G. M. São Paulo: EDUSP, 2006.

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL DE ARTE E CULTURA BRASILEIRAS. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10485/julio-guerra>>. Acesso em: 12 de jan. 2017. Acesso em: 26 de mar. 2017. São Paulo: Itaú Cultural, 2017.

_____. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa2856/menotti-del-picchia>>. Acesso em: 12 de jan. 2017. Verbetes Menotti Del Picchia da Enciclopédia. São Paulo: Itaú Cultural, 2017.

FEREIRA, Jorge. Revista *O Cruzeiro*. 23.01.1954, p. 4.

FICHÁRIO CORRENTE. *Fundo Comissão IV Centenário*. Arquivo Histórico Municipal Washington Luís. DPH. SMC. PMSP, 1954.

FOLHA DA NOITE. *Clube 220 Sugerirá à Câmara a Ereção do Busto da Mãe Preta*. Capa. Edição nº 9.586, de 30 de Janeiro de 1953.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro, Brasil: José Olympio, 1958.

FRIAS, Rubens Eduardo Ferreira. *Menotti Del Picchia*. Col. Melhores Poemas, Ed. Global, 2004.

GUERRA mantém em casa museu inédito. *O Estado de São Paulo*. 28/03/1999. p. 11.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10 edição. Rio de Janeiro: DPeA editora, 2005.

HEIDEGGER, Martin. *Construir Habitar Pensar*. Madri: La Oficina, 2015.

HISTÓRICO DEMOGRÁFICO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/index.php>. Acesso em: 23 mar. 2016.

HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX - 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do Paraíso*. São Paulo, Companhia das Letras. 2010.

JACINO, Ramatis. *O negro no mercado de trabalho pós-abolição. 1912 - 1920*. 2012. 204 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

JORNAL DA COMUNIDADE NEGRA. Amigos lembram o saudoso Ico. p. 11. s/d. 1987. *Revista Raça*. Concurso Bonequinha do Café. 29/10/2016. Disponível em: <<https://revistaraca.com.br/concurso-bonequinha-do-cafe>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

JUNG, Carl G. et al. *O Homem e seus símbolos*. Editora Nova Fronteira, 1964.

KOK, Glória. *São Paulo 450 anos: de vila a metrópole*. São Paulo: BEI Comunicação. 2004.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora; Editora PUC/Rio, 2006.

KOWARICK, Lucio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____; BONDUKI, Nabil. Espaço Urbano e Espaço Político. In: *As lutas sociais e a cidade. São Paulo: passado e presente*. KOWARICK, Lúcio (org.). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Unicamp, 2003.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Saudades de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LOBATO, Monteiro. As quatro asneiras de Brecheret. *Folha da Noite*, São Paulo, 16 de abril de 1921.

LOFEGO, Sílvio Luiz. 1954 - A cidade aniversariante a memória coletiva. O IV Centenário da cidade de São Paulo. *Proj. História*, São Paulo, (20), abril, 2000.

_____. *IV Centenário da cidade de São Paulo – a construção do passado e do futuro nas comemorações de 1954*. 2002. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2002.

_____. A construção da memória na publicidade do IV Centenário da cidade de São Paulo. *Memória e Patrimônio*, v. 2, n.2, p. 25-44, 2006.

LOPES, Maria Aparecida de Oliveira. As representações sociais da mãe negra na cidade de São Paulo. *Patrimônio e Memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 3, n. 2, 2007, p. 126.

LONGH, Carla Reis. *Mãos que fizeram São Paulo*. São Paulo: Celebris, 2003.

MACHADO, Marcia Regina Jaschke. *O Modernismo dá as cartas: circulação de manuscritos e produção de consensos na correspondência de intelectuais nos anos de 1920*. 260 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MEYER, Regina Maria Proserpi. O papel da rua na urbanização paulistana. Cadernos de História de São Paulo: A cidade e a rua, São Paulo. *Museu Paulista da Universidade de São Paulo*, n.2, p. 13-25, janeiro-dezembro, 1993.

MOSÉ, Viviane. *Nietzsche e a grande política da linguagem*. São Paulo: Ed. Civilização Brasileira, 2005.

MOURA, Irene Barbosa de. *A cidade e a festa: Brecheret e o IV Centenário de São Paulo*. 176 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

MUSEU DA CASA BRASILEIRA. Disponível em: <<http://www.mcb.org.br/pt-BR/programacao/lancamentos/predios-de-sao-paulo>>. Acesso em: 19 maio 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad.: Yara Aun Khoury. *Projeto História*, n. 10, dez. 1993.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

_____. Palavras para crer: imaginários de sentido que falam do passado. In: *Anais do II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/sead2.html>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

PICCHIA, Menotti Del. História de um monumento I. *Diário de São Paulo*. 26 de Junho de 1969.

QUARENTA, Ednilson A. *O apóstolo progresso e as alegorias da Fundação Anchieta, um mito fundador no IV Centenário da Cidade de São Paulo*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

_____. *Viagem no tempo e no espaço*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

RODRIGUES, João Paulo. *O Levante Constitucionalista de 1932 e a Força da Tradição: Do confronto bélico à batalha pela memória (1932-1934)*. 2009. 346 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências e Letras de Assis da Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

ROSSI, Aldo. *A Arquitetura da Cidade*. Trad. Port. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SALIBA, Elias Thomé. Cultura Modernista em São Paulo. *Revista de Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 128-131.

SANTOS, José Carlos Ferreira dos. *Nem Tudo era Italiano: São Paulo e Pobreza – 1890-1915*. São Paulo: Annablume, 1998.

_____. Várzea do Carmo: Lavadeiras, Caipiras e “Pretos Véios”. In: *Memória e Energia*. São Paulo: Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, n. 27. 2000.

SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da Metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na virada do século XIX ao XX*. São Paulo: Ateliê, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia da Letras, 1992.

SILVA, Armando. *Imaginários: estranhamentos imaginários*. Trad. Port. São Paulo: SESC, 2014.

SILVA, Zélia Lopes da. A memória dos carnavais afro-paulistanos na cidade de São Paulo nas décadas de 20 e 30 do século XX. *Diálogos*, Maringá, v. 16, supl. Espec., p. 37-68, dez. 2012.

SOUZA, Ricardo Luiz. A mitologia Bandeirante: Construção e sentidos. *História Social*. Campinas, n. 13, 2007. p. 151-171.

TAUNAY, Affonso de Escragnolle. *História da cidade de São Paulo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: A Árvore da Liberdade*. Rio de Janeiro: Zahar. 1981.

TOLEDO, Roberto Pompeu de. *A capital da Vertigem: uma história de São Paulo de 1900 a 1954*. 1 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

TORRÃO FILHO, Amilcar. A sétima porta da cidade: memória, esquecimento e ressentimento na história de São Paulo. *História & Perspectivas*, Uberlândia, (31): 127-152, Jul./Dez. 2004.

WILLIAMS, Raymond. *Com Vistas a Uma sociologia da Cultura*. In: Cultura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.